



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística
Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 3263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



**O USO DO MODO SUBJUNTIVO EM ORAÇÕES RELATIVAS E
*COMPLETIVAS NO PORTUGUÊS AFRO-BRASILEIRO***

por

VÍVIAN MEIRA DE OLIVEIRA

Orientador: Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti.

SALVADOR

2006



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 3263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



**O USO DO MODO SUBJUNTIVO EM ORAÇÕES RELATIVAS E
*COMPLETIVAS NO PORTUGUÊS AFRO-BRASILEIRO***

por

VÍVIAN MEIRA DE OLIVEIRA

Orientador: Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

SALVADOR

2006

Biblioteca Central - UFBA

Meira, Vívian.

O uso do modo subjuntivo em orações relativas e completivas no português afro-brasileiro / por Vívian Meira de Oliveira - Salvador: Vívian Meira, 2005
302 f. + anexo (p. 294 - 300)

Orientador: Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2005.

1. Sociolinguística. 2. Língua portuguesa - Subjuntivo. 3. Comunidades afro-brasileiras - Bahia.
4. Linguística Histórica. I. Lucchesi, Dante.
II Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

DEDICATÓRIA

À memória de meus avós, José Auto de Souza Meira (Pai Iô) e Edith da Silva Meira (Mãe Dith), que me ensinaram o verdadeiro valor da vida.

Aos meus pais, Zelandio Miranda de Oliveira e Josedite Meira de Oliveira, a quem devo tudo o que sou.

Aos meus irmãos, Júnior e Cláudio, pelo companheirismo e pela grande força.

A Marcello Moreira e a Jorge Augusto, pela amizade, pelo incentivo constante e pelos conselhos.

Ao meu orientador, professor Dr. Dante Lucchesi, verdadeiro mestre, pelo apoio e dedicação constantes e, principalmente, por ter acreditado em meu trabalho desde o início.

E, especialmente, a Leonardo, pelo imenso carinho, pelo companheirismo, pela segurança e por ter sido tão atencioso nos momentos mais necessários.

AGRADECIMENTOS

Agradecer significa reconhecer a importância do outro em nossas vidas, de forma que sozinhos, não teríamos conseguido atingir nosso objetivo, não chegaríamos ao final de mais uma caminhada. Foram várias pessoas que contribuíram, direta e indiretamente, para a conclusão desta dissertação e que merecem o meu profundo agradecimento:

A Deus pela vida, por ter me concedido a Graça de cursar o mestrado e de concluí-lo e, principalmente, por estar sempre ao meu lado.

Ao professor doutor Dante Lucchesi, sempre tão atencioso e receptivo, pelo rigor exigido, pelo auxílio na construção das idéias e por ter acompanhado todos os passos por mim tomados.

À minha mãe, Josa, companheira do começo ao fim, ouvinte de minhas queixas, incentivadora em todos os momentos da pesquisa, de cada passo por mim tomado. Dela aprendi muito sobre a vida.

À minha tia Sônia Danúzia (Day), pelo apoio incondicional e pelo carinho a mim dedicado no tempo em que estive cursando os créditos do mestrado.

À minha tia Lita, a Rocha, a José Airton e a Maristela, pelo apoio e principalmente pelos conselhos, que muito contribuíram para a realização do mestrado.

À minha querida tia Lourdes, que, com seu livro de piadas, alegrou os momentos de pesquisa.

À professora doutora Célia Marques Telles, pela força, sapiência, pelo constante carinho e perpétuo apoio.

À dona Dália, pela acolhida, pela dedicação, pela grande amizade e especialmente pelo carinho que por mim dedicou, desempenhando um papel muito importante em minha vida.

A Gilberto, pela imensa amizade e pela ajuda.

A Antônio Salustiano de Souza, pelos conselhos e por ter acreditado em meu trabalho.

A dona Lili e a dona Teresinha, pela compreensão e pelo apoio no tempo em que estive cursando os créditos do mestrado.

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo sobre a variação no uso do modo subjuntivo nas orações relativas e completivas no falar de quatro comunidades rurais afro-brasileiras do interior do Estado da Bahia. Com o suporte teórico-metodológico da sociolinguística variacionista e o recurso ao pacote de programas VARBRUL para o processamento quantitativo dos dados lingüísticos, buscou analisar o encaixamento desse processo variável na estrutura lingüística e social das comunidades de fala estudadas. Não obstante a reduzida faixa de variação encontrada, alguns condicionamentos lingüísticos e sociais foram identificados. Do ponto de vista lingüístico, as formas do modo subjuntivo ocorrem com maior freqüência em duas situações: (i) uma de base morfológica, em que o uso das formas de subjuntivo se dá tanto com verbos quanto com o tempo em que a oposição subjuntivo *versus* indicativo é mais saliente; (ii) outra de base semântica, em que o contexto de irrealidade tende a favorecer o uso do modo subjuntivo. A investigação aponta um reduzido uso do subjuntivo na gramática das comunidades rurais afro-brasileiras quando comparado com o que se observa na norma culta, o que confirma a idéia de uma redução na morfologia flexional dessa variedade afro-brasileira do PB em função do contato entre línguas. Além disso, diferentemente do que se registra em pesquisas no português urbano, tendo como base os resultados obtidos nessas comunidades, pode constatar que o subjuntivo vem ganhando ambiente antes ocupado apenas pelas formas do indicativo, o que demonstra a aquisição das formas do subjuntivo pelos falantes dessas comunidades, confirmando a realidade bipolarizada do português do Brasil e, assim, a co-ocorrência de pelo menos duas gramáticas no PB: uma referente ao português urbano culto e outra referente ao português rural, no qual se inclui o afro-brasileiro.

Palavras-chave: Sociolinguística; Língua Portuguesa - subjuntivo; Comunidades afro-brasileiras - Bahia; Lingüística Histórica.

ABSTRACT

This work presents a study of the variation of the usage of subjunctive mood in relative and completive clauses on the speaking of four black rural Brazilian communities at the countryside of State of Bahia. Based on the theoretical and methodological framework of the Sociolinguistics of varieties and by means of VARBRUL software-set for the quantitative processing of the linguistic data, this work sought to analyze the adequacy of that variable process in the social and linguistic structure of the speaking communities. In spite of the reduced example of variation found by the researcher, some linguistics and social conditioning was found out. From the linguistic point-of-view, the subjunctive-mood forms occur more widely in two situations: (1) one of a morphological component, in which subjunctive forms are compatible with both verbs and with time when subjunctive X indicative opposition is more prominent; (2) the other of semantic component, in which the context of unreality tends towards a wider usage of subjunctive mood. The research points to a decreased occurrence of usage of subjunctive mood in the grammar of black Brazilian rural communities, when it is compared with that of the language-standard variety, therefore asserting the idea of a reduction of a flexional morphology of this black-speaking variety of the Brazilian Portuguese language and by means of contacts among languages. Moreover, unlikely what has been registered by research on urban Portuguese language and basing on the outcomes taken from those communities, it can be stated that subjunctive has been increasing more widely in places where only indicative-mood forms overwhelmed before, asserting the two-poles reality of the Brazilian Portuguese and thus the co-existence of at least two grammars inside the Brazilian Portuguese: one referring to the standard-urban Portuguese language and the other referring to the rural Portuguese, in which the black-Brazilian speaking variety is found.

Keywords: Sociolinguistics, Portuguese Language – subjunctive mood; black Brazilian communities – Bahia; Historical Linguistics.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Procedência de africanos importados para o Brasil
- Quadro 2 - Contextos previstos na oração principal que selecionam o subjuntivo nas completivas
- Quadro 3 - Oposição entre os tempos do modo subjuntivo
- Quadro 4 - Conjugação do verbo *louvar* nos dialetos de Alagoas e Pernambuco nos tempos simples do subjuntivo
- Quadro 5 - Conjugação do verbo *trazer* nos dialetos de Alagoas e Pernambuco nos tempos simples do subjuntivo
- Quadro 6 - A conjugação do verbo *haver* no tempo do subjuntivo segundo os dialetos de Alagoas e Pernambuco
- Quadro 7 - Comunidade Afro-Brasileira de Cinzento
- Quadro 8 - Comunidade Afro-Brasileira de Helvécia
- Quadro 9 - Comunidade Afro-Brasileira de Rio de Contas
- Quadro 10 - Comunidade Afro-Brasileira de Sapé
- Quadro 11 - *Corpus* Base do Português Rural Afro-Brasileiro - Sexo feminino
- Quadro 12 - *Corpus* Base do Português Rural Afro-Brasileiro - Sexo masculino
- Quadro 13 - Faixa Etária IV (mais de 80 anos)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Etnia branca e não-branca nos períodos colonial e imperial	37
Tabela 2 -	População brasileira segundo o censo de 1798	46
Tabela 3 -	População brasileira segundo o censo de 1850	47
Tabela 4 -	População brasileira segundo o censo de 1890	48
Tabela 5 -	População negra nos séculos XVIII e XIX	48
Tabela 6 -	Configuração populacional (1538-1890)	
Tabela 7 -	Retenção pronominal de acordo com a função sintática no português do Brasil	81
Tabela 8 -	A não-aplicação da regra de concordância verbal na fala dos pescadores do norte do Estado do Rio de Janeiro segundo a variável faixa etária	82
Tabela 9 -	A variação no uso do subjuntivo no português urbano de acordo com o fator ambiente sintático	144
Tabela 10 -	O uso do subjuntivo no português urbano segundo o grau de escolaridade	145
Tabela 11 -	Frequência de uso do subjuntivo e do indicativo do total geral de ocorrências das relativas no português afro-brasileiro	211
Tabela 12 -	Frequência de uso do subjuntivo e do indicativo nas orações relativas do português afro-brasileiro	213
Tabela 13 -	O uso do subjuntivo nas orações relativas no português afro-brasileiro segundo a localização temporal do evento expresso na oração relativa	216
Tabela 14 -	O uso do subjuntivo nas orações relativas no português afro-brasileiro segundo a forma prevista na norma culta	217
Tabela 14a -	O uso do subjuntivo nas orações relativas no português afro-brasileiro segundo a forma prevista na norma culta (sem superposição)	218
Tabela 15 -	O uso do subjuntivo nas orações relativas no português afro-brasileiro segundo a morfologia flexional do verbo	221

Tabela 16 -	O uso do subjuntivo nas orações relativas no português afro-brasileiro em cada comunidade de fala	224
Tabela 17 -	O uso do subjuntivo nas orações relativas no português afro-brasileiro segundo a variável social estada fora da comunidade (pelo menos seis meses)	225
Tabela 18 -	O uso do subjuntivo nas orações relativas no português afro-brasileiro segundo a variável sexo	226
Tabela 19 -	O uso do subjuntivo nas orações relativas no português afro-brasileiro segundo a variável nível de escolaridade	228
Tabela 20 -	Freqüência de uso do subjuntivo e do indicativo do total geral de ocorrências das completivas no português afro-brasileiro	229
Tabela 21 -	O uso do subjuntivo nas orações completivas no português afro-brasileiro segundo o tipo de oração em que a completiva está encaixada	233
Tabela 22 -	O uso do subjuntivo nas orações completivas no português afro-brasileiro segundo o tipo do verbo da oração em que a completiva está encaixada	235
Tabela 23 -	O uso do subjuntivo nas orações completivas no português afro-brasileiro segundo o tempo do verbo da oração em que a completiva está encaixada	237
Tabela 24 -	O uso do subjuntivo nas orações completivas no português afro-brasileiro segundo o tempo do subjuntivo previsto no uso culto	238
Tabela 25 -	O uso do subjuntivo no português afro-brasileiro de acordo com a variável nível de realidade do evento referido na oração completiva	240
Tabela 26 -	Uso do subjuntivo no português afro-brasileiro segundo a morfologia do verbo da oração completiva	242
Tabela 27 -	O uso do subjuntivo nas orações completivas segundo a variável faixa etária	245

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A	Analfabeto
CIRC	Interveniente circunstancial
CZ	Comunidade de Cinzento
DOC	Documentado
E	Viveu fora da comunidade por pelo menos seis meses
F	Sexo feminino
HV	Comunidade de Helvécia
INF	Informante
ININT	Trechos ininteligíveis
INTERRUP	Interrupção do inquérito
M	Sexo masculino
N	Não viveu fora da comunidade
PB	Português do Brasil
PE	Português Europeu
PPB	Português Popular do Brasil
PVB	Português Vernáculo Brasileiro
RC	Comunidades de Rio de Contas
S	Semi-analfabeto
SP	Comunidade de Sapé
SubC_C	Uso do subjuntivo nas completivas em Cinzento
SubC_H	Uso do subjuntivo nas completivas em Helvécia
SubC_R	Uso do subjuntivo nas completivas em Rio de Contas
SubC_S	Uso do subjuntivo nas completivas em Sapé
SubR_C	Uso do subjuntivo nas relativas em Cinzento
SubR_H	Uso do subjuntivo nas relativas em Helvécia
SubR_R	Uso do subjuntivo nas relativas em Rio de Contas
SubR_S	Uso do subjuntivo nas relativas em Sapé
TLI	Transmissão Lingüística Irregular

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1: A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL	23
1.1 BREVE HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL	25
1.2 A POLÊMICA SOBRE A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL	31
1.3 O CONTATO ENTRE LÍNGUAS NA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL: UMA ABORDAGEM DO CONTEXTO SOCIAL	34
1.3.1 A importância do elemento indígena na formação do Português do Brasil	39
1.3.2 A contribuição do elemento africano na formação do português brasileiro	42
1.3.3 As visões sobre a formação do português popular do Brasil	51
1.3.3.1 Estudos sobre os africanos no Brasil: Nina Rodrigues	51
1.3.3.2 A contribuição africana na constituição do português popular do Brasil: Francisco Adolpho Coelho, Renato Mendonça e Jacques Raimundo	53
1.3.3.3 A unidade no português do Brasil: Serafim da Silva Neto e Sílvio Elia	56
1.3.3.4 O português do Brasil sob uma visão estruturalista: Mattoso Câmara Jr.	61
1.3.3.5 Discussão sobre a origem crioula do português popular do Brasil: Guy e Tarallo	63
1.3.3.6 Retomando a questão da crioula do português popular do Brasil: Naro e Scherre; Baxter e Lucchesi	65
1.3.3.7 Sobre a formação do português brasileiro: Mattos e Silva	69
1.3.4 A possível formação de falares crioulos em pontos isolados e a não estabilização da crioula no Brasil	71
1.3.5 A importância de comunidades rurais afro-brasileiras para a compreensão da origem das variações no português popular do Brasil	74
1.4 A BIPOLARIZAÇÃO NO PORTUGUÊS DO BRASIL	76
1.4.1 As duas vertentes da formação da língua no Brasil como reflexo do cenário sócio-econômico e demográfico do Brasil colonial	78

CAPÍTULO 2: O MODO SUBJUNTIVO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS	84
2.1 UMA BREVE HISTÓRIA DO SUBJUNTIVO: DA TRADIÇÃO LATINA AO PORTUGUÊS	85
2.1.1 Visões sobre o uso do subjuntivo na tradição latina	85
2.1.1.1 Maurer Jr.	86
2.1.1.1.1 O uso do modo subjuntivo em orações completivas na língua latina	89
2.1.1.1.1.1 A oração independente na língua latina	92
2.1.1.1.2 O uso do modo subjuntivo nas orações relativas do Latim Vulgar	93
2.1.1.1.3 O subjuntivo nas orações circunstanciais do Latim Vulgar	93
2.1.1.1.4 A simplificação dos tempos do subjuntivo no Latim Vulgar	96
2.1.1.2 Said Ali	96
2.1.1.3 Síntese do uso do subjuntivo na tradição latina	100
2.2 O MODO SUBJUNTIVO NA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA	101
2.2.1 Sobre os diversos modos na Gramática de Port-Royal	105
2.2.2 Síntese do uso do subjuntivo no período analisado	106
2.3 O EMPREGO DO SUBJUNTIVO NA TRADIÇÃO GRAMATICAL PORTUGUESA	107
2.3.1 O subjuntivo nas orações completivas	108
2.3.1.1 Verbos volitivos/optativos	113
2.3.1.2 Verbos avaliativos	113
2.3.1.3 Verbos declarativos	114
2.3.1.4 Verbos cognitivos	114
2.3.1.5 Verbos causativos	115
2.3.1.6 Verbos de ligação	115
2.3.1.7 Verbos dubitativos	116
2.3.2 O subjuntivo nas orações relativas	117
2.3.3 O subjuntivo nas orações adverbiais	122
2.3.4 Os tempos verbais do subjuntivo	123
2.3.5 Síntese do uso do subjuntivo segundo a Tradição Gramatical	125
2.4 O MODO SUBJUNTIVO NUMA PERSPECTIVA ESTRUTURALISTA	127
2.5 O SUBJUNTIVO NA VISÃO GERATIVISTA: UMA ABORDAGEM DO MODELO <i>STANDARD</i> DE CHOMSKY	131
2.6 O MODO SUBJUNTIVO VISTO PELA DIALETOLOGIA	136
2.7 O MODO SUBJUNTIVO VISTO PELA SOCIOLINGÜÍSTICA	141

2.7.1 O subjuntivo no português urbano	142
2.8 O SUBJUNTIVO NO CRIOULO DE CABO VERDE	146
2.9 CONSIDERAÇÕES ACERCA DE MODO E MODALIDADE	149
CAPÍTULO 3: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	152
3.1 A LÍNGUA SOB UMA PERSPECTIVA SOCIAL	152
3.2 A SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA: ESTUDOS SOBRE A VARIAÇÃO E A MUDANÇA NA LÍNGUA	155
3.2.1 A variação na sintaxe: a questão do significado	160
3.2.2 O princípio da saliência fônica	163
3.3 O PROCESSO DE TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA IRREGULAR	164
3.3.1 Características do processo de TLI	168
3.3.2 Os contextos sociais necessários para a ocorrência do processo de TLI	170
3.3.3 Os contextos sociais da formação lingüística do Brasil	173
CAPÍTULO 4: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	175
4.1 A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> : AMOSTRA DO PROJETO VERTENTES	175
4.1.1 O trabalho de campo	176
4.1.2 A escolha dos informantes	177
4.2 AS ENTREVISTAS	181
4.3 OS CRITÉRIOS PARA TRANSCRIÇÃO DOS DADOS	182
4.4 O LEVANTAMENTO DOS DADOS	183
4.5 O CONTEXTO LINGÜÍSTICO: A VARIÁVEL DEPENDENTE E AS VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS	184
4.5.1 A variável dependente	184
4.5.1.1 O emprego do subjuntivo em orações relativas: fatores lingüísticos	187
4.5.1.1.1 Tipo de oração relativa	188
4.5.1.1.2 Nível de referência do antecedente	188
4.5.1.1.3 Nível de realidade da predicação contida na oração relativa	188
4.5.1.1.4 Tempo do subjuntivo previsto no uso culto	189
4.5.1.1.5 Localização temporal do evento expresso na oração relativa em relação ao momento da enunciação	190
4.5.1.1.6 Morfologia verbal	190
4.5.1.2 O subjuntivo nas orações completivas: fatores lingüísticos	191
4.5.1.2.1 Tipo da oração em que a completiva está encaixada	192
4.5.1.2.2 Tipo do verbo da oração em que a completiva está	193

encaixada	
4.5.1.2.3 Tempo do verbo da oração em que a completiva está encaixada	194
4.5.1.2.4 Tempo do subjuntivo previsto no uso culto	194
4.5.1.2.5 Avaliação do falante acerca do nível de realidade do evento referido na oração completiva	195
4.5.1.2.6 Morfologia verbal	196
4.5.2 AS VARIÁVEIS EXTRALINGÜÍSTICAS	197
4.5.2.1 O sexo	197
4.5.2.2 A faixa etária	198
4.5.2.3 O nível de escolaridade	199
4.5.2.4 A estada fora da comunidade	199
4.5.2.5 O isolamento geográfico das comunidades	200
4.5.2.6 Dados históricos das comunidades estudadas	201
4.5.2.6.1 Cinzento	201
4.5.2.6.2 Helvécia	202
4.5.2.6.3 Rio de Contas	204
4.5.2.6.4 Sapé	205
4.6 MODELO QUANTITATIVO: O PROGRAMA VARBRUL	206
CAPÍTULO 5: A ANÁLISE DOS DADOS	208
5.1 A ANÁLISE DOS DADOS DAS ORAÇÕES RELATIVAS	211
5.1.1 Definição objetiva dos contextos em que o subjuntivo não é usado categoricamente nas orações completivas	211
5.1.2 As variáveis lingüísticas	215
5.1.2.1 Localização temporal do evento expresso na oração relativa em relação ao momento da enunciação	215
5.1.2.2 Tempo do subjuntivo previsto no uso culto	216
5.1.2.3 Morfologia verbal	221
5.1.2.4 Conclusão da análise das variáveis lingüísticas	222
5.1.3 As variáveis sociais	223
5.1.3.1 Estada fora da comunidade	225
5.1.3.2 Sexo	226
5.1.3.3 Nível de escolaridade	227
5.1.3.4 Conclusão da análise das variáveis sociais	228
5.2 A ANÁLISE DOS DADOS DAS COMPLETIVAS	229
5.2.1 Definição objetiva dos contextos em que o subjuntivo não é usado categoricamente nas orações completivas	229
5.2.2 As variáveis lingüísticas	231
5.2.2.1 Tipo da oração em que a completiva está encaixada	232

5.2.2.2 Tipo do verbo da oração em que a completiva está encaixada	234
5.2.2.3 Tempo do verbo da oração em que a completiva está encaixada	236
5.2.2.4 Tempo do subjuntivo previsto no uso culto	238
5.2.2.5 Avaliação do falante acerca do nível de realidade do evento referido na oração completiva	239
5.2.2.6 Morfologia do verbo da oração completiva	241
5.2.2.7 Conclusão da análise das variáveis lingüísticas	242
5.2.3 As variáveis sociais	244
5.2.3.1 Faixa etária	244
5.2.3.2 Conclusão da análise das variáveis sociais	245
CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
REFERÊNCIAS	253
ANEXOS	264
1- CHAVE DE TRANSCRIÇÃO	265
2- CHAVE DE CODIFICAÇÃO: O USO DO MODO SUBJUNTIVO EM ORAÇÕES RELATIVAS	272
3- CHAVE DE CODIFICAÇÃO: O USO DO MODO SUBJUNTIVO EM ORAÇÕES COMPLETIVAS	278
3- Entrevista com o informante 05 de Sapé	283
4- Mapa das comunidades rurais afro-brasileiras de Cinzento, Helvécia, Rio de Contas e Sapé	317

INTRODUÇÃO

O estudo sobre o modo verbal vem despertando o interesse de diversos pesquisadores da língua, de forma que podemos observar, nos últimos anos, muitos trabalhos publicados a respeito do assunto. Na verdade, a variação no uso dos modos, especificamente do subjuntivo, em português, é um fato incontestável e muitas são as explicações para esse fenômeno a depender das orientações teóricas seguidas pelos pesquisadores.

Nessa dissertação, aplicamos a teoria da variação lingüística laboviana, além de nos pautar também na teoria da transmissão lingüística irregular (TLI), como forma de explicar a variação no uso dos modos verbais entre falantes de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, situadas no interior do estado da Bahia. Com efeito, em linhas gerais, consideramos a hipótese de que a variação no uso do subjuntivo nessas comunidades seja resultado do processo de transmissão lingüística irregular, desencadeado pelo massivo contato do português com as línguas africanas, ocorrido nos períodos colonial e imperial. Na verdade, acreditamos que nessas comunidades, diferentemente do que se observa em pesquisas no português urbano, o subjuntivo vem gradativamente ganhando ambiente antes ocupado apenas pelo indicativo, visto que os antepassados desses falantes devem ter adquirido através do processo de TLI as formas do indicativo, pois este modo, por se referir a eventos reais, tende a ser mais usado na comunicação, podendo ser definido, portanto, como o modo morfológicamente não marcado. Nesse sentido, cremos que o subjuntivo vem sendo adquirido por estes falantes em decorrência da difusão dos meios de comunicação e de toda a infra-estrutura propiciada pela urbanização de nosso país.

Uma análise sociolingüística permite-nos descrever as opções de emprego dos modos verbais, identificando os contextos lingüísticos e extralingüísticos, de forma que a comunidade e sua história, juntamente com a identidade cultural do falante possam contribuir para examinar a questão da variação na fala, além de observar como esta reflete o cenário diversificado da realidade lingüística do português do Brasil.

A tradição gramatical apresenta um sistema de modo verbal, cujo emprego se baseia ora em critérios semânticos, ora em critérios sintáticos e formais, ou seja, cabe tanto ao fator semântico e sintático quanto às conjunções e aos advérbios a determinação dos modos. De fato,

se nos pautarmos na gramática tradicional, observaremos uma miscelânea de regras que norteiam o emprego dos modos verbais, especificamente do subjuntivo.

Esse conjunto de fatores arrolados pela tradição gramatical portuguesa atesta a variação no emprego dos modos verbais, uma vez que apresenta, por exemplo, a anteposição ou posposição do advérbio *talvez* ao verbo como regra de emprego de subjuntivo ou de indicativo, respectivamente, como se o advérbio por si só marcasse a atitude que deveria estar categoricamente expressa pelo verbo, como em:

- (i) *Talvez eu compre* uma camisa;
- (ii) *Comprarei talvez* uma camisa.

Além disso, os modos verbais são também condicionados por regras facultativas cuja aplicação é regulada por fatores intencionais e subjetivos, pois, muitas vezes, cabe à atitude do falante o emprego de determinado modo, mesmo que a estrutura gramatical indique o uso de um modo específico. Por outro lado, podemos verificar também que a complexidade em estudar a forma verbal se dá inicialmente a partir do fato de que um mesmo morfema acumula em si as noções de tempo e de modo. Semanticamente são valores distintos, mas são indissociados morfologicamente.

Atentemos, diante disso, para o critério semântico adotado pela tradição gramatical na definição dos modos verbais: prescreve-se categoricamente para cada modo uma atitude subjetiva do falante, associando tais atitudes a determinados tipos de verbos e, assim, desencadeando uma oposição semântica entre o indicativo e o subjuntivo, de forma que é inerente a este uma atitude de incerteza e àquele uma atitude de convicção acerca do real. No entanto, tal postura da normatividade não leva em conta que as diferentes atitudes do falante estão mais voltadas para a subjetividade deste e não para um tipo de verbo específico. É importante ressaltar ainda que muitas das terminologias e normas adotadas pelo padrão da língua portuguesa no emprego dos modos verbais são confusas e incoerentes com a linguagem coloquial corrente.

Tendo isso em vista, podemos afirmar que o respaldo teórico apresentado pela gramática tradicional é totalmente contraditório com o uso, o que leva autores como Mattoso Câmara (1979) e Perini (2004) a afirmarem que o emprego das formas do subjuntivo em português constitui uma pura servidão gramatical, admitindo, dessa maneira, a perda dos valores semânticos (incerteza, dúvida, hipótese) prescritos ao modo subjuntivo pela posição normativa e a passagem desses valores para outras estratégias da língua. A título de ilustração, podemos ressaltar que o

subjuntivo, muitas vezes, se opõe ao indicativo por um mecanismo meramente formal, como a posposição ou anteposição do advérbio *talvez* ao verbo.

Tomando como base Santos (2003), achamos conveniente, como primeiro passo, observar o que existe de comum em:

- (i) Quero que você **estude** hoje
- (ii) Talvez você **estude** hoje
- (iii) Duvido que você **estude** hoje
- (iv) **Estude** hoje
- (v) Fico contente que você **estude** hoje

Curiosamente, poderíamos nos perguntar o que permite a mesma forma – **estude** – assumir conteúdos semânticos distintos, como dúvida, vontade, sentimento etc. Levando em conta o que prescreve a tradição gramatical, no que diz respeito ao emprego do subjuntivo, diríamos que tal modo é determinado automaticamente pelo tipo de verbo da oração principal e, assim, deparamo-nos com um “problema” sintático. Por outro lado, assume-se também que o modo verbal é dependente de uma atitude do falante diante de um fato ou de uma proposição enunciada, referindo-se, assim, a uma questão semântico-pragmática.

No entanto, o emprego do subjuntivo não se deve exclusivamente a uma questão sintática ou semântico-pragmática, mas também, e com certa frequência, a expressões de dúvida, a conjunções, a advérbios etc. Daí poderíamos supor que os princípios sintático e semântico-pragmático de emprego do subjuntivo estariam estreitamente relacionados com tais *partículas*.

Diante dessa panorâmica de definições de usos do subjuntivo, parece-nos interessante citar a seguinte afirmação de Santos (2003, p. 34):

Surtem então vários paradoxos difíceis de aceitar. Fala-se num modo subordinado e, muitas vezes, sem sentido próprio, reflexo automático de uma regra gramatical destituída, até, de força real, mas, ao mesmo tempo, enumeram-se todos os sentidos possíveis das expressões regentes, considerando que o 'conjuntivo' surge por força desses mesmos sentidos. Fala-se em ocorrência obrigatória, decorrente de uma regência pré-estabelecida, mas não se põe de parte que o 'conjuntivo' possa exprimir um sentido próprio. Fala-se nos casos em que um falante *escolhe* voluntariamente o 'conjuntivo' e, ao fazê-lo, cria uma diferença pertinente em relação a outras formas que poderiam surgir no mesmo contexto, mas também se insiste no seu caráter excepcional, que não invalidaria a regra geral.

Em outras palavras, podemos dizer que uma explicação meramente sintática não abarcaria todas as ocorrências do subjuntivo e, devido a isso, recorre-se a critérios puramente semânticos,

que, por sua vez, são insuficientes, não cobrindo todos os aspectos de uso desse modo em português, valendo-se, assim, de definições de *varia* ordem.

Valer-se tão-somente de apenas um desses critérios (ou até mesmo de todos) para tentar explicar nosso objeto de estudo (o subjuntivo) irá depender da perspectiva teórica adotada. Todavia, é importante ressaltar que é extremamente complexo o estudo da flexão verbal de modo em português, visto que, quando observamos, por exemplo, o contexto semântico de emprego do subjuntivo em que o falante opta voluntariamente por impulso expressivo por determinado modo, verificamos que há uma mudança no sentido da frase, portanto, não há variação. Assim, para a teoria variacionista, quando a opção implica uma diferença no valor semântico da oração, ou seja, quando os contextos em que haja alternância entre as formas do subjuntivo e do indicativo indicar mudanças semânticas, não há variação, pois os significados são distintos, ao passo que a variação remete ao processo de alternância entre duas formas que, no mesmo contexto, remetem ao mesmo significado.

A análise do uso do modo verbal sob a perspectiva da sociolinguística quantitativa permite-nos demonstrar em que medida o contexto linguístico condiciona o emprego dos modos, bem como com que frequência uma camada da estrutura social impulsiona a aplicação do mesmo.

Diante disso, com o intuito de observarmos a frequência do emprego do subjuntivo condicionado pelos ambientes linguísticos e extralinguísticos, empregamos, para a análise quantitativa dos nossos dados, o pacote de programas VARBRUL.

Nosso estudo objetiva discutir a variação no uso do modo subjuntivo em português, verificando a frequência de emprego desse modo em quatro comunidades rurais afro-brasileiras, a saber, Cinzento, Helvécia, Rio de Contas e Sapé. Dessa forma, para análise dos dados dessas comunidades, utilizaremos os *corpora* constituídos pelos pesquisadores do *Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia*, cedidos pelo nosso orientador. Na verdade, serão analisadas 28 entrevistas, com cerca de uma hora de duração cada uma delas. Para a análise destas, inicialmente, identificar-se-ão as ocorrências de subjuntivo, para em seguida revisar e codificar os dados, aplicando o pacote de programas VARBRUL para o seu processamento quantitativo. Enfim, este estudo que ora se apresenta em forma de dissertação tem como base empírica um trabalho de pesquisa fundado no modelo teórico da sociolinguística variacionista na sua vertente quantitativa e está estruturado como se segue.

No primeiro capítulo, A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL, apresentaremos uma breve história da língua portuguesa no Brasil, bem como a polêmica sobre a formação do português popular brasileiro e a influência do contato entre línguas na constituição deste, abordando, para tanto, os pontos de vista de diversos estudiosos sobre esta temática. Nesse sentido, discutiremos o papel dos diferentes segmentos étnicos na formação do português do Brasil, além de apresentarmos a distinção entre o português urbano e o português rural, tendo como base a visão da bipolarização no português brasileiro.

No segundo capítulo, O MODO SUBJUNTIVO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS, decidimo-nos por apresentar uma breve história do fenômeno do modo subjuntivo desde a tradição latina ao português hodierno. Para tanto, abordaremos autores que se dedicaram ao estudo do latim clássico e do vulgar, citando exemplos latinos e comparando-os, algumas vezes, com a gramática normativa do português. Apresentaremos, nesse capítulo, nosso estudo sobre o emprego do subjuntivo na história da língua portuguesa, de forma a observar o tipo de variação documentada nesse período, além de fazermos uma explanação sobre o emprego desse modo verbal para a tradição gramatical portuguesa hoje. Abordaremos ainda o modo subjuntivo sob diferentes perspectivas lingüistas: estruturalista, gerativista, da dialetologia e da sociolingüística, além de apresentarmos o uso do subjuntivo no crioulo cabo-verdiano de base portuguesa. Ao lado disso, teceremos algumas considerações acerca dos conceitos de modo e modalidade.

No terceiro capítulo, PRESSUPOSTOS TEÓRICOS, explanaremos sobre a teoria que nos servirá de alicerce na análise dos *corpora* supracitados. Dessa forma, entendemos a língua sob uma perspectiva social, citando a variação e a mudança no aparato da Sociolingüística Variacionista. Além disso, consideramos a teoria da Transmissão Lingüística Irregular como fundamental para explicar tanto o nosso objeto de estudo (a variação no uso do subjuntivo) como também a constituição sócio-histórica do português popular do Brasil. Faremos uso também do princípio da saliência fônica, a fim de verificar duas situações: (i) a aplicação das formas de subjuntivo nos verbos regulares e irregulares e, assim, se há uma maior freqüência de uso do subjuntivo nestes últimos; e (ii) o uso do subjuntivo nos tempos presente e imperfeito, de forma a observar se o material fonético mais saliente neste contribui para o uso das formas de subjuntivo. Sendo assim, visaremos a explicar as estratégias utilizadas no processo de aquisição do padrão culto do português atual pelos falantes da variedade popular em comunidades constituídas por afro-descendentes.

O quarto capítulo, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, refere-se ao aparato que nos norteará no desenvolvimento da pesquisa. Na verdade, trata-se de uma abordagem das variáveis dependentes e independentes e dos passos necessários para a constituição dos *corpora* que serão analisados em nossa dissertação: as entrevistas, os critérios usados na transcrição das fitas, o levantamento dos dados, as variáveis dependentes e explanatórias. Além do mais, achamos conveniente sumarizar um panorama histórico das quatro comunidades.

No quinto capítulo, A ANÁLISE DOS DADOS, serão apresentados os resultados obtidos no processamento quantitativo dos dados das variáveis lingüísticas e sociais selecionadas pelo VARBRUL, bem como nossa análise dos resultados obtidos. A este capítulo, seguem-se as considerações finais, nas quais fizemos ilações acerca do tema específico e geral aos quais esta pesquisa se deteve: o subjuntivo na nossa realidade lingüística e a importância do contato entre línguas e do processo de transmissão lingüística irregular na formação do português popular do Brasil. Além disso, em anexo, acrescentaremos as chaves de transcrição das entrevistas e de codificação dos dados, uma entrevista com um dos informantes da comunidade de Sapé e o mapa referente às comunidades estudadas.

CAPÍTULO 1: A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

A língua reflete o contexto sócio-histórico e cultural de um povo e é utilizada por este como instrumento *sui generis* de comunicação. Sendo assim, estudar uma língua significa buscar compreender toda a história e a cultura da sociedade na qual ela emergiu. Na verdade, reconhecer que há uma relação entre língua e sociedade faz-se essencial para o entendimento da organização social de um grupo de falantes, uma vez que a heterogeneidade lingüística manifesta a heterogeneidade social. Com efeito, os vários falares representam os diversos grupos que compõem uma sociedade.

Discutir a diversidade lingüística no Brasil, comumente encarada com visões preconceituosas, contribui para a construção da história dos diferentes povos que entraram em contato na colonização de nosso povo. Nesse sentido, o estudo dos dialetos de comunidades de afro-descendentes torna-se relevante para a compreensão de nossa história lingüística e da história de um povo, muitas vezes, marginalizado, visto que, devido às atitudes eurocêtricas de uma suposta superioridade cultural e lingüística do colonizador sobre os povos colonizados, a língua e a cultura do negro foram relegadas a um nível inferior à do branco europeu.

Para se compreender, por exemplo, o porquê do português do Brasil apresentar traços distintos do de além-mar, temos de observar o contexto sociolingüístico no qual ele emergiu, ou seja, para entendermos a diversidade lingüística brasileira, temos de compreendê-la como resultado do convívio, na colonização, de diferentes povos, com suas próprias línguas e culturas¹.

Quando os portugueses chegaram em 1500 ao Brasil, este já era povoado por um imenso contingente de indígenas, classificados linguisticamente em três grandes troncos: Tupi, Macro-Jê e Aruák e em numerosas famílias de línguas, o que contribuiu para desfavorecer o predomínio dessas sobre a língua portuguesa. Esta, tendo sua estruturação com base numa origem clássica (no caso, o latim), era a língua de um império em ascensão devido à expansão ultramarina.

A ocupação efetiva da América portuguesa pelos colonizadores se processou apenas em 1532. No entanto, nesse momento inicial, os portugueses não impuseram sua língua aos

¹ Para Elia (1979, p. 15), “As línguas são produto e veículo das culturas; e contato de cultura é, *ipso facto*, contato de línguas.”

colonizados, pelo contrário, tentaram aprender a língua destes², ocorrendo assim uma situação de bilinguismo, ou multilinguismo generalizado, referido por Mattos e Silva (2004). Não podemos deixar de levar em conta a chegada ao Brasil³ de escravos africanos que tiveram de usar o português como língua de comunicação, adaptando-a a sua realidade. Nos séculos XVII e XVIII, a língua portuguesa foi, paulatinamente, se firmando, como estratégia política e cultural e, assim, o português foi se tornando a língua mais falada no Brasil.

Isto posto, fica claro que o português lusitano foi adquirido por falantes de outras línguas, principalmente africanas, cujos povos foram trazidos para o Brasil como escravos, estando sujeitos a um contato mais próximo com a população branca européia.⁴ Dessa forma, a língua portuguesa foi uma espécie de segunda língua da população de africanos que, muitas vezes, tinha de se misturar nas senzalas com negros de diferentes tribos e línguas, a fim de se evitar revoltas⁵, o que resultou num *dialeto das senzalas*⁶. Os descendentes dos escravos, por sua vez, adquiriam o português como língua materna e essa transmissão lingüística, tanto entre os escravos africanos quanto entre seus descendentes, sem apoio de escolas e de instrutores, contribuiu para a constituição do nosso vernáculo, que, evidentemente, apresentava traços específicos, distintos do português falado em Portugal, mas que não se acentuaram totalmente no decorrer do tempo, devido a uma maior integração social em nosso país, proporcionada pelas escolas, meios de comunicação, de transporte etc.

Desse modo, a língua portuguesa no Brasil é marcada pelo contato entre povos que se deu no início da colonização, principalmente pela voz africana que teve de fazer uso do português, adaptando-o à sua realidade. Desprezar a contribuição lingüística do negro, durante muito tempo considerado inferior ao branco europeu, significa relegar parte da história lingüística de nossa sociedade, visto que a língua reflete todo o contexto sócio-histórico e cultural de um povo. Acreditamos que estudar dialetos de comunidades afro-brasileiras isoladas é de grande valor para se discutir a origem das variações ocorridas no português popular do Brasil, já que estes locais, por se originarem, muitas vezes, de antigos quilombos, apresentam um passado marcado pelo

² Os jesuítas ensinavam a chamada *língua geral*, que era uma espécie de tupi simplificado, “(...) gramaticalizado pelos jesuítas e, destarte, tornado uma língua comum” (TEYSSIER, 2004, p. 94).

³ Brasil está sendo utilizado para designar América portuguesa.

⁴ Já que não podemos deixar de registrar o intenso genocídio e glotocídio ocorridos com as populações indígenas, o que teria também contribuído para uma menor participação dos índios no contato sociolingüístico.

⁵ Na verdade, esta era uma das políticas coloniais que consistia em concentrar quantidades de negros com línguas distintas, em um mesmo local, a fim de se evitar revoltas e fugas.

⁶ Castro (1980) denomina *dialeto das senzalas* ao primeiro tipo de comunicação entre os africanos que viviam nas senzalas e nos quilombos.

contato entre línguas, que se conserva em função do isolamento em que se mantiveram até recentemente. Além disso, contribui-se para dar luz à verdadeira participação dos negros na formação do português popular brasileiro, visto que sempre foram considerados “uma multidão obscura que jamais teve voz própria” (MATTOSO, 1990 [1979], p.11).

1.1 BREVE HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Para se estudar o português do Brasil, temos de também estudar a história social de nosso povo, a fim de observarmos a estreita relação que há entre a constituição sociocultural da nossa sociedade e a nossa formação lingüística.

A história da língua portuguesa falada no Brasil está estreitamente ligada ao contato entre povos que se processou no início da colonização, principalmente, à voz do escravo africano, para o qual o português foi transmitido de forma irregular. De forma geral, a América portuguesa já era habitada por aborígenes e com o início da colonização foram trazidos um grande número de escravos da África. Assim, o português, o negro e o índio formaram as três bases da população brasileira no período colonial, sendo que estes dois últimos elementos tiveram de assimilar, muitas vezes, por imposição, a cultura e a língua dos conquistadores.

Desse modo, o branco europeu entrou em contato com diferentes povos e transmitiu aos poucos, pelo menos no início da colonização e, de forma mais acelerada, nos últimos séculos de domínio português, a língua portuguesa. Com efeito, podemos distinguir dois tipos de políticas lingüísticas efetuadas ao longo da história do Brasil colonial: a dos jesuítas, que, como bem colocou Mattos e Silva (1998), priorizou o que veio a ser designado por Anchieta como *a língua mais falada na costa do Brasil* ou o chamado *Tupi da Costa* e a política pombalina, que proibiu o uso de qualquer outra língua que não fosse a portuguesa, transformando esta na língua oficial do Brasil. Assim, a partir da segunda metade do século XVII, a língua portuguesa foi se tornando hegemônica e oficial.

No período colonial, o Brasil se caracterizou por ser um país eminentemente rural. Inicialmente, apenas o litoral foi colonizado; com a fundação de São Paulo e com as atividades dos bandeirantes, começa-se o adentramento para o sertão e para as regiões interioranas, ainda

não povoadas por colonos. No que se refere ao desenvolvimento da colônia, está claro que a América portuguesa de forma geral foi colonizada para atender apenas a questões econômicas, visto que a vida cultural e intelectual, com o estabelecimento de universidades e de tipografia, estava longe de se firmar aqui, fato este que a diferenciou da América espanhola.

Com a vinda dos jesuítas para o Brasil e com a catequização dos indígenas, podemos dizer que vigorou, grosso modo, duas línguas de comunicação na colônia: o português e a língua geral. Nesse sentido, José de Anchieta publicou em 1595 a *Arte da Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil*. Havia assim certo bilinguismo na fase inicial da colonização, se considerarmos situações de contato entre falantes de línguas portuguesa e geral (indígenas) ou multilinguismo, caso levemos em conta o português, a língua geral e as línguas indígenas e africanas. Para Mattos e Silva (2004, p. 77):

Os jesuítas tinham como princípio de catequese usar as línguas da terra em que chegavam. Assim sendo, fazia parte do seu programa catequético no Brasil dominar a(s) língua(s) local(is). Diante da relativa homogeneidade lingüística do litoral, a estratégia imediata e coerente foi a de dominar a língua que vieram a designar de brasílica.

Segundo Rodrigues (1986), o termo língua brasílica vigorou nos dois primeiros séculos de colonização, pois, durante todo o século XVII, ainda não havia utilizado a designação *língua geral*.

Observar a questão da importância de três etnias distintas na formação do português do Brasil é extremamente significativo tanto do ponto de vista lingüístico quanto sociocultural, uma vez que entender a constituição histórica de nossa língua, bem como sua difusão pode contribuir para a explicação da origem das variações do português popular brasileiro que tanto o distingue do português culto do Brasil.

Mussa, na dissertação intitulada *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*, apresentada em 1991, aponta a importância da história demográfica para a história lingüística de um povo. Nesse sentido, Mattos e Silva (2004, p. 34) considera que a demografia histórica “fornece pistas interessantes e significativas para a história das línguas (...)” Diante disso, temos de destacar a importância do contato entre os diferentes povos e entre suas línguas para a compreensão do português popular brasileiro. Sendo assim, achamos conveniente citar a seguinte afirmação de Mussa (1991, p. 244):

É inadmissível desconsiderar, como se vem fazendo, a participação das populações africanas no conjunto da história lingüística brasileira. Do ponto de vista de uma

dinâmica histórica, o português dos africanos e o português do europeu detêm o mesmo valor, não podendo ser tomados isoladamente como ponto de partida explicativo.

Podemos então resumir, em linhas gerais, a situação lingüística do Brasil da seguinte forma: o português era falado pelos colonos europeus; os indígenas continuavam a utilizar a *língua geral*, mas tinham de aprender a língua portuguesa, apesar de conservarem, muitas vezes, seus idiomas particulares; por outro lado, as populações africanas, separadas de suas tribos de origem, foram obrigadas a conviver com negros de cultura e línguas distintas das suas, pois esta era uma forma que os colonos tinham para evitar que houvesse rebeliões nas senzalas. Sendo assim, os negros maneжaram o português também de modo irregular, apenas através do contato com o branco europeu.

Temos de levar em conta ainda que essa parcela de africanos e de afro-descendentes que constituíram a população colonial é extremamente significativa do ponto de vista lingüístico, sendo, de certa forma, o agente principal de difusão, nos termos de Mattos e Silva (2004, p. 90), do português geral brasileiro, “antecedente histórico do chamado português popular brasileiro.” Nessa perspectiva, podemos citar a seguinte afirmação de Mattos e Silva (2004, p. 82):

Juntamente com o português europeu que chega ao Brasil em 1500, e nos séculos subsequentes, e que com os luso-descendentes brancos perfazem no período colonial uma base média de 30% da população brasileira nos três séculos de colonização, juntamente com as línguas gerais indígenas que aqui se formaram, é a população africana e os afro-descendentes o outro conjunto de actantes que importa considerar ao se observar a dinâmica do multilinguismo/multidialetalismo do Brasil colonial.

Somos da opinião de que não se devem buscar marcas de línguas africanas no português brasileiro. Na verdade, devemos considerar o fato de que foi significativa a presença africana e de seus descendentes no processo de transmissão irregular do português, língua que desempenhou papel hegemônico, principalmente, a partir da política pombalina. O contato entre línguas ininteligíveis e, conseqüentemente, o processo de transmissão irregular de uma destas línguas foi, de certa forma, capital para a constituição do português popular do Brasil (doravante, PPB). Assim, podemos considerar o negro o principal agente de transmissão irregular do português, daí a sua importância para se compreender a origem das variações presentes no PPB, que tanto o distanciam do português europeu (PE).

Certamente, dentre os recursos lingüísticos disponíveis, a massa africana poderia ter optado tanto pelas línguas indígenas ou as línguas gerais indígenas, quanto pelo português do branco europeu, mas, devido ao papel hegemônico deste e pelo fato de um grande número de

africanos já usarem o português transmitido através do contato com colonos, a língua portuguesa foi utilizada e de certo modo reestruturada⁷ pelos escravos durante o processo de transmissão lingüística irregular (doravante, TLI).

Diante disso, achamos conveniente citar a afirmação de Darcy Ribeiro, em seu livro *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*:

(...) o negro exerceria um papel decisivo na formação da sociedade local. Seria, por excelência, o agente de europeização que difundiria a língua do colonizador e que ensinaria aos escravos recém-chegados as técnicas de trabalho, as normas e valores próprios da subcultura a que se via incorporado (RIBEIRO, 1995, p. 220).

Além disso, o português falado pelos escravos africanos foi transmitido em situações informais, de oralidade e como bem afirma Ribeiro (1995, p. 220):

A primeira tarefa cultural do negro brasileiro foi a de aprender a falar o português que ouvia aos berros do capataz. Teve de fazê-lo para comunicar-se com seus companheiros de desterro, oriundos de diferentes povos. Fazendo-o, se reumanizou (...) conseguindo dominar a nova língua, não só a refez, emprestando singularidade ao português do Brasil, mas também possibilitou sua difusão por todo o território.

A origem de muitas variações no português do Brasil (doravante, PB) está, por excelência, relacionada com a questão do contato e da transmissão lingüística irregular. Afirmar que a presença da massa africana, bem como da indígena tenha apenas acelerado uma tendência da língua significa adotar uma visão conservadora do ponto de vista sociocultural e histórico. Por outro lado, acreditamos também que adotar a visão da criouliização prévia no PB é extremamente generalizante e inadequada.

Por volta da segunda metade do século XVIII, a *língua geral* entra em decadência, devido a diferentes razões, como a vinda de uma grande leva de portugueses, atraídos pelas minas de ouro e de outras pedras preciosas naquela época descobertas no Brasil e devido ao:

(...) Diretório criado pelo marquês de Pombal em 3 de maio de 1757, cujas decisões, aplicadas primeiro ao Pará e ao Maranhão, se estenderam, em 17 de agosto de 1758, a todo o Brasil. Por elas proibiu-se o uso da língua geral e obrigava-se oficialmente o da língua portuguesa. A expulsão dos jesuítas, em 1759, afastava da colônia os principais protetores da língua geral. Cinquenta anos mais tarde o português eliminaria definitivamente esta última como língua comum, restando dela apenas um certo número de palavras integradas no vocabulário português local e muitos topônimos (TEYSSIER, 2004, p. 95).

⁷ Reestruturada aqui no sentido de adaptada às condições sociais do negro, a sua realidade, ou seja, a um meio no qual o português foi transmitido sem o auxílio de escolas e de instrutores.

A política lingüística no Brasil dos jesuítas em priorizar a língua geral e a catequização dos indígenas, juntamente com as situações típicas nas senzalas de separar os negros oriundos da mesma tribo africana e a necessidade cada vez maior destes entenderem os capatazes contribuíram para a transmissão de uma língua (no caso, o português), sem auxílio de escolarização e de outros meios de normatização.

O português brasileiro culto, de forma geral, só alcançará os seus contornos mais nítidos com o desenvolvimento dos meios de instrução e da escolarização. Para Mattos e Silva (2004, p. 71-72):

O grande acontecimento histórico ocorrido naquele momento decorre da política geral e da política lingüística pombalinas, que definem a língua portuguesa como língua oficial da colônia brasileira e iniciam o incentivo a seu ensino antes preterido pelos jesuítas, em função da catequese e da colonização, em favor da chamada língua geral indígena de base tupinambá, e do latim, língua de cultura letrada do mundo ocidental ainda nessa época.

Portanto, a difusão do português culto parece ter se iniciado apenas no final do período colonial, com a política pombalina, sendo ampliada, após a Independência, pela Constituição de 1824, que explicita a necessidade de escolarizar a população brasileira, objetivando tornar o ensino universal e obrigatório. No entanto, a escolarização não atingiu uma significativa parcela da população. Segundo Houaiss (1992) havia apenas cerca de 0,5% de letrados no Brasil até o fim do século XVIII. Em 1872, numa população estimada em 4,6 milhões, no primeiro censo oficial do Brasil:

Os primeiros dados gerais sobre instrução mostram enormes carências nessa área. Em 1872, entre os escravos, o índice de analfabetos atingia 99,9% e entre a população livre aproximadamente 80%, subindo para mais de 86% quando consideramos as mulheres. Mesmo descontando-se o fato de que os percentuais se referem à população total, sem excluir crianças nos primeiros anos de vida, eles são bastante elevados. Apurou-se ainda que somente 16,8% da população entre 6 e 15 anos freqüentavam escolas. Havia apenas 12 mil alunos matriculados em colégios secundários. Entretanto, calcula-se que chegavam a 8.000 o número de pessoas com educação superior no país. Um abismo separava, pois, a elite letrada da grande massa de analfabetos e gente com educação rudimentar (FAUSTO, 1994, p. 237).

Podemos destacar que em 1872 havia uma enorme carência de alfabetizados⁸, correspondendo a menos de 0,5% o número de pessoas que freqüentavam instituição de ensino quer seja de nível “secundário” quer seja de nível superior. Esses dados apontam para uma heterogeneidade e variação mais intensa no português do Brasil, visto que o controle normativizador atingia a uma pequena parcela da população. Nesse sentido, podemos considerar

⁸ Era proibido até mesmo aos negros forros freqüentarem escolas.

a polarização defendida por Lucchesi (1994): de um lado, ou seja, em um pólo, encontram-se as normas vernáculas, conhecidas na bibliografia especializada como português popular brasileiro e, em outro pólo, destacamos as normas cultas (português culto brasileiro). Esta polarização de nossa língua pode ter se iniciado no final do século XVIII e início do XIX, quando o recurso ao uso escrito e a normatização do português passaram a ser incentivados na sociedade brasileira. Queremos ressaltar apenas que, se em 1872 o panorama brasileiro referente à instrução escolar era tão precário, o que pensarmos então dessa situação nos séculos iniciais de colonização, já que neste período o multilinguismo era acentuado.

Com base na distinção entre uma norma culta e uma norma vernácula, acreditamos que muito mais do que apontar diferenças entre estas variedades e entre suas subdivisões, é fundamental que se compreenda que cada uma delas está ligada a um contexto sócio-histórico distinto e, portanto, apresenta diferentes razões históricas para explicar suas diversidades. Já que a diferença, a variedade, do ponto de vista da língua, é explicada pela necessidade de uso lingüístico de cada sociedade, de cada povo. Sendo assim, é importante entender que tanto o português culto quanto o português popular apresentam histórias distintas, revelando origens muito distanciadas, apesar de muitas vezes se aproximarem. Para Mattos e Silva (2001; 2004), o português geral brasileiro, antecedente do português popular do Brasil, teve como maior difusor o negro, nas situações de contato e, acrescentamos, pelo processo de transmissão lingüística irregular. O português culto, por sua vez, foi, grosso modo, incentivado a partir da política pombalina em tornar a língua portuguesa hegemônica e oficial no território brasileiro.

Diante do exposto, é conveniente citar que são poucos os dados que temos para demonstrar com rigor a situação lingüística do Brasil colonial. Acreditamos que fatos da demografia histórica e outros dados sócio-históricos documentados contribuirão para uma melhor compreensão da formação do português brasileiro falado. É necessário destacar apenas que estudos sobre a presença de povos de línguas distintas no Brasil, especialmente o negro, que tão bem participou da constituição econômica e social de nosso país, conjugados com fontes sobre os precários recursos de instrução escolar já nos séculos XVIII e XIX podem demonstrar como o processo de TLI contribuiu para o surgimento de variações no português falado no Brasil, daí a importância de se estudar a diversidade lingüística registrada em comunidades de afro-descendentes, onde há ausência de meios de escolarização e certo isolamento do meio urbano. Na verdade, por serem descendentes de antigos quilombos, estas comunidades tendem a melhor

conservarem marcas do contato entre línguas e da transmissão lingüística irregular que possivelmente se processaram nestes locais no período colonial. Estudar uma língua significa estudar a história social de seu povo. Assim, não nos basta identificar os povos que constituíram a nossa sociedade, é preciso observar o papel de cada um deles na formação do nosso vernáculo.

1.2 A POLÊMICA SOBRE A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL

O português popular do Brasil vem constantemente apresentando traços que o distanciam do português europeu e a origem dessas variações tem causado controvérsias entre os estudiosos.

Podemos distinguir entre três formulações teóricas que propõem explicar a origem da diferença entre o português do Brasil e o português europeu: a da criouliização prévia, a da deriva e a questão da criouliização fatorizada.

Adolfo Coelho, no século XIX, levantou a questão de que há certas semelhanças e aproximações entre aspectos de variantes do português brasileiro e crioulos de base portuguesa. Guy (1981) vai assumir a hipótese da criouliização prévia do português popular do Brasil, afirmando que este apresenta alguns traços de línguas crioulas. Em 1993, Tarallo, no artigo “Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias,” contesta as afirmações de Guy (1981) e defende o fato de que não há como afirmar que tenha ocorrido um processo de criouliização prévia no PB, uma vez que as variações neste tendem a afastá-lo de sua língua alvo, o português europeu e não a aproximá-lo, como deveria ocorrer no processo de descriouliização.

A teoria da deriva ou evolução natural é defendida por Naro e Scherre (1993; 2000b), que consideram que o fenômeno da variação tem origem na antiga deriva secular das línguas indo-européias em geral e das línguas românicas em particular, sendo que, para esses sociolingüistas, as condições sócio-históricas e lingüísticas do Brasil apenas aceleraram esses processos de mudança.

Na verdade, Naro e Scherre (1993), apesar de serem sociolinguistas, tentam explicar as variações no português do Brasil tendo como base uma orientação estruturalista, afirmando que as mudanças ocorridas em nossa língua foram motivadas pela deriva lingüística do português e, além disso, que tanto os indígenas quanto os africanos foram responsáveis apenas pela aceleração desse processo. De certa forma, o que houve, para esses estudiosos, foi uma evolução interna do sistema da língua portuguesa.

A questão da criouliização fatorizada é defendida por Baxter e Lucchesi (1997). De acordo com esses estudiosos, a variação é resultado do processo de transmissão lingüística irregular, decorrente de um forte e massivo contato lingüístico entre povos (europeus, indígenas e africanos), que, por sua vez, estiveram presentes não apenas na formação sócio-histórica de nosso povo, como também na nossa constituição lingüística. Além disso, para Baxter e Lucchesi (1997), este processo esteve mais fortemente marcado no interior do país, onde há ausência de escolarização, de meios de comunicação e de transporte.

Tomando como base Lucchesi (1999), podemos afirmar que no Brasil não houve a formação de crioulos típicos, uma vez que a nossa formação sociolingüística não deu ensejo à constituição de situações como estas. Para Baxter e Lucchesi (1997), é possível que tenham existido variedades lingüísticas crioulizantes em pontos isolados do nosso território, mas as diversas alterações que se processaram no cenário sócio-econômico do Brasil nos últimos séculos contribuíram para a não conservação dessas variedades.

Nesse sentido, apropriamo-nos da seguinte afirmação de Mattos e Silva (2000, p. 13): “(...) a criouliização prévia não pode ser descartada para certos locais nos interiores rurais brasileiros, como aliás defendem A. Baxter e D. Lucchesi, mas não se justifica para o geral do Brasil.” Foram várias as razões que contribuíram para a não formação de crioulos no Brasil, dentre as quais podemos citar o fator demográfico, apresentando um percentual de população branca não tão inferior à população negra e o fato de ter existido uma miscigenação entre as raças, favorecendo um contato mais estreito com a língua alvo.

Defendemos a posição de que o contato do português sobretudo com falantes de línguas africanas e o processo de TLI daí decorrente serem essenciais para entendermos a constituição do português popular do Brasil. No entanto, isso não significa que houve neste transferência de estruturas lingüísticas do substrato. Com efeito, o que houve foi uma aquisição precária do português por falantes de línguas indígenas e africanas, o que desencadeou um processo de

transmissão irregular do português do tipo menos intenso do que o que se dá nas situações de pidginização/crioulização típicas.

Lucchesi (2000) afirma que as condições sócio-históricas de constituição do português popular do Brasil apontam para um processo de variação, tanto dos elementos flexionais quanto dos gramaticais e, portanto, tal processo não resulta na eliminação total dos elementos gramaticais, como é comum nos crioulos típicos. Na verdade, o processo de variação ocorrido no PB foi decorrente de uma transmissão lingüística irregular menos intensa.⁹

As variações ocorridas no português popular do Brasil refletem o processo de constituição sócio-histórica de nosso povo. Assim, tanto o contato entre línguas, quanto a transmissão lingüística irregular desencadeada pelo contato, conjugados com dados da quase ausência de escolarização no decorrer do século XVI ao XIX podem contribuir para explicar a origem dessas variações. Sendo assim, acreditamos que os resultados de análise lingüística de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, conjugados com um estudo da história sociolingüística do Brasil e principalmente das situações de contato massivo e abrupto entre línguas podem contribuir significativamente para o esclarecimento da origem das variações no português popular brasileiro.

Com relação ao nosso objeto de estudo, o subjuntivo, Alkmim (2001a), ao estudar a variedade lingüística de negros e escravos representada em charges de 1876, observou, como um dos fenômenos lingüísticos comuns à fala de negros, o uso das formas de presente do indicativo em lugar do presente do subjuntivo. Reproduziremos a seguir um dos trechos dos diálogos da charge *O Mosquito*, na qual podemos registrar *presenta* (presente do indicativo) por *apresente* (presente do subjuntivo):

- Pai Zuzé, iesse di água deviacaba: se eu fôsse ministôro, água não fartava. Dexava tudo sóro negóço, mas água não fartava, não...
 - *Presenta* nas eleição, você qui é fôrro.
 - Óia, nhonhô Texera em sendo ministôro não li digo nada.
- (Charge de Rafael Bordado in O MOSQUITO, de 26/1/1876, *apud* ALKMIM, 2001a, p. 323).

Esse registro evidencia a relação histórica entre o uso das formas não marcadas do indicativo nos contextos de uso das formas morfológicamente marcadas do subjuntivo, de um lado, e a aquisição imperfeita do português pelos escravos africanos e a nativização desse modelo defectivo de português falado com segunda língua entre seus descendentes, de outro.

⁹ Este tópico será desenvolvido no Capítulo 3, na seção 3.3 *O Processo de Transmissão Lingüística Irregular*.

1.3 O CONTATO ENTRE LÍNGUAS NA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL: UMA ABORDAGEM DO CONTEXTO SOCIAL

De acordo com Weinreich, Labov e Herzog (1968), a mudança da língua no tempo está relacionada a aspectos da estrutura social. Assim, o fenômeno da mudança deve ser analisado tanto do ponto de vista lingüístico quanto do ponto de vista extralingüístico, através do encaixamento estrutural e social. Para compreendermos a nossa realidade lingüística atual, temos de levar em conta o contato sociolingüístico entre indígenas, africanos e europeus a partir do século XVI, de forma a destacar os elementos que estiveram presentes na formação não apenas sociocultural como lingüística de nosso povo.

É importante assinalar que, na constituição do vernáculo brasileiro, o contato entre línguas foi de extrema relevância, uma vez que viveram no Brasil falantes de línguas mutuamente ininteligíveis (portugueses, indígenas e africanos) que tiveram de se comunicar em diversos níveis de interação sociolingüística. Na verdade, a necessidade de comunicação entre os povos que aqui habitavam poderia ter levado ao surgimento de variedades crioualizadas do português (a língua de maior viabilidade social) em pontos isolados do nosso território, sobretudo nas regiões mais afastadas do interior do país, particularmente nos antigos quilombos, onde se teriam refugiado os escravos africanos e seus descendentes.

Para se descrever a história de uma língua, é extremamente relevante precisar a história social de seu povo. Dessa forma, estudar uma comunidade rural afro-brasileira isolada, observando sua cultura e sua fala constituem fatores preponderantes para se analisar as origens das variedades do nosso português popular, pois segundo Baxter e Lucchesi (1997, p. 66):

(...) este estudo pode indicar importantes caminhos para uma mais adequada caracterização da realidade linguística brasileira, não em relação à língua oficial, ou à língua dos círculos culturais de maior prestígio, mas à língua da maioria da população, daqueles cujos antepassados mais proximamente vivenciaram as situações em que o surgimento desse Novo Mundo se configurou: as situações de escravidão.

O multilinguismo/multidialealismo caracterizou o Brasil no período colonial. Tendo isso em vista, consideramos importante distinguir e analisar o papel dos falantes das principais línguas que entraram em contato nessa época: o branco português, o negro e o índio.

O português europeu, vindo com os colonizadores, em 1500, era uma língua de registro escrito desde o século XIII. O fato de o Brasil ter se tornado rentável com a produção açucareira, acarretou a necessidade de um maior número de mão-de-obra escrava: inicialmente, indígena e, logo após, africana. Para a administração da colônia, foi importante a vinda de um contingente de europeus, a fim de povoar o território e desempenhar outras atividades da esfera social.

Mussa (1991) aponta que, no período de 1538 a 1600, na população do Brasil, havia um total de 30% de europeus. Evidentemente, os colonos que aqui chegavam eram em sua maioria portugueses, vindos de diferentes regiões de Portugal e, portanto, com diferenças dialetais, por não participarem, é claro, de uma comunidade lingüística homogênea. Sendo assim,

Sem dúvida uma distinção sociolingüística fundamental houve: a que separava os portugueses letrados, de maior ou menor nível de cultura letrada, destacando-se, entre esses, o clero, e os não-letrados, os analfabetos, que, provavelmente, constituíram um significativo montante, se não a grande maioria, já que o letramento em Portugal começa, aos poucos, a difundir-se no século XVI, primeiro século da colonização brasileira (MATTOS E SILVA, 2004, p. 74).

De fato, o português europeu culto foi exclusivamente falado por uma parcela muito pequena da população colonial, mas hegemônica do ponto de vista sócio-econômico. Esse português serviu de modelo para o português culto brasileiro, formado provavelmente a partir da política lingüística pombalina e que também se diferenciava do português geral brasileiro, para usar a designação de Mattos e Silva (2001; 2004), considerado o antecedente histórico do português popular do Brasil.

É importante registrar que tanto o colonizador europeu quanto o brasileiro, falantes do português, estiveram, principalmente, no decorrer do período colonial, em contato com múltiplas línguas indígenas e africanas, contribuindo para transmitir aos falantes destas, especialmente aos escravos africanos, de forma irregular, a língua portuguesa. Com efeito, todos esses condicionamentos sócio-históricos e lingüísticos teriam afetado e desencadeado com mais profundidade os processos de mudanças lingüísticas comuns a qualquer língua em uso. Nos termos de Lucchesi (1999), teria ocorrido um processo de transmissão lingüística irregular do tipo menos intenso.

De forma geral, a civilização autóctone brasileira não resistiu ao impacto do contato com os colonizadores; quando não eram dizimados por moléstias, eram mortos por expedições de brancos europeus; por outro lado, quando capturados, tornavam-se escravos, mas não se adaptavam ao trabalho forçado. Além disso, eram obrigados a abandonarem suas terras e a procurarem refúgios em outras regiões.

Como o trabalho indígena não era suficiente para o tipo de economia colonial e por eles recusarem de diversas maneiras o trabalho forçado, foi necessário investir nos escravos trazidos da África. Os aloglotas africanos, além do trabalho braçal nas lavouras, cuidavam também das tarefas domésticas e de diversas atividades na esfera social. De certa forma, os africanos participavam de grande parte dos serviços sociais, garantindo o desenvolvimento econômico do país, apesar de serem discriminados, marginalizados pela população luso-brasileira.

A formação populacional do Brasil se deu de maneira variada e para se compreender a nossa realidade lingüística e social é muito significativo promover estudos sobre a demografia histórica brasileira, pois, como já bem dizia Fernão de Oliveira (1975 [1536], p. 43): “Os homens fazem a língua, e não a língua os homens.”

Baseando-se nos dados organizados por Mussa (1991), Lobo (1996) apresenta uma tabela distinguindo, no período colonial e imperial, entre etnia branca e não-branca, como pode ser visualizado na tabela abaixo:

Tabela 1: Etnia branca e não-branca nos períodos colonial e imperial

	Etnias não-brancas	Etnia branca
1538-1600	70%	30%
1601-1700	70%	30%
1701-1800	68%	32%
1801-1850	69%	31%
1851-1890	59%	41%

Fonte: LOBO, 1996, p. 16

Fica claro assim que a maioria dos falantes era de língua não-portuguesa: nos dois primeiros séculos de colonização era um total de 70% de indivíduos não-brancos. O crescimento

da população branca se deu de forma mais acentuada apenas na segunda metade do século XIX, o que pode ser explicado tanto pelas imigrações de europeus quanto por uma supressão do tráfico de negros ocorridas neste período. Para Mattoso (1990 [1979]), a população africana escravizada, bem como seus descendentes, tiveram de adquirir na oralidade, sem normatização escolar, a língua do povo dominante, o português. Portanto, esta língua, hegemônica, foi transmitida de maneira irregular a um maior número da população, durante basicamente três séculos de domínio de Portugal.¹⁰ Acreditamos, nesse sentido, que os africanos e seus descendentes contribuíram para a formação do português popular do Brasil. Mattos e Silva (2004) defende a idéia de que os africanos e os afro-descendentes constituíram o principal agente de difusão do português no território brasileiro.

Para Lucchesi (1999), a diferença entre o número de brancos e dos demais segmentos étnicos representa o primeiro fator para explicar porque no Brasil não se desenvolveu crioulos típicos, mas apenas um processo de transmissão lingüística irregular do tipo mais leve. Com efeito, o fator demográfico, constituído por uma grande proporção de população dominante, em relação às situações típicas de crioulição (em que a proporção de falantes da língua dominante é sempre inferior a dez por cento do total), inibiu o processo de crioulição do português, uma vez que favoreceu um maior acesso dos africanos à língua alvo. Além disso, a miscigenação entre brancos e negros no período da colonização foi muito elevada, o que resultou numa maior assimilação do mestiço à cultura hegemônica européia no Brasil.

Em linhas gerais, o contexto sociolingüístico e histórico de formação do português popular do Brasil, caracterizado pela presença de africanos, indígenas e brancos europeus e, portanto, pelo contato entre línguas e pelo processo de TLI, aponta para a ocorrência de alterações e/ou variações significativas nas variedades populares do português. Na verdade, sobretudo nas áreas em que se deu a integração de escravos africanos, essas mudanças deveriam ter sido mais salientes. No entanto, esse mesmo contexto histórico também nos permite afirmar que as mudanças lingüísticas propiciadas pelo contato e pelo processo de transmissão lingüística irregular não deram ensejo à formação e à estabilização de uma língua crioula de base portuguesa, ou seja, não houve uma reestruturação da gramática, muito menos transferência de estruturas das línguas de substrato. Caso tenham ocorrido, tais processos provavelmente

¹⁰ Transmissão irregular aqui significa sem auxílio de meio normativizador, como escolas, instrutores etc.

ocuparam uma posição marginal, tendo suas marcas desaparecido no decorrer dos séculos, em virtude de diversas alterações ocorridas na sociedade brasileira.

Não devemos pensar que a origem das variações no PPB esteja ligada a formação de crioulos típicos, mas o contexto histórico de constituição da nossa realidade lingüística aponta para o processo de transmissão lingüística irregular do tipo mais leve, que se caracteriza por alterar os padrões de uso lingüístico no Brasil no sentido de utilizar formas não marcadas, ou seja, de simplificar e/ou reduzir o uso de certas estruturas gramaticais. Portanto, compreender a história sociolingüística do Brasil, é essencial para avaliarmos a importância do massivo contato do português com as línguas indígenas e africanas e o processo de TLI daí decorrente para a formação da realidade lingüística brasileira, especificamente, para as suas variedades populares.

Isto posto, acreditamos que a ampla variação que caracteriza o PB está relacionada com o contato entre línguas e, portanto, com o processo de TLI ocorridos durante o período colonial e imperial. Dessa forma, realizar pesquisas em comunidades isoladas e marcadas etnicamente, como a afro-brasileira, é fundamental para identificarmos as mudanças lingüísticas que o contato entre línguas produziu ao longo da história sociolingüística brasileira, visto que os falantes de tais comunidades ainda se mantêm isolados do meio urbano, além de terem acesso a uma escolarização precária. Na verdade, apenas a pesquisa empírica em comunidades rurais afro-brasileiras, bem como em outras comunidades rurais e até mesmo em grandes centros urbanos contribuirá para um estudo mais abrangente e detalhado do nosso português popular, ou seja, é a visão de todo o conjunto da nossa realidade lingüística que nos possibilitará mensurar as conseqüências desse processo na constituição das variedades populares do português do Brasil.

1.3.1 A importância do elemento indígena na formação do Português do Brasil

Em 1500, quando os portugueses chegaram ao Brasil, encontraram aqui grupos indígenas, povos com línguas e culturas próprias, totalmente distintas das populações européias. Os guerreiros indígenas se recusavam a trabalhar no cultivo da terra, nas lavouras para os europeus, por considerarem essa atividade apropriada apenas para mulheres e crianças. Por isso, não aceitavam passivamente a escravidão.

Não podemos afirmar com precisão o número de índios que habitavam o Brasil no período inicial de colonização, visto que não houve contagem *per capita* da população indígena. Hemming (1978) apresenta um total de 2.431.000 índios para todo o Brasil em 1500; desse número, admite-se apenas um total de 800.000 ao fim da colonização.

O choque do contato do índio com o colonizador europeu foi catastrófico, pois tribos inteiras foram dizimadas. Um dos principais motivos da destruição em massa de indígenas foram as guerras de extermínio e de escravização desencadeadas pelos colonizadores. Além das guerras, uma proporção imensa de epidemias, como sarampo, varíola, tuberculose, tétano, febre etc. se abateram sobre os índios, resultando num verdadeiro declínio demográfico entre a população nativa.

Segundo Puntoni (1999), havia uma dupla funcionalidade dos povos indígenas no processo colonizatório, pois o índio era aproveitado tanto como escravo (aliado) quanto como *participante*¹¹ da colonização. Na verdade, “o papel destinado ao indígena, na ordenação do mundo colonial, também o previa como um povoador apto a atender o seu caráter militar e de defesa” (PUNTONI, 1999, p. 26). Os nativos contribuíam com os colonizadores europeus, informando-lhes sobre as terras e fornecendo-lhes homens para as tropas dos colonos, a fim de lutar em guerras travadas entre os colonizadores e tribos hostis aliadas a colonizadores de diferentes nações.

A estratégia inicial dos portugueses era conquistar os autóctones, fazendo uso da política do *escambo*. Além disso, os jesuítas tinham como hábito aprender e usar as línguas das terras onde se instalavam para catequizar e, assim, tentaram dominar a língua dos índios, inicialmente conhecida como *língua brasílica*. Dessa forma, a versão jesuítica da(s) língua(s) tupi funcionou como um meio eficaz no controle das populações pertencentes principalmente a esse tronco lingüístico.

Os povos indígenas de língua tupi que se espalhavam ao longo da costa brasileira eram muito semelhantes, nos planos cultural e lingüístico, todos eles pertencentes ao tronco tupi, da família tupi-guarani. Nesse sentido, podemos citar Gabriel Soares de Souza (1989 [1587], p. 44), ao afirmar que “não há entre eles na língua e nos costumes mais diferença do que tem os moradores de Lisboa dos da Beira.” Essa suposta homogeneidade lingüística possibilitou a elaboração da gramática de José de Anchieta, publicada em 1595.

¹¹ Essa expressão já havia sido usada anteriormente por Prado Júnior (1943).

Podemos conjecturar que a *Arte da Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de Anchieta, tenha contribuído para a aprendizagem da *língua geral* pelos colonos e por aqueles índios aldeados e alfabetizados nas missões jesuíticas. No entanto, a *língua geral* não se restringiu a ser usada apenas pela ação normatizadora dos jesuítas, pois ultrapassou:

(...) esses limites para vir a ser, como se costuma afirmar, a língua da colonização dos interiores brasileiros pelos bandeirantes partidos de São Paulo, essa língua geral ter-se-ia transmitido pela oralidade, sem controle de escolarização sistemática e em situação de aquisição imperfeita, no sentido de que nesse contexto de aquisição estariam indivíduos pertencentes a situações bilíngües (português/língua geral) ou multilíngües (português/língua geral/línguas indígenas e/ou africanas) (MATTOS E SILVA, 2004, p. 78).

Na verdade, a *língua brasílica* serviu de veículo lingüístico entre os primeiros colonizadores e os indígenas, bem como para a catequização destes e, segundo Rodrigues (1986), essa mesma língua será designada, no século XVIII, *língua geral*. Além disso, esse estudioso distingue entre basicamente duas línguas gerais:¹² a paulista e a amazônica. Enquanto esta era de base tupinambá, sendo recorrente em toda a Amazônia e no Maranhão, a língua geral paulista, de base tupi, serviu de língua comum entre os bandeirantes, bem como outros colonos e os índios, nos interiores do Brasil.

De acordo com Mussa (1991, p. 158), “em termos lingüísticos, o século XVIII marca o declínio da língua geral paulista, declínio esse associado à própria decadência da atividade bandeirante e ao influxo imigratório português.” Ao lado disso, esclarece que a política pombalina em intensificar o uso da língua portuguesa era apenas uma forma de centralizar o poder, pois “Pombal afastou os jesuítas mas não destruiu a língua geral de base tupinambá, que continuou seu processo histórico, evoluindo para o atual *nheengatu*.” (MUSSA, 1991, p. 158)

Por outro lado, achamos interessante a hipótese de Monteiro (1995, p. 164) sobre a chamada *língua geral* que, em muitos casos, pode referir-se a um português “(...) corrompido pela presença de barbarismos africanos e indígenas,” pois o conceito *língua geral*, pode, muitas vezes, não se referir a uma língua tupi gramaticizada, mas a um português simplificado em contato com línguas indígenas e africanas. Segundo Lucchesi (2000), o termo *língua geral* pode se referir a diferentes situações: Seria uma língua franca usada no intercuro dos colonizadores ou por tribos de línguas não-tupi, ou uma língua coinê usada pelos falantes do tronco tupi, ou uma língua nativa dos núcleos populacionais mestiços ou a versão usada pelos jesuítas como modelo

¹² O que não significa que não tenham existido outras línguas gerais e, como exemplo, podemos citar a língua geral cariri, de base macro-jê, falada nos interiores nordestinos.

de catequese. Desse modo, essa questão necessita ser mais pesquisada e aprofundada. Para Mattos e Silva (2004) deve ser traçado um percurso histórico no Brasil colonial do conceito língua geral, pois esta é uma questão extremamente complexa, dada o multilinguismo vigente no período colonial.

Com relação ao número de línguas indígenas usadas no início da colonização do Brasil, Rodrigues (1993) estima um total de 1.175, restando, hoje, apenas 180 línguas. Na verdade, teriam desaparecido 85% das línguas indígenas ao longo do período colonial, dado o grande genocídio e glotocídio ocorridos, pois, como afirma Houaiss (1992, p. 57), “(...) com o etnocídio ocorria o glotocídio, pois línguas são fatos culturais que demandam homens e culturas.”

Acreditamos que o índio não deva ser considerado o principal difusor do que conhecemos hoje por português popular do Brasil e a razão disso se deve a alguns fatores de ordem sócio-histórica, tais como:

- (i) Ao programa catequético dos jesuítas em adotar a(s) língua(s) local(is), bem como aos aldeamentos e a alfabetização dos indígenas;
- (ii) Ao insucesso da política escravagista indígena;
- (iii) Ao catastrófico declínio demográfico de índios;¹³

Silva Neto (1950) não admite a influência *indrófila* e *negrófila* à língua portuguesa do Brasil. Por outro lado, afirma que “(...) de fato, se, com relação ao negro, pudemos falar em influência urbana e influência rural - no tocante aos índios, que cedo saíram da vida das cidades, só podemos falar em influência rural” (SILVA NETO, 1950, p. 118). Há um consenso entre os estudiosos de que a língua indígena deixou algumas de suas marcas no português brasileiro que podem ser destacadas no vocabulário referente a fauna, flora, aos topônimos etc. (cf. Elia, 1979; Teysier, 2004). Foram incorporados ao léxico do português do Brasil elementos da cultura indígena. Muitos dos topônimos registrados, por exemplo, no Estado da Bahia, fazem referência à cultura indígena, como: Itapetinga, Itabuna, Jequié, Ipiaú, Jaguaquara, dentre outros.

1.3.2 A contribuição do elemento africano na formação do português brasileiro

¹³ Segunda Mussa (1991), no período de 1538 a 1600, o indígena representava cerca de 50% da população total do Brasil, número que decaiu para 10% no período de 1601 a 1700, passando para 8% e 4%, respectivamente, nos períodos de 1701 a 1800 e 1801 a 1850. Na segunda metade do século XIX até a última década desse século, estima-se um total de 2% de população indígena do geral de habitantes no Brasil.

Acreditamos que os negros africanos e seus descendentes contribuíram, no período colonial, com a difusão do que conhecemos hoje como português popular brasileiro. Na verdade, o processo de transmissão lingüística irregular, desencadeado pelo contato, possibilitou a formação de variações na língua vinda de Portugal, tendo o negro como principal difusor dessa variedade. Sendo assim, estudar a origem e a quantidade de negros trazidos para o Brasil como escravos faz-se necessário na medida em que nos permite compreender melhor o papel dos africanos no decorrer da história sociolingüística de nosso país.

Com a inadaptação do índio ao trabalho agrícola e com a oposição da Igreja à escravidão indígena, os colonizadores europeus optaram pelo tráfico negreiro. De fato, o comércio de escravos já era uma prática comum em Portugal desde 1443. Dessa forma, a África perdeu, em virtude do tráfico, no período da colonização da América, um grande contingente populacional.

A ausência de dados oficiais acerca da origem e da quantidade de negros trazidos para o Brasil favorece o surgimento de opiniões divergentes entre os estudiosos a respeito dessa questão.

Em relação à origem geográfica dos africanos aprisionados e trazidos para o Brasil, Cotrim (2001) afirma que pertenciam, principalmente, a dois grupos lingüísticos: Bantos e Sudaneses. Os Bantos vinham de tribos do sul da África, de forma geral de Angola e de Moçambique, e desembarcavam principalmente em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Os Sudaneses, por sua vez, formavam tribos na Guiné, Nigéria e Daomé, sendo trazidos principalmente para a Bahia. No entanto, essa divisão de grupos africanos importados ao Brasil e relacionados com regiões brasileiras deve ser tomada apenas como uma predominância de determinado grupo sobre outro, ou seja, como uma tendência de importar africanos para cada região e não como exclusividade.

Mattoso (1990 [1979]) relaciona cada período com a predominância de africanos importados para determinadas regiões brasileiras; nesse sentido, define alguns locais de onde procederam os negros escravizados, como pode ser visualizado no seguinte quadro:

Quadro 1: Procedência de africanos importados para o Brasil

Século	Ciclo	Procedência	Especificação
XVI (Segunda metade)	Ciclo da Guiné	África, ao norte do Equador	Uolofs, mandingas, sonrais, mosis, haússas e peuls
XVII	Ciclo do Congo e de Angola	África equatorial e central	Minas, ardas, angolezes
XVIII (três primeiros quartos)	Ciclo da Mina e do Golfo de Benin e Costa da Mina	Benin	Sudaneses (daomeano)

Fonte: MATTOSO, 1990 [1979], p. 22-23.

Não podemos tomar o quadro acima como categórico para explicar a origem dos africanos chegados ao Brasil, visto que ele apresenta apenas uma tendência majoritária, demonstrada através do ciclo do tráfico, em importar africanos de determinado local em um dado período. Desse modo, é possível que os africanos tenham sido trazidos para o Brasil de lugares diversos em um mesmo período e não apenas daqueles que estão registrados no Quadro 1.

Nina Rodrigues (2004 [1935]) demonstra que na Bahia parecia haver uma maioria de negros sudaneses e em Pernambuco e no Rio de Janeiro o predomínio era dos negros bantos. No entanto, deixa claro que estabelecer exclusivismo da origem de populações negras trazidas para o Brasil pode induzir a erro. Além disso, ao se referir aos estudos de Silvio Romero e de João Ribeiro destaca que:

Os estudos e observações de ambos particularmente se referem a Pernambuco e Rio de Janeiro e do que ali observaram foram provavelmente induzidos a generalizar, para todo o país, o predomínio da gente banto.

Tão errôneo, todavia, como supor que os negros bantos predominaram em todo o país, seria concluir-se do que aqui deixamos apurado, que só na Bahia tivessem tido ingresso os negros sudaneses (NINA RODRIGUES, 2004 [1935], p. 50).

Visconde de Porto Seguro citado por Nina Rodrigues (2004 [1935]) se refere também a um grande número de escravos, chegados ao Brasil, provindos de Guiné, Congo, Moçambique e da Costa da Mina, sendo que desta eram transportados africanos com certa exclusividade para a Bahia. Examinemos a transcrição abaixo:

Pode-se dizer que a importação dos colonos pretos para o Brasil, feita pelos traficantes, teve lugar de todas as nações, não só do litoral de África, que decorre desde o Cabo Verde para o sul e ainda do Cabo da Boa Esperança, nos territórios e costas de Moçambique, como também não menos de outras dos sertões, que com eles estavam em guerra, e às quais faziam muitos prisioneiros, sem os matarem. Os mais conhecidos no Brasil eram os provindos de Guiné (em cujo número o compreendiam berberes, jalofos, felupos, mandingas), do Congo, de Moçambique e da Costa da Mina, donde eram o maior número dos que entravam na Bahia, que ficava fronteira e com mui fácil

navegação, motivo por que nesta cidade tantos escravos aprendiam menos o português, entendendo-se uns com os outros em nagô (VISCONDE DE PORTO SEGURO [18-?] *apud* NINA RODRIGUES, 2004 [1935], p. 34-35).

Chegando ao Brasil, os negros eram vendidos nos mercados de escravos e, em pouco tempo, já estavam trabalhando nas propriedades de grandes senhores ou em outros setores da esfera social. Os escravos exerciam múltiplas atividades subalternas, que, por sua vez, eram extremamente necessárias à sociedade;¹⁴ assim, os negros estavam sempre nas grandes frentes de exploração econômica do processo colonial. Nos séculos XVI e XVII, havia grande concentração de escravos nas lavouras canavieiras de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. No final do século XVII e no século XVIII, os negros e seus descendentes predominavam nas zonas de mineração de ouro e de diamantes em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. No século XIX, a mão-de-obra africana se concentrava na área cafeeira do Vale do Paraíba e em áreas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.¹⁵

Para Mattos e Silva (2001; 2004), as funções sociais desempenhadas pelos negros e a necessidade de mobilidade africana, em decorrência das atividades econômicas, são indícios que podem apontar:

(...) para a generalização da presença dos africanos e afro-descendentes por todo o Brasil colonial, com menos representatividade, é certo, no Brasil meridional, de forte presença indígena (...); e, evidentemente, o Brasil Amazônico, até hoje marcadamente indígena; mas também em ambas as áreas estavam presentes o escravo africano e seus descendentes (MATTOS E SILVA, 2004, p. 84).

Esta estudiosa atribui aos africanos o papel de difusores do português geral brasileiro, que provavelmente seria a língua de comunicação generalizada na integração desses elementos à sociedade colonial.

A Bahia pode ser considerada como um dos principais portos de desembarque de negros africanos. Segundo Calógeras (1967), estes foram trazidos para o Brasil através dos navios negreiros, cujo espaço era pouco, o ambiente, escuro e o calor, insuportável. Além disso, os

¹⁴ Os escravos dos núcleos urbanos desempenhavam também atividade considerada vil para os brancos, são eles artesãos, marinheiros, pintores, carregadores, vendedores de doces e rendas, de forma a contribuir para o aumento da renda de seus senhores. É importante destacar que as relações estabelecidas entre os escravos africanos e seus senhores eram diversas: “(...) escravos dos campos, das minas, dos sertões terão destinos diversos e viverão de maneiras muito diferentes suas relações com a sociedade que os obriga ao trabalho” (MATTOSO, 1990 [1979], p. 109).

¹⁵ Não podemos perder de vista que a concentração de escravos em determinadas regiões rurais, em específicas épocas, não significa que o negro não tenha participado de outras atividades da esfera social, como nas regiões pastoris, do interior nordestino brasileiro, ou no cultivo de algodão, fumo e outros produtos no Maranhão etc.

escravos sofriam maus tratos, a água era suja e o alimento insuficiente para todos. Enfim, o transporte dos escravos saídos da África era subumano. Devido a isso, morriam na viagem cerca de 20 a 40% dos negros. Para Mussa (1991), o grande responsável pela elevação do contingente africano foi o imenso volume de importação de negros, pois a vida média do escravo no eito girava em torno de cinco anos, morrendo anualmente aproximadamente 20% de escravos, sem contar a mortalidade infantil que chegava a cerca de 60%.

De acordo com Simonsen (1967), diversos fatores como a má alimentação, o excesso de trabalho, as péssimas condições de higiene, os castigos, dentre outros, afetaram a saúde dos negros africanos, cuja estimativa de vida era de aproximadamente sete a doze anos de trabalho.

Os escravos, caso não obedecessem aos seus proprietários, eram brutalmente castigados. Diante disso, de várias maneiras os negros tentaram reagir contra a crueldade das penas que lhes eram impostas. Uma das formas de se evitar revoltas entre os escravos era o agrupamento nas senzalas de negros de diferentes tribos e, portanto, de distintas línguas, de forma que não era possível a comunicação entre eles. Apesar disso, muitos escravos fugiam em busca de liberdade e iam viver em quilombos, que se constituiu na face mais visível de resistência à escravidão. Na verdade, os quilombos eram formados por escravos fugidos que sobreviviam à margem da sociedade colonial.

Segundo Mussa (1991), as modificações ocorridas no quadro populacional demonstram imediatas implicações lingüísticas. Assim, um aumento do tráfico negreiro indica aumento nas proporções e no número de engenhos o que, por sua vez, demonstra a chegada de imigrantes portugueses às áreas onde se localizam esses engenhos. Desse modo, o “(...) século XVII, (...) já assiste ao predomínio gradual e à afirmação definitiva do português como língua da sociedade que se desenvolve no nordeste: a dos latifundiários rurais” (MUSSA, 1991, p. 155). Além disso, a descoberta de ouro e de diamantes, no século XVIII, em Minas Gerais, desencadeia a chegada de um grande número de imigrantes portugueses.

Há estimativas, segundo Klein (1987), de que, dos séculos XVI ao XIX, foram trazidos para a América, aproximadamente, vinte milhões de escravos. Para o Brasil, o total de escravos africanos desembarcados oscila entre 3,5 milhões e 4 milhões.

O censo extra-oficial de 1798 demonstra um aumento no número de mestiços, o que atesta a miscigenação entre os povos. Acrescentamos na Tabela 2 os percentuais relativos ao número de habitantes documentados no censo de 1798.

Tabela 2: População brasileira segundo o censo de 1798

GRUPO ÉTNICO	NÚMERO DE HABITANTES	PERCENTUAL
Branços	1.010.000	31%
Mestiços livres	406.000	12%
Mestiços escravos	221.000	7%
Negros escravos	1.361.000	42%
Índios	250.000	8%
Total	3.248.000	100%

Fonte: CONRAD, 1978 [1927], p. 344.

A partir de dados de 1798, podemos registrar 42% de negros escravos, seguido de um total de 31% de população branca. Os mestiços (livres e escravos) são representados como terceiro grupo populacional, com um total de 19%.

No século XIX, por outro lado, pode ser documentado no censo extra-oficial de 1850 o predomínio dos mestiços, com 34%, o que demonstra um elevado grau de miscigenação. Observamos que o número de negros, nesse século, ainda é superior ao da população branca; além disso, percebemos que, se confrontados os dados do censo de 1798 (com 1.361.000 escravos) e o de 1850 (com 2.500.000 negros), houve um aumento em termos absolutos dessa população; no entanto, em termos relativos, houve uma regressão, pois, no censo de 1798, registrava-se um total de 42% de escravos e, no censo subsequente, esse número decresce para 31%. Observe a Tabela 3:

Tabela 3: População brasileira segundo o censo de 1850

Etnia (dados de 1850)	População	Porcentagem
------------------------------	------------------	--------------------

Branços	2.482.000	30,96%
Mestiços	2.732.000	34,08%
Negros	2.500.000	31,19%
Índios	302.000	3,77%
TOTAL	8.020.000	100%

Fonte: CHIAVENATTO, 1980, p. 237 *apud* LUCCHESI, 2000, p. 62.

Em 1890, o grupo populacional predominante é o de brancos, com cerca de 40%. Devemos salientar que é “nesse século que se inicia propriamente a imigração européia não portuguesa, cuja importação relativa também dependerá da região” (MUSSA, 1991, p. 161-162). No entanto, o crescimento da população branca não pode ser tributado apenas à imigração.

Além disso, de acordo com o censo de 1890, temos de levar em conta ainda o crescimento da população mestiça, que, no censo de 1798, representava 19% da população e, a partir dos dados do censo de 1890, é atestado 41,40%. Sendo assim, os mestiços constituem o segundo grupo populacional no final do século XIX, tendo um crescimento considerável em menos de cem anos.

Tabela 4: População brasileira segundo o censo de 1890

Etnia (dados de 1890)	População	Porcentagem
Branços	6.302.198	43,97%
Mestiços ¹⁶	5.934.291	41,40%
Negros	2.097.426	14,63%
TOTAL	14.333.915	100%

Fonte: CHIAVENATTO, 1980, p. 237 *apud* LUCCHESI, 2000, p. 62.

Como podemos ver, os dados censitários de 1890 demonstram um total de 14,63% de população negra. Esses dados, se confrontados com os dos censos de 1798 e de 1850, apresentarão uma queda, pois enquanto em 1798 havia um total de 42% de negros escravos e, em 1850, 34%, no censo de 1890 é registrado aproximadamente 15% de negros. Observemos a tabela abaixo:

¹⁶ Nestes dados estão incluídos cerca de 300.000 índios.

Tabela 5: População negra nos séculos XVIII e XIX

Período	Porcentagem de população negra
1798	42%
1850	31%
1890	15%

De acordo com Mussa (1991, p. 162):

O crescimento do contingente negro deve ser avaliado com mais cautela. Ao contrário do que sucedeu com os demais grupos étnicos, a curva demográfica não foi sempre ascendente; ela se apresenta ascendente até cerca de 1850, quando começa a cair. O fato está, evidentemente, ligado à extinção do tráfico negreiro. Esse tráfico tomou proporções assustadoras na primeira metade do século, apesar de proibido.

Mussa (1991) apresenta uma tentativa aproximada de reconstrução do quadro populacional dos quatro séculos de história do Brasil. Observe na tabela seguinte a estimativa da população do Brasil do século XVI ao XIX:

Tabela 6: Configuração populacional (1538-1890)

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	— ¹⁷	20%	21%	19%	13%
Mulatos	—	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	—	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: MUSSA, 1991, p. 163.

Conforme Tabela 6, a maioria dos falantes no período inicial da colonização era de língua não-portuguesa: 70%. Além disso, vê-se o constante decréscimo da população de indígenas, de 50% para 2% ao longo do período colonial e imperial. Por outro lado, o percentual de massa

¹⁷ Mussa (1991) considerou desprezível, para o século XVI, a população branca, negra ou mestiça nascida no Brasil, já que seu número deve ter sido baixo.

africana e de afro-descendentes é constantemente alto: 20% no século XVI, 60% nos séculos XVII e XVIII, na primeira metade do século XIX, temos um total de 65% e, na segunda metade desse século, perfazia um total de 57%. Desse modo, a constituição populacional do Brasil entre 1538 e 1890 foi extremamente variada. Quanto à população de brancos (europeus e brasileiros), foi documentado um crescimento maior apenas na segunda metade do século XIX, fato que pode estar ligado à chegada de imigrantes europeus e asiáticos em nosso país, bem como à proibição do tráfico negreiro. Além do mais, na primeira metade do século XIX, devemos salientar a grande leva de portugueses que desembarcou no Brasil a partir da vinda da família Real e da corte portuguesa.

Observamos que o número de população negra nunca foi tão inferior ao total de brancos; ao lado disso, o crescimento da população mestiça, no decorrer do período colonial e imperial, atesta a miscigenação racial. Esses fatores podem contribuir para explicar a não estabilização ou não ocorrência de um crioulo de base portuguesa no Brasil.

Tendo em vista a polarização da língua portuguesa no Brasil: de um lado, o português popular e de outro, o português culto, podemos afirmar que os dados relativos à nossa demografia histórica podem nos fornecer indícios dos possíveis papéis dos negros, brancos e índios na nossa constituição lingüística. Para Mattos e Silva (2000; 2004), são os africanos e os afro-descendentes, e não os indígenas autóctones, os difusores do que atualmente designamos de português popular brasileiro, “(...) já que o português brasileiro culto, próprio hoje, em geral, aos de escolarização mais alta, será o descendente do português europeu ou mais europeizado, das elites e dos segmentos mais altos da sociedade colonial” (MATTOS E SILVA, 2000, p. 20).

Creemos que o português culto e o português popular apresentam histórias distintas, uma vez que destacam elementos diferentes em sua constituição. Sendo assim, a história do PPB está ligada ao processo de transmissão lingüística irregular, desencadeado pelo contato, que, por sua vez, relaciona-se com o elemento africano e seus descendentes.

É interessante notar que a massa africana teve de aprender o português na oralidade, sem auxílio de normatização escolar,¹⁸ como afirma Mattoso (1990 [1979]). Dessa forma, teve um acesso precário à língua alvo. No entanto, apesar da precariedade dessa transmissão e da grande representatividade desse segmento étnico na nossa realidade sócio-histórica e lingüística, não se formou, no Brasil, uma língua crioula de base portuguesa. Houve apenas uma TLI do tipo menos

¹⁸ Segundo Mattoso (1990 [1979]), era proibido aos escravos, até mesmo aos forros, terem acesso a uma educação escolar. Fato que perdura até a segunda metade do século XIX.

intensa, ou seja, o acesso à língua alvo não foi tão precário a ponto de dar origem a um crioulo típico, resultando apenas numa variação dos elementos gramaticais no nosso vernáculo.

Creemos que os africanos e seus descendentes não se limitaram a contribuir apenas com o léxico da língua portuguesa no Brasil. Na verdade, o negro, bem como seus descendentes influenciaram na formação do vernáculo brasileiro, sendo um dos principais difusores, através da transmissão irregular, do nosso português popular. Daí a importância de se estudar o percentual de negros trazidos para o Brasil na época colonial, bem como suas atividades e seu envolvimento com a população brasileira e europeia. Para Mattos e Silva (2000; 2004), será a voz do africano “(...) a marcar, reformatar, dar o tom à gramática do vernáculo brasileiro, vernáculo entendido como língua materna de falantes com história de vida familiar e pessoal, sem interferência da escolarização, ou, se quisermos, ao chamado português popular brasileiro” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 92). Sendo assim, a compreensão da história sociolinguística do Brasil é, por excelência, essencial para o entendimento de nossa realidade linguística plural e polarizada.

1.3.3 As visões sobre a formação do português popular do Brasil

São distintas as visões acerca das causas das diferenças entre o português falado no Brasil e o português falado em Portugal. Em linhas gerais, podemos identificar dois pólos antagônicos: de um lado, estão aqueles que defendem que a variação no português do Brasil é o resultado da evolução da língua, devido à ação das forças internas; de outro, estão os que vêem nas forças sociais presentes na formação histórica da sociedade brasileira os fatores fundamentais para explicar os fenômenos ocorridos em nossa língua. Nessa seção, apresentaremos essas visões, visando a definir a posição que adotaremos em nossa análise.

1.3.3.1 Estudos sobre os africanos no Brasil: Nina Rodrigues

Nina Rodrigues, um dos pioneiros no debate sobre a importância africana na sociedade brasileira e na língua portuguesa falada no Brasil, reconhece a necessidade de se promover estudos sobre os africanos e admite que a possibilidade desse tipo de pesquisa “(...) em breve se cessará de todo. São todos os africanos de idade muito avançada e tal a mortalidade deles que

dentro de poucos anos terão desaparecido os últimos” (NINA RODRIGUES, 2004 [1935], p. 31).

Apesar de não se reconhecer filólogo, nem lingüista, Nina Rodrigues aponta que temos de observar a influência exercida pelos falantes de línguas africanas sobre a língua portuguesa falada em nosso país. Acredita haver desenvolvido no Brasil uma língua geral africana adotada pelos negros. Nesse sentido, “(...) ao desembarcar no Brasil, o negro novo era obrigado a aprender o português para falar com os senhores brancos, com os mestiços e com os negros crioulos, e a língua geral para se entender com os parceiros ou companheiros de escravidão” (NINA RODRIGUES, 2004 [1935], p. 147). De acordo com Nina Rodrigues (2004 [1935]), era corrente, até o início do século XX, entre a população pobre de Salvador, o uso de línguas francas africanas, como o iorubá, o chamado “dialeto nagô”. Não cremos que se desenvolveu no Brasil uma língua geral africana, pois o número de línguas vindas da África era muito grande e nas senzalas viviam negros de tribos e de línguas distintas, tendo em comum apenas a língua portuguesa, considerada hegemônica e necessária para a comunicação com os capatazes, os senhores e os outros escravos.

Ao criticar o menosprezo dos pesquisadores aos estudos das línguas africanas no Brasil, admite que muito mais do que legar apenas uma influência no vocabulário, as línguas africanas, ou melhor, os falantes destas línguas contribuíram na constituição de nosso vernáculo, podendo explicar “a origem de numerosos desvios populares brasileiros do genuíno português da velha metrópole” (NINA RODRIGUES, 2004 [1935], p. 149-150). Nesse sentido, cita a seguinte afirmação de João Ribeiro:

Sob a denominação de *elemento negro* designamos toda a espécie de alterações produzidas na linguagem brasileira por influência das línguas africanas faladas no Brasil. Essas alterações não são tão superficiais como afirmam alguns estudiosos: ao contrário, são bastante profundas, não só no que diz respeito ao vocabulário, mas também ao sistema gramatical do idioma. (RIBEIRO [18—] *apud* NINA RODRIGUES, 2004 [1935], p. 150)

Nina Rodrigues cita que, em 1888, Sílvio Romero já manifestava sua indignação diante da ausência de estudos africanos no Brasil, afirmando que é “(...) uma vergonha para a ciência do Brasil que nada tenhamos consagrado de nossos trabalhos ao estudo das línguas e das religiões africanas” (ROMERO, 1879 *apud* NINA RODRIGUES, 2004 [1935], p. 30). Ao lado disso, observa que “(...) nós vamos levemente deixando morrer os nossos negros da Costa como

inúteis, e iremos deixar a outros o estudo de tantos dialetos africanos, que se falam em nossas *senzalas!*” (ROMERO, 1879 *apud* NINA RODRIGUES, 2004 [1935], p. 30). Embora Romero apresente certo exagero ao supervalorizar os “africanismos”, temos de levar em conta a pertinência em citar o menosprezo dos estudiosos com relação aos trabalhos sobre os negros.

A grande contribuição de Nina Rodrigues para a discussão sobre a origem do português popular brasileiro está no fato de ele suscitar interesse por estudos sobre os africanos, reconhecendo a contribuição destes nos “desvios” populares brasileiros em relação ao português falado em Portugal. Admite ainda que o “mestiçamento” físico contribuiu para um “mestiçamento” na linguagem, conservado, principalmente, na massa popular, o que, segundo ele, não deve perdurar por muito tempo devido aos exemplos dos “bons mestres.” Assim, o autor queixa-se do descaso dado à contribuição dos negros na constituição social, cultural e lingüística de nosso país.

1.3.3.2 A contribuição africana na constituição do português popular do Brasil: Francisco Adolpho Coelho; Renato Mendonça e Jacques Raimundo

Adolpho Coelho, um dos precursores dos estudos sobre *pidgins* e crioulos, variedades lingüísticas surgidas do contato, considerava, em 1880, que “*pidgins*, crioulos e quaisquer outras variedades lingüísticas nascidas do contato são resultado de uma aquisição imperfeita de uma língua estrangeira (...)” (COELHO, 1880 *apud* TARALLO e ALKMIM, 1986, p. 110).

Nesse sentido, Coelho “(...) reúne o PB aos crioulos de base portuguesa, com base nas semelhanças identificadas entre eles (em particular, a ausência de concordância no SN), definindo a todos como dialetos do português europeu” (BAXTER E LUCCHESI, 1997, p. 67).

No que diz respeito à contribuição africana ao português do Brasil, podemos citar, como pioneiros desse debate, os trabalhos de Mendonça e de Raimundo, ambos publicados em 1933, intitulados, respectivamente, *A Influência Africana no Português do Brasil* e *O elemento afro-negro na língua portuguesa*.¹⁹

¹⁹ Não podemos também deixar de mencionar outros trabalhos desses autores, que foram importantes no debate sobre a contribuição africana ao português do Brasil. São eles: *O Português do Brasil: Origens, Evolução, Tendências*, de

Mendonça (1948 [1933]) considera muito importante a influência africana no Português do Brasil, buscando descrevê-la tanto na fonética e morfologia, quanto no léxico e na sintaxe. Além disso, faz comparações entre os crioulos de base portuguesa surgidos na África e a língua portuguesa do Brasil, acreditando que estes “(...) dialetos negro-portugueses [os crioulos guineense e caboverdiano] constituem um elemento de comparação indispensável para discriminarmos o papel do negro na fonética brasileira” (MENDONÇA, 1948 [1933], p. 112).

Desse modo, Mendonça ressalta a importância do negro e do índio na constituição da nacionalidade brasileira. No entanto, devido às influências do indianismo de Gonçalves Dias e de Alencar, no Romantismo, apenas o elemento indígena foi recorrente para se explicar algumas diferenças lingüísticas entre Brasil e Portugal. Na verdade, este estudioso reconhece a importância do índio na formação da nação brasileira, pois seria “estulto, portanto, menosprezar uma influência secular. A tendência, porém, a exagerar tal influência em detrimento de outras, não se compreende” (MENDONÇA, 1948, [1933], p. 114).

Com relação à questão do negro, Mendonça salienta que podemos encontrar em Portugal situações de escravidão semelhantes às vistas no Brasil; segundo ele, em território luso, foi corrente no teatro apresentações em *língua de preto*, como pode ser encontrado nas obras de Gil Vicente. Entretanto, deixa claro que estas alterações na língua falada em Portugal constituem apenas curiosidades, pois “(...) dialectos crioulos, isto é, associação do vocabulário português com a gramática africana, nunca se constituíram em Portugal” (MENDONÇA, 1948, [1933], p. 112).

Ao tratar da situação do negro no Brasil, este estudioso defende que os fatos se manifestaram de maneiras diferentes, pois “deve ter havido dialectos crioulos em diversos lugares da colônia. Tiveram, porém, existência muito instável e cedo desapareceram” (MENDONÇA, 1948 [1933], p. 115). Diante disso, cita o *mina*, uma língua de preto falada na Bahia, cuja existência já havia cessado.

Em linhas gerais, Mendonça tenta demonstrar a contribuição do negro no português do Brasil, principalmente na língua popular. Para tanto, destaca algumas alterações fonéticas no PB de origem africana, como alguns casos de vocalização (*muyé* por *mulher*), de assimilação, dissimilação, aférese, apócope, dentre outros. Como exemplos de fenômenos de aférese, temos:

Tá = estar;

ocê = você;
 cabá = acabar;
 Bastião = Sebastião.
 (MENDONÇA, 1936, p. 185)

Ao tratar dos casos de apócope (a queda do *r* final), Mendonça (1936) faz comparações entre o português do Brasil e os crioulos de Cabo Verde, das Ilhas de S. Tomé, Príncipe e de Ano-Bom, observando semelhanças entre estes e aquele, mas reconhece também que o *r* final, desde o século XVI, “(...) desaparece no infinito dos verbos franceses (...)” (MENDONÇA, 1936, p. 186).

Este autor cita também os casos de suarabacti como de origem africana, como em: *Culaudio* por *Claudio*; *Quelemente* por *Clemente*, e afirma que este tipo de “pronúncia tão ouvida entre os nossos caboclos tem sem dúvida origem africana, pois fato semelhante se observa entre os angolenses que falam quimbundo: *Rodolofu* - *Rodolfo*, *Kirisobo* - *Cristovão* etc.” (MENDONÇA, 1936, p. 187).

Ao tratar da morfologia, Mendonça afirma que o negro deixou apenas alguns vestígios, o que é explicado devido à diferença entre as línguas indo-européias e africanas. Dentre alguns desses vestígios, podemos citar a não pluralização do substantivo, fenômeno este conservado, segundo o autor, pela linguagem dos caipiras e matutos. O mesmo ocorre também nos adjetivos em função predicativa. Além disso, afirma que a mudança na pronúncia da 3ª pessoa *-am* do perfeito do indicativo se deve aos pretos e gente de sua classe.

Em relação à sintaxe, teria sido, para Mendonça, menos acentuada a influência africana. Assim, os “fenômenos de maior importância seriam os de decalque, em que o negro traduziria suas idéias em português, partindo do seu modo de falar africano” (MENDONÇA, 1948, [1933], p. 128). Tomando como base Leite de Vasconcelos e Gonçalves Viana, defende que a diferença entre o português do Brasil e o de Portugal na colocação dos pronomes seria resultado da influência dos negros no Brasil; no entanto, a participação africana na posição dos pronomes seria de forma indireta.

Mendonça, ao longo de seu estudo, demonstra que o africano deixou vários sinais nos “dialetos do interior” e, de forma geral, no português falado no Brasil, comparando-o com fenômenos ocorridos em crioulos de base portuguesa. Por fim, vale salientar que este estudioso participou da discussão sobre a formação do português popular brasileiro ao reconhecer a

contribuição africana como importante na constituição de nossa língua, além de apontar que tal contribuição pode ser observada nos dialetos populares.

Segundo Jacques Raimundo (1933; 1941), os escravos africanos, principalmente os do grupo banto, contribuíram para a ocorrência de alterações tanto na prosódia, quanto na morfologia e no arranjo da frase. Na verdade, para esse estudioso, algumas dessas mudanças teriam sido iniciadas pelos africanos e foram “(...) os de raça bântica os que ministraram a mais apreciável porção de palavras (...)” (RAIMUNDO, 1941, p. 82). Cita ainda que no “(...) Brasil, onde a escravaria se aumentou (...), a contribuição dos bantos avolumou-se, disputando a relevância com a dos tupis, mas os seus elementos, intrometidos ou tomados diretamente, apassivaram-se aos moldes do gênio da língua portuguesa” (RAIMUNDO, 1941, p. 82). De acordo com este estudioso, no Brasil, foi constituída pelos africanos uma linguagem própria, enriquecida pela língua indígena e misturada com a portuguesa.

Raimundo descreve uma série de termos de origem africana, muitos deles misturados com prefixos e sufixos portugueses, ou, nas palavras do autor; “(...) muitos termos surgiram de outros portugueses, que ele [o negro] viciava ou deturpava, ora multilando-os e interpolando-os de vogais, de acordo com a sua fonética (...), [formando] verdadeiros tipos de *mulatismo*, por enxerto ou cruzamento” (RAIMUNDO, 1941, p. 84), tais como: *chibata* (espada); *fritangada* (*fritada* + quimbundo *Ku-Kanga*, frigar); *coxibar* (Ku-Koxila); *xingar* (Ku-xinga) etc.

Desse modo, Raimundo destaca a contribuição lexical das línguas africanas ao português, centrando-se na descrição do vocabulário. Assim, distingue no português do Brasil 309 palavras como de origem africana, arrolando 132 topônimos. No âmbito desse trabalho, percebemos que Raimundo reconhece que a “mescla” entre as linguagens dos escravos africanos e a dos portugueses contribuiu para alterações nesta.

1.3.3.3 A unidade no português do Brasil: Serafim da Silva Neto e Sílvio Elia

Silva Neto (1950) e Elia (1979) retomam a questão da contribuição africana no português do Brasil (PB). Para Silva Neto, os estudiosos têm exagerado ao considerar a influência indígena e africana no PB, o que pode ser explicado parcialmente por razões psicológicas: “ou o desejo de exaltar a riqueza do nosso vocabulário, ou a vontade veemente de demonstrar a diferença extrema que resultaria no reconhecimento duma língua brasileira” (SILVA NETO, 1988 [1957], p. 593). Sendo assim, esse estudioso atribui aos escravos africanos apenas o papel de “(...) realizar o que,

em condições normais, levaria talvez séculos para completar-se” (SILVA NETO, 1988 [1957], p. 595).

Dessa forma, tanto Silva Neto (1950; 1988 [1957]) quanto Elia (1979), adotando a visão de superioridade cultural do europeu em relação aos aloglotas africanos e, portanto, uma postura conservadora, justificada pela imagem de unidade do PB, até admitem a formação de semicrioulos por falantes africanos, em virtude do aprendizado imperfeito do português; no entanto, acreditam que não podem ir além de simplificações as modificações operadas pelos africanos no português do Brasil. Diante disso, Elia (1979, p. 145) afirma que:

De fato, não demonstraram os africanos muito interesse em preservar as falas tribais; através da língua portuguesa simplificada e, de certo modo, por eles reinterpretada, é que se comunicavam com seus 'donos', com suas iaiás, com seus patrõesinhos. E também entre si, pois não eram todos originários das mesmas nações (ao contrário, procurava-se misturá-los para impedir confabulações, senão mesmo conspirações).

Acrescenta ainda em relação ao português brasileiro: “Temos aqui o semicrioulo de que acabamos de falar. Trata-se de um ‘falar de emergência’ (...)” (ELIA, 1979, p. 145). Para Silva Neto²⁰ (1950, p. 130), os diversos falares brasileiros constituem um semicrioulo, “uma língua européia toscamente aprendida por povos de cultura e situação social inferior,” ou em outras palavras são as “(...) linguagens impostas pela necessidade que têm os adultos de posição social inferior de aprender, rapidamente, a língua do senhor, aprendê-la de outiva e não pelo regular ensino da escola” (SILVA NETO, 1950, p. 130).

Como podemos observar, Silva Neto destaca o processo de aquisição do português de “oitiva”, o que colocamos como fundamental para explicar a formação dos “diversos falares brasileiros” ou do nosso português popular.

Nesse sentido, Sílvia Elia compreende que:

Existe um tipo de falar crioulo que consiste na deturpação e simplificação de uma língua-base, quando falada por aloglotas de estágio cultural inferior (ao dos padrões ocidentais, naturalmente). E foi este tipo de falar que se constituiu no Brasil Colonial, particularmente nas regiões (em geral agrícolas), onde o contato do negro com o branco foi mais intenso (ELIA, 1979, p. 234).

Na verdade, Elia (1979) também admite a formação no PB de um tipo de crioulo, melhor dito, de um semicrioulo²¹, que consiste, diga-se de passagem, na deturpação e simplificação de

²⁰ Foi Silva Neto (1950) o primeiro estudioso a adotar a possibilidade de ter se desenvolvido no PB um semicrioulo.

²¹ Sílvia Elia usa a denominação semicrioulo retirada de Silva Neto (1950). Este adota o conceito de semicrioulo para descrever a realidade linguística brasileira, pois o termo crioulo não seria, segundo Silva Neto, coerente com a

uma língua, ou nas palavras de Elia (1979, p. 238): “na simplificação de uma língua-base na boca de aloglotas de civilização inferior.”

Elia (1979) apresenta uma oposição conceitual entre crioulos e semicrioulos. O semicrioulo, o que teria existido no Brasil, seria uma espécie de língua mista, na qual a língua européia teria sido simplificada, alterada pelos aloglotas, mas não interferida. O crioulo, por sua vez, consistia na fusão de culturas e de línguas proporcionada pela situação de contato.

Sílvio Elia considera que no Brasil não se desenvolveu *pidgin*, uma vez que o propósito dos dominadores era colonizar e não puramente explorar. Então, surge no Brasil uma língua de intercâmbio, um crioulo ou semicrioulo, sem ter se originado de um *pidgin*, pois o colonizador veio “(...) para estabelecer-se no país ocupado e aí se criam relações estáveis entre dominadores e dominados (no Brasil, brancos de um lado; índios e negros de outro)” (ELIA, 1979, p. 222).

Além disso, observa que muitas das características encontradas no português do Brasil, como simplificação flexional, tanto nominal, quanto verbal (indicando tempo, modo e pessoa), são também comuns aos crioulos de base portuguesa. No entanto, este estudioso nega que este tipo de simplificação na morfologia e na sintaxe no PB tenha sido originada pelos aloglotas africanos.

Segundo Silva Neto, as condições sociais no Brasil favoreceram alterações inesperadas em nossa língua e, apenas, nesse sentido, a massa de africanos contribuiu com mudanças no português do Brasil, pois teriam de aprender o português de “oitiva” rapidamente e, diante disso, o autor apropria-se da teoria de Sapir a respeito da deriva, afirmando que os negros africanos apenas aceleraram o que já estava previsto nas tendências evolutivas da língua.

Silva Neto (1950) faz referência a um processo de deriva indo-européia que poderia explicar as simplificações ocorridas no português falado no Brasil. Na verdade, para este estudioso, o PB se caracteriza tanto pela arcaicidade quanto pela unidade, ou seja, há uma série de traços arcaicos conservados no português do Brasil e as transformações processadas em nossa língua se devem a uma deriva românica.

Cunha (1970), ao destacar exemplos de diferenças fonéticas entre o português do Brasil e o de Portugal, defende que essas divergências se devem a distintas derivas: uma influenciando a língua no Brasil e a outra, em Portugal. Além do mais, caracteriza o português do Brasil como uma língua arcaica já que conserva traços lingüísticos vigorantes desde o período colonial.

nossa situação lingüística, visto que não existiu no português do Brasil uma reestruturação gramatical como ocorrido nos crioulos típicos.

Sousa da Silveira (1964), tomando como base exemplos da literatura portuguesa e brasileira, defende que há conservação de arcaísmos no português do Brasil; nesse sentido, nega a influência indígena e africana em nossa língua, considerando-as como enriquecedoras apenas no vocabulário. Acreditamos que essas afirmações são bastante exageradas, pois não levam em conta que apenas exemplos de cunho literário não correspondem à totalidade de nossa língua.

Para Elia (1963), as variedades do português do Brasil são desvios populares da norma padrão, formam uma espécie de corrupção de uma língua comum, necessitando do aparato pedagógico, fornecido pelas escolas, pois a ausência destas acarretaria simplificações tanto morfológicas, quanto sintáticas e fonéticas, sem necessariamente perder a unidade da língua.

Dessa forma, ao tratar das simplificações morfológicas ocorridas nos falares brasileiros, Sílvio Elia cita a questão dos modos, afirmando que, apesar do subjuntivo ainda ser utilizado,²² é o modo indicativo que se torna o único modo finito, absorvendo o imperativo. Com relação à sintaxe, “verifica-se a conhecida predominância da parataxe sobre a hipotaxe e a eliminação das formas sintéticas pelas analíticas” (ELIA, 1963, p. 234). Assim, ao analisar uma série de fenômenos fonéticos, morfológicos e sintáticos ocorridos no português do Brasil tanto no falar descuidado do povo culto, quanto na linguagem semiculta e inculta, Elia (1963) observa que muitos desses traços constituem uma tendência de mudança portuguesa e, portanto, românica. Ainda para Elia (1963), a população colonizadora, superior e minoritária, foi se impondo, tanto no contexto sócio-econômico quanto lingüístico, de forma que “a direção do país nunca deixou de estar em mãos daqueles que representavam o *status* cultural superior” (ELIA, 1963, p. 278).

Diante disso, podemos citar a seguinte afirmação de Elia (1963, p. 275), baseada no debate também desenvolvido por Silva Neto (1950): “A língua falada no Brasil, quer no seu aspecto coloquial, quer na sua feição propriamente popular, apresenta notável unidade, traduzida no à-vontade com que se comunicam entre si os falantes de qualquer região do país.”

Tomando como base o mito da Torre de Babel, Sílvio Elia manifesta sua opinião contra a diversidade de falares, já que se originou como um castigo pela soberba humana e nas palavras desse estudioso:

A ninguém aproveita a babelização lingüística. Segundo o Gênesis, ela foi mesmo um castigo do Senhor ao incontrolável orgulho dos homens. Nenhuma vantagem adviria,

²² No que se refere às variações morfológicas citadas por Elia (1963) a respeito do subjuntivo, consideramos que adotar a postura de que as variações ocorridas no português do Brasil constituem desvios da norma não explica a origem dessas variações. Desse modo, esta posição nos fornece apenas uma visão simplista da questão.

pois, quer para os brasileiros, quer para os portugueses, com se acentuarem as divergências idiomáticas, principalmente nas formas da linguagem transmitida (ELIA, 1963, p. 274).

A diversidade de falares e de culturas, no caso do Brasil, foi comumente desvalorizada pelos estudiosos, que buscavam priorizar o dominador em relação ao dominado, o superior em relação ao inferior, apresentando atitudes eurocêntricas. No entanto, acreditamos que relegar ao esquecimento a diversidade de povos, de culturas e, portanto, de línguas que entraram em contato na colonização do Brasil significa deixar de lado a história de uma sociedade e de um povo que também a erigiu.

Apoiando-se na visão da unidade do português do Brasil e visando a sua conservação, Cunha (1968; 1970) chega a citar algumas metas a serem alcançadas pela política educacional, utilizando a seguinte argumentação: “O que desejamos é que, através do ensino, se resguarde a atual unidade superior da língua portuguesa, os traços essenciais que ainda permitem a compreensão entre os seus usuários” (CUNHA, 1970, p. 79). Além disso, apesar de reconhecer que em lingüística a “unidade não é incompatível com a variedade, antes a pressupõe” (CUNHA, 1970, p. 79), este autor deixa claro que “devemos combater, pelo ensino, o vulgarismo e o dialectalismo, que, antes de fraccionarem a comunidade idiomática supranacional, fraccionaram a unidade lingüística da própria nação (...)” (CUNHA, 1970, p. 79).

Cunha (1970) destaca ainda que a nossa língua apresenta características de línguas de base essencialmente rural, o que a distingue do português de além-mar. Para tanto, este estudioso fundamenta sua hipótese no paralelo estabelecido entre o tipo de colonização processado na América espanhola e na portuguesa: enquanto nesta não se desenvolveu nos primeiros séculos um grande centro cultural e a urbanização apenas tardiamente se processou, naquela desenvolveram-se grandes centros irradiadores de cultura que tinham condições de rivalizarem com sua metrópole.

Em relação ao PB, Silva Neto (1950) defende que os maiores remanescentes do “português simplificado” são os dialetos rurais, mas que devido à ascensão social dos mestiços, esse português tendeu a desaparecer.

Elia (1979) afirma que “não se pode, portanto, afastar de plano toda e qualquer influência afro-índia no português do Brasil” (ELIA, 1979, p. 246) e considera que a urbanização vem contribuindo para o desaparecimento de um *semicrioulo* em nossa língua. Daí reconhecermos a importância de se analisar a fala das comunidades rurais afro-brasileiras, a qual, por ainda manter

certo isolamento do meio urbano e de outros meios rurais, poderá nos fornecer fenômenos que tragam luz à discussão sobre a origem das variações no português popular brasileiro, já que a urbanização proporciona a eliminação desses fenômenos.

1.3.3.4 O português do Brasil sob uma visão estruturalista: Mattoso Câmara Jr.

Mattoso Câmara (1979) discute o processo de formação do português do Brasil e apresenta uma breve história da implantação desse idioma em nosso país, destacando a presença de populações indígenas e africanas no decorrer da colonização. Ao tratar das línguas indígenas, afirma que, “(...) em contacto com o português, que paralelamente se radicou na colônia, esse tupi de intercurso operou antes como adstrato do que como substrato propriamente dito; eram duas línguas que coexistiam simultaneamente no mesmo território” (MATTOSO CÂMARA, 1979, p. 28).

Desse modo, os dialetos falados pelos tupi foram aprendidos pelos brancos “(...) e daí se desenvolveu uma língua geral de intercurso, que era fundamentalmente o dialeto tupinambá, de um dos grupos mais importantes e mais em contacto com os portugueses” (MATTOSO CÂMARA, 1979, p. 27). A *língua geral* serviu não apenas para o contato do branco com os índios tupi, como também com todos os índios em geral e firmou-se na colônia ao lado do português. Assim, este veio, constantemente, como superstrato, modificando a fonologia e os valores semânticos tupi de acordo com as características deste, apontando o surgimento das noções no verbo de tempo futuro e de modo subjuntivo.

Em relação à contribuição africana, Mattoso Câmara destaca a presença na colônia tanto de nações negras do grupo Banto quanto de tribos não-Banto, afirmando que:

Parece que, desde muito cedo, a sua integração na sociedade branca, com estreitas relações com ela na qualidade de escravos ligados a todas as suas principais atividades, propiciou o desenvolvimento de um português crioulo, que uniu entre si os negros das mais diversas proveniências (MATTOSO CÂMARA, 1979, p. 28-29).

Com a intensificação da imigração portuguesa, o bilingüismo (português-tupi) extinguiu-se, prevalecendo o português. Além disso, houve no Brasil condições para o desenvolvimento de

“(...) uma vida lingüística própria e para o desenvolvimento de uma subnorma, na língua comum, em face do português europeu”(MATTOSO CÂMARA, 1979, p. 29).

Na verdade, para esse estudioso, há certa discrepância entre a língua portuguesa no Brasil e em Portugal, mas estas “não devem ser explicadas por um suposto substrato tupi ou por uma suposta profunda influência africana (...)” (MATTOSO CÂMARA, 1979, p. 30). O que explica a diferença entre o português do Brasil e o de Portugal é o fato “de se achar a língua em dois territórios nacionais distintos e separados (...) [visto que] cada país teve a sua evolução lingüística, nem sempre coincidente uma com a outra apesar das estreitas relações de vida social e cultural” (MATTOSO CÂMARA, 1979, p. 30); além disso, reconhece a sobrevivência de traços arcaizantes de Portugal no português do Brasil.

Por outro lado, Mattoso Câmara parece reconhecer que há, no Brasil, diferença entre um português “padrão” e um português popular, pois, ao negar a influência de elementos indígenas e africanos no português padrão, se refere ao português popular da seguinte forma: “(...) nele podem ter atuado substratos indígenas, não necessariamente tupi, e os falares africanos, na estrutura fonológica e gramatical” (MATTOSO CÂMARA, 1979, p. 31).

Enfim, este renomado lingüista parece fazer referência ao português culto e ao português popular brasileiro, reconhecendo que o “(...) problema (...) [neste] é, naturalmente, outro” (MATTOSO CÂMARA, 1979, p. 31), pois o português popular pode ter sofrido influência do contato com falares indígenas e africanos. O português culto brasileiro, por sua vez, teria sido influenciado pelo PE, aproximando-se mais deste, apesar de apresentar certas divergências. Por outro lado, a origem das variações no português popular brasileiro teria outra explicação. Sendo assim, Mattoso Câmara reconhece a necessidade de se realizarem pesquisas para se compreender melhor a complexa dialeção que caracteriza a vastidão do território brasileiro.

1.3.3.5 Discussão sobre a origem crioula do português popular do Brasil: Guy e Tarallo

Guy (1981; 1989), ao observar que, no Brasil, é marcante a diferença lingüística em função da classe social e que há um significativo número de falantes usando um dialeto

considerado não padrão, destaca a questão da criouliização²³ como explicação para origem das variações no PPB.

Para fundamentar sua hipótese, Guy (1981; 1989) toma como ponto de partida dados da história sócio-econômica do Brasil colonial e, com relação aos dados lingüísticos,²⁴ analisa duas variáveis morfossintáticas do português do Brasil atual: a concordância de número no interior do Sintagma Nominal e a concordância verbal. Nesse sentido, admite que, em decorrência de um processo prévio de criouliização no português do Brasil, foram perdidas regras de concordância que estão sendo (re)adquiridas no quadro atual a partir dos contextos mais salientes.

Guy (1989) destaca ainda que, além de haver muitas palavras de origem africana no português do Brasil, pode ser observado um conjunto de traços, que caracterizam nossa língua, similares a fenômenos ocorridos em crioulos de base portuguesa. De certa forma, para esse estudioso, não há como negar o impacto da escravidão africana na constituição do PPB, o que não se limita a apenas termos lexicais, como também a alterações nos traços morfossintáticos.

Para Guy, não se pode afirmar que o PPB seja um crioulo no sentido de abranger todas as características de um crioulo típico, pois todos os países diferem em relação a sua história social, o que pode levar a resultados lingüísticos não similares. Por outro lado, não é prudente afirmar que todos os traços do português popular brasileiro se devam a uma origem européia. Sendo assim, sugere que se identifiquem os traços da história social que mais influenciaram o resultado lingüístico no Brasil, afirmando que:

(...) a língua popular do Brasil tem raízes não somente na língua românica de seus colonizadores europeus, mas também nas línguas africanas faladas pelos milhões de primeiros brasileiros e também nos contatos lingüísticos e processos de aprendizagem que prevaleceram na escravidão e que são comumente chamados de criouliização e descreolização (GUY, 1989, p. 241-242).²⁵

Guy considera o substrato africano como muito importante na formação do português popular brasileiro, o que acarreta algumas críticas, como a de Cohen (2002), que questiona até que ponto podemos afirmar que as línguas africanas apresentam características que propiciaram a erosão da morfologia flexional do português. Desse modo, não devemos supervalorizar nem o

²³ Holm (1987) também retoma a hipótese da criouliização e considera o português vernáculo brasileiro (PVB) como semicrioulo, chegando a essa conclusão a partir de análises comparativas entre o PVB e diferentes crioulos de base ibérica. Tanto Holm (1987) quanto Guy (1989) baseiam-se em dados sócio-históricos, principalmente, demográficos.

²⁴ Guy analisou as diferenças entre o português popular do Brasil e o português padrão brasileiro.

²⁵ (...) the popular language of Brazil has roots not only in the Romance language of its European colonizers, but also in the African languages spoken by millions of the first Brazilians, and also in the language contact and language learning processes that prevailed under slavery, and are commonly called creolization and decreolization. (Tradução nossa).

substrato africano muito menos o superstrato europeu. Cremos que a transmissão irregular do português pelos africanos e seus descendentes e, portanto, o contato entre povos atestado pelo contexto social pode explicar muitas das variações ocorridas no sistema flexional de nosso vernáculo.

Numa posição contrária à de Guy (1981; 1989), Tarallo, em seu artigo *Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: Mudanças sintáticas aleatórias*, publicado em 1993, defende a idéia de que o português do Brasil, ao invés de se aproximar, como deveria ocorrer num processo de descrioulização, estava se afastando de sua língua alvo: o português europeu (PE). Tarallo baseou-se em estudos sobre construções relativas e retenção pronominal em sentenças encaixadas e matrizes, afirmando que as tendências de mudanças no PB e no PE convergem para pontos inversos, pois, enquanto no PB a retenção do pronome é muito alta na posição de sujeito e muito baixa na posição de objeto, no PE a direção é inversa, há uma retenção muito alta do pronome na posição de objeto, ao passo que na de sujeito registra-se um decréscimo.

Segundo Tarallo (1993, p. 60), para que se fale em descrioulização do PB em direção ao PE:

O PB teria literalmente que se virar pelo avesso e de ponta-cabeça. Sujeitos teriam que começar a ser nulos outra vez (isto é, o PB teria que começar a readquirir suas características *pro-dop* perdidas), enquanto objetos teriam que começar a receber pronomes clíticos outra vez.

Em linhas gerais, Tarallo (1993) aponta a hipótese da criouliização no PB como pouco provável, pois se o PB fosse derivado de um crioulo deveria estar em fase de descrioulização em relação à língua alvo, o português europeu, e, assim, pretende demonstrar, a partir de suas análises, que o PB está se afastando do seu superstrato original: o PE, fato este que desfavorece e torna irrelevante a questão da criouliização prévia do português brasileiro.

Lucchesi (2001), ao analisar dados relativos às pesquisas desenvolvidas por Fernando Tarallo, chega à conclusão de que estes estudos não podem atestar tendências de mudança do português popular, “(...) para o qual se propõe um caráter descrioulizante. Ao contrário, ao retratar as mudanças em curso nas camadas cultas (...)” (LUCCHESI, 2001, p. 111), deve-se tomá-las como base para se verificar as influências de *baixo para cima*, referente a um dos pólos que caracteriza a realidade lingüística brasileira: a norma culta.²⁶

²⁶ Este tópico será desenvolvido na seção 1.4 A *Bipolarização no português do Brasil*.

Dessa forma, se tomarmos a realidade lingüística brasileira como bipolarizada, na qual o português culto e o português popular apresentam tendências específicas de mudança, podemos entender que os “(...) estudos de processos de mudanças que indicam um afastamento do português culto do padrão normativo de matiz europeu não constituem evidência contra a hipótese da ocorrência de mudanças de caráter crioulizante na formação do português popular (...)” (LUCCHESI, 2001, p. 122-123).

Na verdade, Tarallo observa apenas dados referentes ao português culto e termina atestando as mudanças de *baixo para cima* decorrentes da interação entre os dialetos populares e a norma culta. Temos de levar em conta que a nossa realidade lingüística, entendida como plural e polarizada, abarca, *grosso modo*, duas histórias: uma relacionada com o português culto e a outra com o português popular, cujos processos de formação são diferenciados. Daí, podemos afirmar que o português culto e o popular apresentam direções de mudança distintas.

1.3.3.6 Retomando a questão da crioulização do português popular do Brasil: Naro e Scherre; Baxter e Lucchesi

Naro e Scherre (1993; 2005), com base na hipótese de que as variações presentes no português popular brasileiro estariam já prefiguradas, de forma específica, no sistema lingüístico do português europeu e, de forma geral, no das línguas românicas, refutam a hipótese da crioulização em solo brasileiro.

Assim, tentam demonstrar que a perda da concordância nominal e verbal pode ser encontrada tanto no latim como no próprio português europeu moderno e, dessa forma, a variação verificada no PPB encontra-se, segundo eles, enraizada na evolução histórica da língua portuguesa. Além disso, afirmam que o que houve no PPB, na verdade, foi uma difusão mais

acelerada de estruturas e variações, mas não a sua criação. Vamos à conclusão a que chegaram esses estudiosos:

Nossa conclusão, portanto, é que o português brasileiro é o resultado natural da deriva secular inerente na língua trazida de Portugal, ampliada no Brasil pela exuberância do contato de adultos, falantes de línguas das mais diversas origens, e da nativização desta língua pelas comunidades formadas por estes falantes, em um contexto em que a norma lingüística natural - que permeia as interações - apresentava mais graus de liberdade. Nosso modelo de mudança lingüística para o português brasileiro se sintetiza em CONFLUÊNCIA DE MOTIVAÇÕES (NARO e SCHERRE, 2005, p. 10).

Naro e Scherre afirmam que a variação na concordância nominal e verbal é registrada tanto no Brasil quanto em Portugal, diferenciando-se apenas por uma questão de frequência. No entanto, acreditamos que essa frequência de variação na concordância em ambos os países não deva ser explicada por uma deriva, mas pelas diversas situações sociolingüísticas que marcaram a história do Brasil, especialmente, pelo processo de TLI, pois, “em todo e qualquer processo de transmissão lingüística irregular desencadeado pelo contato entre línguas, ocorre, em maior ou menor grau, perda de morfologia flexional e de regras de concordância nominal e verbal” (LUCCHESI, 2003, p. 282). Assim, a intensidade e a frequência da variação no PPB podem ser explicadas pelo processo de TLI que no Brasil se deu de forma menos intensa, resultando não na eliminação total dos elementos gramaticais, mas num processo de variação desses elementos. Temos de levar em conta ainda que os fenômenos ocorridos nas línguas crioulas não lhes são privativos e, segundo Lucchesi (2003), há um consenso entre os crioulistas de que a perda da morfologia flexional é comum a todas as línguas crioulas.

Em relação ao contato, Naro e Scherre defendem que a massa africana e a população indígena apenas aceleraram o processo natural da deriva inerente à língua trazida de Portugal. Negam, dessa forma, a contribuição africana no sentido de dar uma origem crioula para o português popular do Brasil, pois “(...) por aqui se existiu um ‘português negro’ suas diferenças em relação ao português geral eram tão sutis que fugiam aos ouvidos dos observadores” (NARO E SCHERRE, 1993, p. 439). Na verdade, a ausência de documentos que comprovem ter existido um “português negro” levam esses estudiosos a negarem tal posição.

Com relação a estes documentos, temos de registrar que, até o final do século XIX, os estudiosos pareciam menosprezar questões relativas aos africanos no Brasil em favor de uma superioridade européia. Nina Rodrigues (2004 [1935]), já no século XIX, observa que é comum desenvolver estudos sobre os indígenas e o branco europeu, mas sobre o negro africano e sua

influência no português falado no Brasil parece ainda pairar certo desprezo por parte dos estudiosos.

Mendonça (1948 [1933]) afirma que, no período imperial, há diversos indianólogos; no entanto, com relação aos estudos sobre os africanismos temos de reconhecer apenas a partir de 1888 um precursor notável: Macedo Soares. Alkmim (2001a, p. 317), também reconhece essa lacuna histórica no que se refere às informações sobre a linguagem de negros e escravos no Brasil, chegando a dizer que “parece ter havido uma conspiração de silêncio por parte daqueles que conviveram com a numerosa população de origem africana trazida para o Brasil, a partir do século XVI, para trabalhar como mão-de-obra escrava.” Diante disso, podemos citar a seguinte afirmação de Silva (2003, p. 31-32):

O silêncio em relação à linguagem dos africanos pode ser explicado pelo silêncio geral que se fazia ao redor de tudo aquilo que se referia aos negros. (...) [Portanto, temos de considerar] o silêncio acadêmico que até o século XX pairou sobre a figura do escravo africano e seus descendentes.

No que diz respeito à diversidade de falares no período colonial, citamos Antônio da Costa Peixoto que, em 1741, divulga a *Obra nova de língua geral de Mina*, visando a ajudar os senhores na compreensão da fala dos negros:

Pois hé certo e afirmo que se todos os senhores de escravos e hinda os que não os tem, souvecem esta lingoage não sucedarião tantos insultos, rehinás, estragos (...) e finalmente cazos atrozés de algúa sorte se poderião evitar alguns destes desconsertos, se ouvece (...) menos preguisa, nos moradores, e abitantes destes payses (PEIXOTO, 1741 *apud* SILVA, 2003, p. 31).

Contrários à posição de Naro e Scherre (1991; 1993), podemos citar Baxter e Lucchesi (1997) que, a partir de estudos lingüísticos na comunidade afro-brasileira de Helvécia, no sul da Bahia, apresentam fenômenos que podem ter se originado de um processo de transmissão lingüística irregular, desencadeado pelo contato entre línguas, ocorrido no período colonial e do Império. Na verdade, tendo como base traços lingüísticos de Helvécia,²⁷ como: variação de concordância de número e de gênero no SN; negação dupla; sentenças relativas sem pronome; variação no emprego das formas da 3ª pessoa do singular do presente do indicativo em contextos nos quais se deveriam utilizar formas do infinitivo, dentre outros, os supracitados estudiosos acreditam que o dialeto dessa comunidade reflete o processo de transmissão irregular do português. Além disso, explicam que o sistema verbal do português rural pode ter passado por

²⁷ Helvécia é uma comunidade afro-brasileira, situada no extremo sul da Bahia. O dialeto de Helvécia “é falado por descendentes de iorubás e geges, escravos da antiga Colônia Leopoldina, estabelecida nas primeiras décadas do século XIX por suíços, alemães e franceses” (BAXTER E LUCCHESI, 1997, p. 77).

estágios como o de Helvécia ou próximos a ele no período colonial e do Império e, segundo Baxter e Lucchesi (1997, p. 81):

Em outras comunidades afro-brasileiras (em que se podem encontrar, ainda hoje, referências a uma fala ‘embolada’, ou mesmo incompreensível, que teria existido no passado), nos dialetos rurais e principalmente nos dialetos urbanos vernaculares, essas marcas já teriam desaparecido, devido ao contato e à influência dos padrões lingüísticos da norma culta, que se processaram de maneira crescente ao longo deste século. (...). Desse modo, o que se observa hoje em Helvécia pode refletir o quadro lingüístico que caracterizou, até pelo menos o início deste século, as variedades vernaculares do português do Brasil, principalmente na área rural.

Para Lucchesi (1994; 1998; 2001), a realidade lingüística brasileira não é apenas variável e heterogênea, mas também plural e polarizada: ficando num pólo a norma culta e noutra, a norma vernácula, ambas apresentando tendências específicas de mudança. Enquanto a primeira corresponde “(...) aos padrões lingüísticos característicos dos segmentos escolarizados, dos falantes das classes médias e alta (...), [a norma vernácula se refere aos] padrões lingüísticos das classes baixas, dos falantes não-escolarizados” (LUCCHESI, 1994, p. 26).

Para se compreender a configuração atual do PPB, Lucchesi (2001; 2003) considera importante levar em conta os processos de transmissão lingüística irregular que marcaram a aquisição massiva do português pelas populações indígenas e de origem africana. Na verdade, segundo ele, “há um conjunto de estruturas do português brasileiro que podem ser relacionadas historicamente ao massivo contato entre línguas que marca os primeiros séculos da história sociolingüística do Brasil” (LUCCHESI, 2003, p. 278).

Assim, Lucchesi (2003) explica que, a partir do processo de TLI, ocorre perda da morfologia flexional e de regras de concordância nominal e verbal, em maior ou menor grau. No caso do Brasil, deve ter ocorrido um processo de TLI do tipo mais leve, apresentando um quadro de variação mais ou menos intenso tanto dos elementos flexionais quanto dos gramaticais, diferentemente do que ocorre nas situações típicas de crioulação, uma vez que nestas essa perda tende a ser total, apresentando uma eliminação da morfologia flexional em níveis, muitas vezes, categóricos.

Além disso, para esse estudioso, é possível que tenham se formado crioulos em pontos isolados em nosso território, mas que não se conservaram em virtude das diversas alterações processadas no cenário brasileiro no século passado. Desse modo,

o processo histórico de constituição da realidade brasileira aponta para a ocorrência de significativas mudanças nas variedades populares do português, em função do contato entre línguas, sobretudo nas áreas em que se deu a integração dos escravos africanos. Contudo, por diversos fatores essas mudanças não foram de monta a dar ensejo à

formação e estabilização de uma língua crioula de base portuguesa; o que pressupõe uma reestruturação original da gramática e transferência de estruturas das línguas de substrato. Tais processos, se ocorreram, ocuparam uma posição lateral, e suas marcas mais evidentes provavelmente desapareceram no bojo das enormes alterações que se processaram no cenário sócio-econômico do país no século XX (LUCCHESI, 2000, p. 73).

Não há consenso entre os estudiosos a respeito da origem das variações no vernáculo brasileiro. Vale ressaltar que, tanto Naro e Scherre (1993), quanto Baxter e Lucchesi (1997) reconhecem a participação dos aloglotas na formação sócio-histórica do PB, mas enquanto estes defendem a hipótese de que o contato entre línguas e o processo de TLI explicam muitas das variações ocorridas no PB, aqueles acreditam que a massa africana contribuiu apenas para uma aceleração dos processos lingüísticos, citando a questão da deriva como fundamental para se explicar as diferenças entre o PB e o PE.

1.3.3.7 Sobre a formação do português brasileiro: Mattos e Silva

Mattos e Silva (1999; 2000) considera generalizantes as duas hipóteses sobre a formação do PPB: a crioulação prévia e a deriva natural. Nesse sentido, acredita que nenhuma das duas deve ser descartada, pois a da crioulação prévia pode ser válida para certos locais nos interiores rurais brasileiros, o que não deve ser justificado para o geral no Brasil, e a questão da deriva natural é válida para explicar certos fenômenos lingüísticos. Ao lado disso, Mattos e Silva (2000) apresenta fatores de demografia histórica e o processo de escolarização na história do Brasil que devem ser levados em consideração para que se possa compreender o processo de formação das variedades do português brasileiro.

Desse modo, com base nos fatores sócio-históricos brasileiros, os africanos e seus afro-descendentes,

(...) adquirindo necessariamente, (...), a língua dos colonizadores, a portuguesa, como língua segunda, na oralidade do cotidiano diversificado e multifacetado, sem o controle normativizador explícito da escolarização, reestruturou o português europeu, que no Brasil começa a chegar em 1500 e sucessivamente ao longo do período colonial e, no século XIX, em contingentes significativos, com a emigração (MATTOS e SILVA, 2000, p. 13).

Mattos e Silva afirma que, no período colonial, o Brasil se caracterizava por um multilinguismo/multidialealismo devido à presença da língua portuguesa, línguas indígenas e africanas. Além disso, designa o português falado pelos índios e pelos africanos integrados a sociedade colonial de *português geral brasileiro*, antecedente histórico do português popular do Brasil. Este teria se originado, como segunda língua, num processo de transmissão da língua do colonizador a falantes de línguas africanas, através de modelos defectivos da língua alvo. No entanto, nega a formação de um crioulo generalizado no Brasil, uma vez que estes modelos não eram tão defectivos a ponto de se transformarem em outra língua.

Mattos e Silva (2000; 2004) reconhece ainda a importância do negro africano e de seus descendentes na constituição do português do Brasil ao considerá-los como principais difusores da língua portuguesa no território brasileiro e, assim, não descarta os processos de crioulição em certos pontos do nosso território, como nos meios rurais.

Nesse sentido, chega a seguinte conclusão a respeito das variações na língua portuguesa no Brasil:

A língua portuguesa, na sua variante brasileira, predominantemente nas variantes populares e vernáculas, mas não apenas nelas, deve as suas características inovadoras, em geral simplificadoras, em relação ao português europeu, tanto no plano sintático como fônico, a forma como foi aprendida pela massa populacional predominante ao longo do período colonial: como segunda língua, com modelos defectivos da língua-alvo, a do colonizador, mas não tão defectivos que propiciassem a formação de um crioulo estável e generalizado; na oralidade; sem o controle normativo da escolarização (MATTOS E SILVA, 2004, p. 107).

Diante disso, acrescentamos que essa forma como a língua portuguesa foi aprendida pela população, ou seja, o processo de transmissão irregular do português tende a explicar a origem de muitas das nossas variações lingüísticas.

1.3.4 A possível formação de falares crioulos em pontos isolados e a não estabilização da crioulição no Brasil

O Brasil nos períodos colonial e imperial se caracteriza por uma diversidade de povos e culturas e pelo estado de multilinguismo/multidialealismo descrito por Mattos e Silva (2001; 2004). Índios e negros africanos, muitas vezes, em decorrência da miscigenação racial, aprendiam a língua portuguesa, de maneira irregular e defectiva. A partir de 1757, mediante

medidas tomadas pelo Marquês de Pombal, o português vai sendo imposto como língua oficial do Brasil e, principalmente, a língua geral foi progressivamente deixada de lado. Além disso, alguns fatos contribuíram para a imposição do português na sociedade colonial e imperial, como a corrida pelo ouro na segunda metade do século XVIII e a vinda da família real no século XIX.

O contato entre índios, brancos e negros e, sobretudo, uma maior integração da massa africana e de seus descendentes na sociedade colonial facilitou o contato entre línguas, deixando no português marcas desse contato. Os escravos africanos, bem como o negro brasileiro e o mulato desempenhavam diferentes funções na economia colonial e, além de conviverem com os diversos grupos que constituíam a sociedade da época, transitavam pelas senzalas, casas grandes e pelos espaços públicos.²⁸ A integração entre brancos e negros deve ter contribuído para a transmissão do português aos falantes de línguas distintas. Mattoso (1990 [1979]) cita um anúncio de um jornal em que o dono descreve seu escravo “(...) que fala de um jeito um pouco confuso mas que se compreende bem” (MATTOSO, 1990 [1979], p. 113).

Fausto (1994) descreve a situação social entre os diversos estratos que formavam a sociedade colonial e imperial, afirmando não haver apenas senhores e escravos, pois:

Roceiros, pequenos lavradores, trabalhadores povoaram os campos; as poucas cidades reuniram vendedores de rua, pequenos comerciantes, artesãos. Esse quadro não foi estático. A expansão do comércio internacional de escravos deu origem a um importante setor de elite, representado pelos traficantes do Rio de Janeiro e também de Salvador. A descoberta do ouro e dos diamantes de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, a partir de princípios do século XVIII, e a vinda da família real para o Rio de Janeiro no início do século XIX foram, cada um à sua maneira, fatores de diversificação social e de alteração das relações entre o campo e a cidade (FAUSTO, 1994, p. 33).

Desse modo, a integração entre os diferentes estratos sociais parece ter contribuído para que o português prevalecesse sobre a situação de multilinguismo/multidialealismo vigente no período colonial.

Lobo (1996) demonstra, a partir da reorganização dos dados de Mussa (1991), que no período colonial as populações não-brancas (indígenas e africanas) correspondiam a um total de 70%. Na verdade, a maioria dos povos que habitou o Brasil falava uma língua não portuguesa, visto que apenas cerca de 30% da população era constituída pela etnia-branca.

²⁸ Eram diversos os papéis desempenhados pelos negros na sociedade colonial rural e urbana. Quanto aos índios, temos de levar em conta o fato de que, desde o início da colonização, a língua geral foi difundida e muitos indígenas viviam em aldeamentos com os jesuítas. Além disso, eles foram constantemente dizimados e expulsos de suas terras, especialmente, a partir da política pombalina.

Esses percentuais são também traçados por Fausto (1994), quando este afirma que “(...) do ponto de vista racial, os dados relativos às principais províncias sugerem que os brancos representavam menos de 30% da população total [ao fim do período colonial]” (FAUSTO, 1994, p. 135).

Mesmo diante do percentual de 70% de etnias não-brancas e da representatividade dos negros africanos na sociedade colonial, não acreditamos que na história sociolinguística do Brasil tenha ocorrido processos típicos de criouliização, uma vez que não pode ser comprovada a existência de um crioulo generalizado de base portuguesa em nosso país, mas defendemos que o contato entre povos de línguas e de culturas distintas e o processo de transmissão irregular do português marcam a formação das nossas variedades populares atuais. Dessa forma, podemos citar a seguinte afirmação de Lucchesi (1999, p. 81):

A aquisição precária do português pelos escravos trazidos de África e pelos índios integrados na sociedade brasileira (que podem ser, então, arrolados como uma espécie de força auxiliar, de menor importância) e a nativização desse modelo defectivo de português como língua segunda nas gerações seguintes de seus descendentes endógamos e mestiços desencadearam um processo de transmissão linguística irregular que teve importantes consequências para a formação da atual realidade linguística brasileira, nomeadamente para as suas variedades populares.

Como fatos históricos que apontam nessa direção, Alencastro cita que “num discurso do Parlamento, um deputado baiano declarou, em 1851, que, na Bahia, entre a população preta, não se fala a língua do país” (ALENCASTRO, 1997 *apud* ALKMIM, 2001a, p. 319). Além disso, o *Jornal do Comércio* de 23/7/1851 nos informa que “de tradicional família pernambucana, o bacharel e deputado Manoel Carneiro da Cunha exprimia-se num português carregado de africanismos e recebeu o apodo de ‘deputado caçanje’. Isto é, alguém que falava como os negros do reino de Caçanje, em Angola.” (*Jornal do Comércio*, de 23/7/1851, *apud* ALKMIM, 2001a, p. 319). Ainda encontramos no referido jornal de 7/5/1853 a seguinte informação:

O *Constitucional*, jornal paulistano, explica em 1853: O infante alimentado com o leite mercenário de uma africana vai, no desenvolvimento de sua primeira vida, aprendendo e imitando seus costumes e hábitos, e ei-lo já quase na puberdade qual outros habitantes da África Central, sua linguagem toda viciada, e uma terminologia a mais esquisita, servindo de linguagem (*Jornal do Comércio*, de 7/5/1853, *apud* ALKMIM, 2001a, p. 319).

Para Baxter e Lucchesi (1997), Lucchesi (2003) e Mattos e Silva (2000; 2001; 2004), podem ter se formado crioulos em pontos isolados no meio rural de nosso território, como nos quilombos, mas as diversas alterações processadas no cenário brasileiro nos séculos XIX e XX

teriam impedido sua conservação. Ainda em relação à criouliização do PB, Lucchesi (1999, p. 80) cita alguns fatores que podem explicar a não estabilização de um crioulo de base portuguesa no Brasil, dentre os quais, podemos apontar:

- (i) a proporção entre a população de origem africana e branca, que permitia um nível de acesso maior à língua alvo do que o observado nas situações típicas de criouliização;
- (ii) a ausência de vida social e familiar entre as populações de escravos, provocada pelas condições sub-humanas de sua exploração, pela taxa de mortalidade e pelos sucessivos deslocamentos;
- (iii) [a miscigenação racial e] o incentivo à proficiência em português, [o que possibilitou um maior acesso dos demais segmentos étnicos à língua alvo];
- (iv) a maior integração social dos escravos urbanos, domésticos e das zonas mineradoras.

Este estudioso ainda admite que os fatores que inibiram a ocorrência de crioulos típicos no Brasil foram responsáveis pelas mudanças na difusão dos padrões lingüísticos. Assim, a miscigenação, muitas vezes resultante da integração social dos escravos, favoreceu tanto a aquisição dos padrões lingüísticos do grupo dominante por parte do dominado, quanto as mudanças ocorridas na língua adquirida, ou seja, tais alterações/variações representam as conseqüências dessa aquisição, que, diga-se de passagem, era precária. Desse modo, não houve a formação de *pidgin* e de crioulos típicos no Brasil, mas apenas um processo de transmissão lingüística irregular do tipo menos intenso.

No que se refere à conceituação de *pidgin*, podemos afirmar que este é, na verdade, um ponto inicial, ou melhor, um ponto de interseção entre a língua do dominador e a língua do dominado, do qual poderá surgir um crioulo. Segundo Holm (2000), *pidgin* é uma língua simplificada que se origina em situações de contato entre grupos sociais de diferentes línguas, devido à necessidade destes se comunicarem emergencialmente. Quando grupos sociais, cujas línguas são distintas e ininteligíveis, necessitam manter contatos por interesses comerciais, tendem a se comunicar através de uma “mistura” dos elementos lingüísticos de ambas as línguas, o que resultaria no *pidgin*, que, por sua vez, se caracterizaria pela ausência de normatização. Quando o *pidgin* é usado em situações sociais, que não sejam apenas comerciais, resulta num crioulo. Este pode ser utilizado em várias situações, chegando, às vezes, até a ter uma forma escrita e uma gramática. Para Elia (1979), não se desenvolveu *pidgin* no Brasil, visto que os dominadores não visavam inicialmente à política exploratória, objetivavam apenas a colonização.

Baker (1982) e Bickerton (1984) propõem a noção de *criouliização variável*, que se refere ao fato de que quanto maior acesso os falantes da língua crioula tiverem da língua alvo, maior

será a proximidade daquela com esta. Neste sentido, de acordo com Lucchesi (2000), a língua crioula irá variar dependendo do maior ou menor acesso que ocorrer com a língua alvo, o que dará origem a crioulos gramaticalmente mais próximos desta.

Cabe ressaltar apenas que não houve um crioulo de base portuguesa generalizado no Brasil e atualmente podemos citar a polarização e a pluralidade que marcam o PB: de um lado, as normas vernáculas ou o português popular do Brasil e de outro, as normas cultas ou português culto brasileiro.

1.3.5 A importância de comunidades rurais afro-brasileiras para a compreensão da origem das variações no português popular do Brasil

Situando, no cenário sócio-histórico de formação da realidade lingüística brasileira, o cerne dos processos de mudança induzidos pelo contato entre línguas nos contextos de escravidão em massa dos africanos nas grandes propriedades rurais do interior do país, ou a formação de agrupamentos de escravos foragidos em localidades ainda mais recônditas, devemos buscar os reflexos mais notáveis desses processos de mudança lingüística nas comunidades de afro-descendentes que têm a sua origem em tais contextos históricos e à fuga desta e, portanto, apresenta um passado marcado pelo contato entre línguas. Por se terem mantido isoladas, muitas comunidades rurais afro-brasileiras originadas de antigos quilombos ou de terras abandonadas ou doadas nos arredores de antigas propriedades rurais, após a abolição da escravatura, acabaram por sofrer menos os efeitos do nivelamento lingüístico ocorrido no século XX, conservando mais as marcas do processo de TLI que caracteriza as suas origens. Assim, na descrição dos padrões coletivos de comportamento lingüístico dessas comunidades, podemos encontrar evidências relevantes acerca da história de uma das vertentes do PB.

Os quilombos eram formados por fugitivos de qualquer etnia: negros, índios e brancos e se multiplicaram ao longo do período colonial. As situações lingüísticas aí desenvolvidas eram, sem dúvida, diversas, a depender de sua localização e dos tipos de membros agrupados. No entanto, deve ter sido utilizado, nestes locais, o português e, como afirma Mussa (1991, p. 239-240) “o contato estreito que as organizações quilombolas eram obrigadas a manter com a

sociedade colonial teria forçado a circulação do português no seu interior”. Desse modo, a necessidade de usar a língua dos colonizadores ocorria devido ao fato de os quilombolas se relacionarem constantemente com a sociedade colonial, por questão de manutenção de vida; portanto, segundo Mattoso (1990 [1979], p. 159), todos os quilombos “(...) que têm menos de uma centena de homens, estabelecem-se perto de um centro urbano, onde conta com numerosa cumplicidade.”

Price (1996), ao relatar o contexto social do quilombo de Palmares, registra a situação lingüística, provavelmente vigente neste local, afirmando que “a língua falada pelos palmarinos (...) era um tipo de português misturado com elementos africanos, mas diferente o suficiente para que outros brasileiros não a entendessem” (PRICE, 1996, p. 58). Por certo, a história dos quilombos brasileiros está relacionada também com a nossa história lingüística.

Há estimativas de que no Brasil existem cerca de 740 comunidades negras que nasceram como quilombos, sendo que 72,3% estão concentradas na Região Nordeste, principalmente na Bahia e no Maranhão. Tais comunidades abrigam apenas algumas dezenas de famílias, outras, por sua vez, como a Comunidade Chapada do Norte, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, reúnem milhares de habitantes.

Tendo em vista o fato de que a nossa realidade lingüística é plural e polarizada: de um lado, a norma culta e de outro, a norma vernácula e de que uma dessas vertentes tem suas raízes a partir do contato entre línguas ocorrido no período colonial, achamos conveniente estudar o dialeto de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, uma vez que estas trazem em sua constituição histórica um passado marcado pelas situações de contato, estando ligadas à escravidão ou a luta contra esta. Além disso, “nessas comunidades, ainda se observa, na fala dos seus membros mais velhos, alguns traços lingüísticos que apontam claramente para mudanças drásticas resultantes de um processo pretérito de transmissão lingüística irregular” (LUCCHESI, 2001, p. 108).

A comunidade de Cinzento, por exemplo, situada na cidade de Planalto-BA, é constituída por negros, cujos antepassados fugiram das situações de escravidão e se mantiveram, por muitos anos, isolados do meio urbano e de outras comunidades rurais. É possível que encontremos, em comunidades como estas, traços e marcas mais freqüentes do processo de transmissão lingüística irregular e, portanto, do contato entre línguas que marcou as situações sociolingüísticas no Brasil colonial.

Creemos que pesquisas sobre o dialeto falado em comunidades afro-brasileiras contribuem para a compreensão da história do português popular do Brasil e, portanto, da origem de muitas variações ocorridas neste. Na verdade, tais comunidades apresentam um passado marcado pelo contato entre línguas e por situações de escravidão, visto que foram, muitas vezes, antigos quilombos; ao lado disso, mantêm-se isoladas de outras comunidades rurais e, principalmente, de meios urbanos, o que contribui, de certa forma, para a conservação de traços do processo de TLI, já que é justamente nesses dialetos rurais mais afastados que se mantêm “os vestígios das características mais expressivas do processo de transmissão lingüística irregular (...), em que o contato foi mais radical e a reestruturação lingüística, mais profunda” (LUCCHESI, 2001, p. 107).

1.4 A BIPOLARIZAÇÃO NO PORTUGUÊS DO BRASIL

O sociolinguísta Dante Lucchesi, em seu artigo *Variação e norma: Elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil*, publicado em 1994, propõe que o português brasileiro, além de heterogêneo e variável, é também plural e polarizado, distinguindo entre pelo menos dois subsistemas, designados de norma culta e norma vernácula, também definidos na literatura especializada de, respectivamente, português brasileiro culto e português brasileiro popular, caracterizadores da nossa realidade lingüística.²⁹

²⁹ Bagno (2001) critica a postura de Lucchesi (1994) em utilizar o termo *norma* no singular, uma vez que uma “proposta sociolingüística de classificação não pode admitir a existência de *uma* norma culta e de *uma* norma vernácula” (BAGNO, 2001, p. 145). Marcos Bagno acredita que deveria constar dessa classificação a noção de *continuum*. No entanto, Lucchesi (1994, p. 27) destaca que “[o português do Brasil] não pode ser analisado como um sistema unitário, mas um sistema plural, (...) constituído por pelo menos dois subsistemas, também eles *heterogêneos e variáveis*, que defini aqui como normas” (Grifos nossos). Entendemos assim que Lucchesi não descarta as normas que estão relacionadas com o português culto e o popular, apenas destaca aquelas mais percebidas historicamente. Além disso, Bagno (2001) discorda da separação no português do Brasil entre duas normas, alegando ser do mesmo tipo de “classificação corrente no discurso normativista e paragramatical (...)” (BAGNO, 2001, p. 146). Temos de levar em conta que, ao analisarmos a nossa história sociolingüística, bem como a nossa realidade lingüística atual e observarmos a desigualdade social, logo perceberemos que a língua reflete o meio e, assim, temos os elementos definidos por Lucchesi (1994) como extremamente pertinentes para caracterizar o português do Brasil, o que foi bem aceito por Mattos e Silva (1998; 2000; 2004), que acrescenta que “(...) a polarização sociolingüística -[foi uma] (...) feliz designação de Dante Lucchesi - que caracteriza o português brasileiro nos tempos que correm” (2004, p. 99). A “(...) polarização sociolingüística marca o português brasileiro e, sem dúvida, reflete a nossa história passada e que se projeta no presente” (MATTOS E SILVA, 2000, p. 24).

Esse caráter heterogêneo e polarizado do português brasileiro está claramente enraizado historicamente em fatores sócio-históricos de constituição de nossa língua, pois, de um lado, havia, nos centros urbanos, uma elite colonial “(...) bastante zelosa dos valores europeus, buscando assimilar e preservar ao máximo (o que é previsível nessas situações) os modelos de cultura e de língua vindos d’além mar” (LUCCHESI, 2001, p. 77). A outra vertente, por sua vez, “(...) fincou suas raízes no interior do país, para onde se dirigiu a maior parte da população colonial, formada por uma maioria crescente de mão-de-obra escrava de origem africana” (LUCCHESI, 2001, p. 78). Tendo em vista o panorama sócio-econômico brasileiro vigente nos últimos séculos de domínio português, destacamos que a norma culta é definida a partir dos padrões de fala das camadas médias e altas e a norma popular marcada pelos padrões das classes baixas.

De acordo com Mussa (1991), a partir do século XVIII:

O fato lingüístico mais importante é com certeza o contato entre os dialetos de Portugal e os dialetos do Brasil. Do ponto de vista sociolingüístico, o português dos estratos superiores pendia para os falares europeus, uma vez que grande parcela dos que encimavam a sociedade colonial era portuguesa. Já nos estratos inferiores, é provável que falares mais caracteristicamente brasileiro já tivessem despontado, diferindo do português europeu, embora não infensos à sua influência (MUSSA, 1991, p. 159).

Lucchesi (2001) destaca que a história da língua portuguesa no Brasil pode ser caracterizada com base nessas duas vertentes, que, por sua vez, espelham nossa realidade sócio-econômica. Sendo assim,

(...) no pólo das camadas médias e altas da sociedade brasileira, de um lado, pode-se perceber, nos primeiros séculos da história do Brasil, um comportamento lingüístico conservador de uma numericamente bastante reduzida elite colonial, voltada para os padrões lingüísticos e culturais da Metrópole. No pólo das camadas populares, de outro lado, ocorrem, desde os princípios da colonização, drásticas transformações lingüísticas, decorrentes do extenso, massivo e profundo contato do português com as línguas indígenas e africanas (LUCCHESI, 2001, p. 100).

Nesse sentido, citamos a seguinte afirmação de Fausto (1994, p. 237): “Um abismo separava (...) a elite letrada da grande massa de analfabetos e gente com educação rudimentar”, pois, de acordo com esse estudioso, do total de 4.6 milhões de pessoas, em 1872, havia apenas 8000 com educação superior no país, o que corresponde a menos de 1% de letrados. Na verdade, o percentual de letrados no Brasil era muito baixo, o que deve ter sido mais profundo nos séculos iniciais de domínio português.

Compreender a interação e o desenvolvimento dessas duas vertentes é crucial para entendermos o papel desempenhado pelo contato entre línguas na formação lingüística de nosso país e, especialmente, para melhor caracterizarmos a realidade lingüística brasileira atual. Cremos que o contexto social colonial proporcionou no Brasil o desenvolvimento de duas normas: a popular e a culta, que, por sua vez, refletem, grosso modo, a separação social entre uma elite européia branca, detentora de poder e uma grande massa de africanos e indígenas e seus descendentes, bem como colonos que mantinham contato mais direto com estes, como capatazes e pessoas que constituíam a base da nossa pirâmide social.

É necessário entendermos que os processos de mudanças registrados no português popular não ocorrem necessariamente na mesma direção em que é registrado no português culto, pois ambos possuem histórias distintas, que se refletem também em distintas situações de mudanças na língua.

1.4.1 As duas vertentes da formação da língua no Brasil como reflexo do cenário sócio-econômico e demográfico do Brasil colonial

O Brasil pode ser caracterizado, no decorrer do período colonial, como um país eminentemente rural (cf. Cunha, 1970; 1985; Teyssier, 2004). A elite colonial, localizada nos pequenos centros urbanos, cuidava da administração da colônia, sendo também difusora dos padrões lingüísticos e culturais de Portugal, principalmente, a partir da política lingüística pombalina. Desenvolvia-se, nesse meio conservador, o antecedente histórico da variedade culta do português brasileiro e, portanto, uma das vertentes que caracteriza a história de nossa língua.

Por outro lado, nos interiores do país, onde se encontrava a maior parte da população colonial, constituída predominantemente por colonos pobres, indivíduos de origem indígena e africana e seus descendentes, enraizou-se a outra vertente da formação da língua no Brasil, conhecida como português popular brasileiro. Em linhas gerais, a língua portuguesa foi adquirida em situações precárias pelos escravos e indígenas, além de ter de conviver com a *língua geral* e as línguas indígenas e africanas. Nesse sentido, os colonos pobres e os escravos foram um dos

responsáveis pela transmissão do antecedente histórico da variedade popular do português brasileiro.

Enquanto a nata social preservava os modelos lingüísticos e culturais da Metrópole, a massa popular, nas mais diversas regiões do país, falava um português adquirido precariamente por negros, índios e mestiços e, segundo Lucchesi (2001, p. 104):

(...) o certo é que o português sofreu profundas alterações ao ser adquirido inicialmente pelos índios aculturados e posteriormente por contingentes cada vez mais expressivos de escravos trazidos da África, desencadeando um processo de transmissão lingüística irregular que marcou decisivamente a formação das atuais variedades populares da língua portuguesa no Brasil.

No século XIX, após a independência, surge um movimento nacionalista e cultural em prol a constituição de uma nova nação, o que influencia aos poucos o contexto lingüístico. No século XX, em função das grandes modificações no nosso cenário sócio-econômico e demográfico, como a industrialização, a urbanização e a escolarização para citar apenas alguns desses fatores, observa-se uma mudança de direção no quadro dos pólos. Na verdade, a norma culta brasileira deixa de sofrer influência direta do padrão europeu e, com a ascensão econômica e social de membros da camada baixa, há certa interação entre esta e as camadas média e alta. Por outro lado, “(...) verifica-se um nivelamento lingüístico dos falares rurais e populares brasileiros, levando ao desaparecimento das marcas mais radicais geradas pelo contato entre línguas, que marcou a sua formação histórica” (LUCCHESI, 2001, p. 101).

Ao lado disso, destacamos um fato demográfico ocorrido, principalmente, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX: a imigração de mais de três milhões de europeus e asiáticos, fator também decisivo na implementação das mudanças *para baixo* observadas no português culto, uma vez que essa população de imigrantes, inicialmente, trabalhando no campo, teve acesso ao português popular através do contato com outros trabalhadores provenientes de camadas pobres, como ex-escravos, capatazes, mestiços etc. e em muitos casos houve ascensão social de populações antes pertencentes à base da pirâmide, tendo de interagirem com a *nata* social.

No século XX, o processo de industrialização, o crescimento de centros urbanos, bem como o Movimento Modernista contribuíram para uma maior democratização dos padrões lingüísticos e culturais, “(...) configurando-se, assim, neste século, a direção da mudança na

norma culta, que tende a se afastar do padrão prescrito pelas gramáticas normativas (...)” (LUCCHESI, 2001, p. 107).

Tomando como base o fato de que o português culto e o português popular apresentam tendências específicas de mudança, dado o caráter bipolarizado da realidade lingüística brasileira, Lucchesi (2001) afirma que os processos de mudança do português culto e do português popular refletem, respectivamente, influências de “baixo para cima” e de “cima para baixo.” Assim,

Os processos de mudança que indicam esse afastamento do português brasileiro culto do padrão normativo podem, sim, refletir influências ‘de baixo para cima’ resultantes da crescente interação dessa variedade lingüística com os dialetos populares que se observa desde o início desse século.

No que tange ao português popular, considero que os processos de transmissão lingüística irregular que marcaram a aquisição massiva do português pelas populações indígenas e de origem africana devem ser levadas em linha de conta para a compreensão de sua configuração atual (LUCCHESI, 2001, p. 123).

Como exemplo de mudança “de baixo para cima,” Lucchesi (2001) cita o conjunto de trabalhos desenvolvido direta ou indiretamente por Fernando Tarallo, acerca dos processos de mudanças ocorridos na norma lingüística dos segmentos escolarizados desde o século XVIII até os dias de hoje. Tarallo, tomando como base análises em construções relativas e em retenção pronominal nas sentenças encaixadas e matrizes, destaca que, no português europeu, a retenção do pronome é muito alta na posição de objeto e baixa na posição de sujeito. Por outro lado, no português do Brasil, a retenção do pronome é baixa na posição de objeto e muito alta na de sujeito, como podemos observar na Tabela 7.

Tabela 7: Retenção pronominal de acordo com a função sintática no português do Brasil

FUNÇÃO	1725	1775	1825	1880	1981
Sujeito	23,3%	26,6%	16,4%	32,7%	79,4%
Objeto direto	89,2%	96,2%	83,7%	60,2%	18,2%
SP's	96,5%	98,9%	91,3%	72,9%	44,8%

Fonte: TARALLO, 1993 *apud* LUCCHESI, 2001, p. 111.

As mudanças em curso no PB culto, que tendem a se afastar do padrão normativo de matiz europeu³⁰, podem atestar as influências “de baixo para cima”³¹, decorrente do aumento do contato dos falantes das camadas médias e altas com os segmentos populares e da ascensão social dos imigrantes europeus e asiáticos, chegados ao Brasil no final do século XIX. Portanto, essas mudanças evidenciam uma crescente interação do português culto com os dialetos populares brasileiros.

Quanto às mudanças no português popular ou, nos termos de Lucchesi (1994; 1998; 2001), a norma vernácula, em virtude da escolarização e da influência dos meios urbanos, as marcas deixadas pelo massivo contato do português com falantes africanos e, portanto, as marcas típicas do processo de TLI foram passando por mudanças em direção aos moldes cultos. A influência dos modelos do português culto sobre o português popular, também denominada como mudança “de cima para baixo,” pode ser inferida a partir de diversos estudos realizados, tendo como base dados sincrônicos que “(...) fornecem evidências empíricas acerca da direção da mudança no português popular, no que se denominou estudo da mudança no *tempo aparente*” (LUCCHESI, 2001, p. 115).

Sendo assim, Lucchesi (2001) apresenta o estudo de “(...) Vieira (1995) (...) sobre a concordância verbal na fala de comunidades de pescadores no norte do Estado do Rio de Janeiro, na região sudeste do país” (LUCCHESI, 2001, p. 115), em que é apresentado pelos falantes mais jovens, o menor índice de cancelamento da regra de concordância, o que indica uma mudança de natureza aquisicional, tomando como modelo o português culto, já que os falantes mais velhos tendiam a cancelar a regra de concordância com mais frequência, como podemos depreender na Tabela 8:

Tabela 8: A não-aplicação da regra de concordância verbal na fala dos pescadores do norte do Estado do Rio de Janeiro segundo a variável faixa etária

FAIXA ETÁRIA	Nº DE OCORR. / TOTAL	FREQÜÊNCIA	PESO RELATIVO
18 a 35 anos	315/565	56%	.37

³⁰ Para uma exemplificação de processos de mudança em que se é apresentado modificações *de cima para baixo* e *de baixo para cima*, veja-se Lucchesi (1998; 2001).

³¹ Lucchesi (2001) enquadra as mudanças evidenciadas na norma culta e que a afastam da norma padrão dentro do que Labov (1972, 1982) definiu como mudança *de baixo para cima*, resultante da influência da norma vernácula sobre a norma culta.

36 a 55 anos	463/781	59%	.48
56 anos em diante	628/906	69%	.60

Fonte: VIEIRA, 1995 *apud* LUCCHESI, 2001, p.115.

Assim, podemos entender que:

(...) esse quadro de incorporação das regras de concordância nos padrões de fala dos segmentos populares pode ser interpretado como a atualização do processo de influência do modelo culto sobre a fala popular que se teria iniciado no início do século e se expandido e intensificado nas últimas décadas. Nesse sentido, confirma-se, para os segmentos populares, a tendência de mudança ‘para cima’ (...) (LUCCHESI, 2001, p. 115).

Acreditamos que o cenário sociolinguístico bipolarizado caracteriza ainda o Brasil atualmente, pois, de um lado, temos as normas vernáculas ou populares e, de outro, as normas cultas. Na verdade, as marcas dessa polaridade se manifestam a partir das marcas da desigualdade social que se tornam um reflexo do contexto sócio-econômico brasileiro.

Em suma, afirmamos que o português do Brasil se caracteriza pela polarização, apresentando duas vertentes com histórias diferentes. Devido a isso, citamos a necessidade de se realizarem estudos em comunidades rurais, especialmente afro-brasileiras isoladas, onde melhor se registram as marcas do contato linguístico que caracterizou o passado dessas comunidades. A fim de melhor entendermos o uso do subjuntivo no momento presente, no próximo capítulo, apresentaremos um percurso histórico do uso desse modo do verbo na língua portuguesa, seguido da exposição de diferentes discussões desencadeadas por diferentes teorias linguísticas acerca do subjuntivo.

CAPÍTULO 2: O MODO SUBJUNTIVO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Etimologicamente, o termo *subjuntivo* significa subordinado (do latim *subjunctivus*, literalmente serve para ligar, para subordinar). Cunha e Cintra (2001), por exemplo, afirmam que o subjuntivo é, por excelência, o modo da oração subordinada. Eis o que o nome subjuntivo denota segundo esses autores: “(...) que uma ação, ainda não realizada, é concebida como

dependente de outra, expressa ou subentendida. Daí o seu emprego normal na oração subordinada” (CUNHA E CINTRA, 2001, p. 466). No entanto, esse modo verbal não é empregado em todos os casos de subordinação; ao contrário, em muitas orações subordinadas usa-se preferencialmente o indicativo e, assim, o modo subjuntivo se restringe, muitas vezes, aos casos de construções subordinadas a elementos cujas propriedades semânticas se assemelham aos seus traços nocionais. A teoria gramatical brasileira preferiu o termo subjuntivo, abolindo a denominação conjuntivo (etimologicamente, unido, conjunto, do latim *conjunctivus*, que serve para ligar) que, em contrapartida, foi adotada pela Nomenclatura Gramatical Portuguesa.

Segundo Mattoso Câmara (2002b [1956], p. 225), o subjuntivo “(...) é o modo verbal destinado desde o indo-europeu a assinalar que o processo é apenas admitido em nosso espírito e portanto passível de dúvida, em oposição ao indicativo.” Além disso, quando indica o desejo de que determinado fato se dê, pode ter valor de optativo, sendo que este formava, em algumas antigas línguas indo-européias, como o grego e o sânscrito, um modo especial, visão esta compartilhada por Maurer Jr. (1959) e Said Ali (1965[1921]).

Podemos encontrar nos estudos gramaticais uma parte específica dedicada ao subjuntivo, intitulada “Sintaxe dos Modos.” Para Cunha e Cintra (2001), modo é a propriedade que tem o verbo de indicar as diferentes atitudes dos falantes (sejam elas de dúvida, de certeza, de ordem etc.) diante do fato que é enunciado. Maurer Jr. (1959) vê o modo como um dos empregos das categorias verbais. Na verdade, estas são divididas, segundo esse autor, em formas finitas e formas nominais, sendo que a primeira engloba a voz, os modos e os tempos e a segunda, o infinitivo, o gerúndio e o particípio.

Em português, uma ação pode ser enunciada de três maneiras distintas, daí três modos verbais: indicativo, subjuntivo e imperativo, sendo que o indicativo é o modo da certeza, o subjuntivo, da dúvida e o imperativo, da ordem.

2.1 UMA BREVE HISTÓRIA DO SUBJUNTIVO: DA TRADIÇÃO LATINA AO PORTUGUÊS

Tendo em vista que a tradição gramatical portuguesa está totalmente pautada na gramática latina, achamos conveniente desenvolver um estudo sobre o modo subjuntivo tendo como parâmetro as fontes de nossa tradição, uma vez que assim poderemos observar com precisão o evoluir da temática tratada. Nesse sentido, nas próximas seções, visaremos a historiar o tratamento gramatical dado ao subjuntivo português, para a partir daí descrevermos e analisarmos seu uso sincronicamente.

2.1.1 Visões sobre o uso do subjuntivo na tradição latina

Segundo Robins (1979), Prisciano reconheceu na língua latina a existência de um modo subjuntivo e outro optativo. Enquanto este era independente e indicava desejo, aquele integrava uma oração totalmente subordinada, dependente de outra. Para Maurer Jr. (1959), o subjuntivo latino deriva do amálgama de dois modos indo-europeus – o optativo e o subjuntivo – e era, por excelência, o modo da subordinação. Como a gramática latina pautou-se em fontes da tradição helênica, julgamos necessário citar que, segundo Lyons (1979), em grego, distinguia-se entre um subjuntivo e um optativo, pois se acreditava que uma das principais funções deste era exprimir o desejo. O termo tradicional *subjuntivo* “(...) vem da tradução latina da palavra grega que significava ‘subordinante’ e demonstra que, para a gramática tradicional, o modo subjuntivo é o modo por excelência da subordinação” (LYONS, 1979, p. 328).

A subordinação possuía construções bem mais complexas e elegantes no latim clássico; no entanto, no latim vulgar, em virtude de seu caráter paratático, adotaram-se períodos muito simples, cujas orações eram justapostas umas às outras, usando pouco a hipotaxe. Sendo assim, Miazzi (1972) pontua que a construção do latim vulgar é tipicamente paratática, daí talvez a predileção pelo indicativo em lugar do subjuntivo. Nas próximas seções, descreveremos parte das pesquisas realizadas por dois grandes estudiosos da língua latina: Maurer Jr. (1959) e Said Ali (1965[1921]).

Entretanto, é importante deixar claro que:

Devemos ter cuidado em dois sentidos ao analisar os exemplos retirados do latim. Em primeiro lugar, eles não representam a totalidade dos autores clássicos, apenas apontam para uma tendência; em segundo lugar, um fenômeno encontrado no latim não quer

dizer, necessariamente, que ele deva ocorrer no português. O latim, como toda língua, é heterogêneo e o latim vulgar não foge dessa característica (SILVA, 2003, p. 109).

2.1.1.1 Maurer Jr.

Em 1959, Theodoro Henrique Maurer Júnior publica *Gramática do Latim Vulgar* com o objetivo de apresentar uma síntese da gramática dessa língua. O autor divide as seções do livro em quatro: Fonética, Morfologia, Sintaxe e Léxico. Em relação à sintaxe³², Maurer Jr. fez a seguinte subdivisão: *O Emprego das Categorias Gramaticais: nominais e verbais; A Sintaxe da Frase e a Sintaxe do Período*.

As categorias verbais da língua latina podiam ser empregadas como formas finitas, nas quais podemos destacar a voz, os modos e os tempos e em formas nominais do verbo, merecendo destaque o infinitivo, o ablativo do gerúndio e o particípio passado.

Ao tratar dos modos verbais, o autor deixa claro a persistência no uso vulgar dos três modos do verbo latino: o indicativo, o subjuntivo e o imperativo. Nesse sentido, ao longo de seu estudo, faz comparações entre o uso do subjuntivo no latim arcaico, citando obras de Plauto e no latim clássico ou literário, com obras de Virgílio e outros, observando que o emprego do subjuntivo *como modo da subordinação* é característico da sintaxe clássica latina, além de ser um desenvolvimento recente na história dessa língua.

Dessa forma, a sintaxe vulgar, caracterizada mais como paratática do que hipotática na construção do período, não conservou o subjuntivo de subordinação. Na verdade, na língua arcaica, principalmente nas obras de Plauto, e em algumas inscrições e documentos latinos de caráter mais vulgar, é freqüente o uso do indicativo em lugar do subjuntivo. A língua vulgar apresenta um emprego bem mais reduzido do modo subjuntivo e as funções, que lhe seriam correspondentes no latim clássico, passam a ser expressas pelo indicativo ou por perífrases constituídas de um auxiliar com o infinitivo.

³² Para Maurer Jr., a sintaxe, apesar de ser tão essencial e básica para o estudo “real” de uma língua, ainda é a parte mais negligenciada nas gramáticas históricas. Aproveitamos o ensejo para citar Miazzi (1972), que afirma que é no campo sintático que melhor se manifesta a individualidade do idioma, por isso, a dificuldade de reconstrução.

Segundo Maurer Jr., a forma do subjuntivo clássico latino representa uma junção de dois modos indo-europeus - o subjuntivo e o optativo - e exerce três funções principais, podendo assumir o valor de:

- (i) Volitivo (exprimindo um desejo realizável e irrealizável);
- (ii) Enunciativo potencial e irreal;
- (iii) Como simples índice de subordinação

O subjuntivo volitivo expressa um desejo, que pode ser realizável, quando empregado no tempo presente ou no perfeito, e irrealizável, incerto, se empregado no imperfeito e no mais-que-perfeito. Assim, o subjuntivo exerce a função de volição, indicando um desejo realizável e irrealizável caso seja empregado em diferentes tempos. Nesse sentido, o enunciativo, como o volitivo, também descreve uma ação possível ou irreal, de acordo com o tempo em que é empregado. Já o subjuntivo, visto como índice de subordinação, era, por excelência, uma característica do latim clássico, que, por sua vez, não se conservou no latim vulgar. De fato, a sintaxe do verbo no latim vulgar se caracteriza, segundo Maurer Jr., principalmente, pela grande limitação no uso do subjuntivo, sendo este substituído pelo indicativo, em muitas de suas funções.

O autor descreve ainda alguns casos em que há o emprego de uma forma do indicativo em lugar do subjuntivo clássico. Para ele, houve substituição (variação) na:

- a) Interrogação subjetiva de deliberação: Este é o único caso em que o latim vulgar não emprega o subjuntivo volitivo;
- b) Oração potencial independente. Neste tipo de oração, usava-se na língua vulgar o indicativo ou um verbo auxiliar, como em português “poderá alguém dizer” (MAURER Jr., 1959, p. 181); no entanto, temos de registrar que há vestígios do subjuntivo potencial no português e no espanhol quando acompanhado de um advérbio de dúvida, como *talvez*, como em *Talvez* alguém *possa* lhe dizer;
- c) Interrogação indireta, desde a língua vulgar prevalece neste tipo de construção o uso do indicativo; nas línguas românicas, emprega-se o subjuntivo quando se quer realçar a dúvida e a incerteza, mas, em linha geral, usa-se o indicativo;
- d) “Nas orações dependentes de um infinito ou de um subjuntivo (subjuntivo de subordinação de sentido restrito)” (MAURER Jr., 1959, p. 179);

- e) Oração consecutiva, quando o verbo regente é afirmativo. No entanto, segundo Maurer Jr., quando a oração regente for negativa, volitiva e interrogativa, conserva-se o subjuntivo.
- f) Oração relativa de valor circunstancial: Para o autor, é neste tipo de oração que se perde quase de todo o uso do subjuntivo, pois no latim vulgar este se mantém apenas em orações de sentido final, de valor consecutivo dependente de uma interrogativa ou negativa e na de valor restritivo ou condicional irreal.

No latim clássico, para se formar o período hipotético potencial, usava-se o presente ou perfeito do subjuntivo tanto na prótase quanto na apódose, como em “*Si pluat, non eam*” (MAURER Jr., 1959, p. 180). Já na língua vulgar, o período hipotético potencial fundiu-se com o irreal, que na língua clássica constituíam dois tipos distintos, o que levou a perda do subjuntivo presente (o perfeito já não existia), acarretando uma variação no uso dos modos, pois ora se empregava o mais-que-perfeito do subjuntivo com valor de imperfeito, ora se usava o mais-que-perfeito do indicativo e a perífrase verbal (*habebam + infinitivo*) em lugar do subjuntivo.

Com relação ao emprego do subjuntivo volitivo, Maurer Jr. (1959) afirma que a interrogação subjetiva de deliberação (exprimindo dúvida ou incerteza) foi o único caso em que se perdeu a aplicação do subjuntivo nesse tipo de contexto, mas há resquícios desse emprego no romeno, no qual se emprega o subjuntivo em frases do tipo: “*Que farei? Que devo fazer?*” (MAURER Jr., 1959, p. 178).

Maurer Jr. acrescenta ainda que em certas orações temporais e causais é bem provável que se tenha empregado, no latim vulgar, o subjuntivo e cita, ao longo de seu estudo, diversos fenômenos que se conservaram no latim falado e alguns que não persistiram com o decorrer do tempo, deixando claro que muitas das funções deste modo não foram usadas na língua vulgar, acarretando modificações na sintaxe verbal latina e, portanto, na sintaxe das línguas românicas. O autor afirma ainda que o latim vulgar terminou conservando muitos fenômenos em relação ao subjuntivo de uma tradição mais arcaizante e, desse modo, no que se refere à sintaxe verbal, não houve apenas perdas na língua falada em comparação com o latim clássico, mas, sobretudo, ausência de inovações vindas da língua literária. Em relação às línguas românicas, Maurer Jr. pressupõe que, em virtude da influência da língua literária, foram conservados alguns empregos do subjuntivo, mais do que era utilizado no latim vulgar.

No que se refere ao uso do subjuntivo pelos escritores da decadência e eclesiásticos, de acordo com Grandgent (1940 *apud* MAURER Jr., 1959, p. 180), “(...) ao final do período do latim vulgar era provavelmente *muito mais usado* na linguagem popular do que o é nas línguas românicas”,³³ o que não se pode aplicar ao latim falado pelas classes populares, apenas ao uso dos escritores da decadência e eclesiásticos. Segundo Maurer Jr. (1959), as línguas do Ocidente conservaram alguns empregos do subjuntivo por influência literária, “(...) dando-lhe assim maior aplicação do que tinha no latim vulgar” (MAURER Jr., 1959, p. 180).

No âmbito desse trabalho, percebemos a ênfase que Maurer Jr. dá à simplificação, no latim vulgar, do emprego do subjuntivo, ou melhor, a não utilização na língua falada de fenômenos que se poderiam denominar de criações do latim clássico, ou que pelo menos se tratam de um desenvolvimento bastante recente na história dessa língua.

2.1.1.1.1 O uso do modo subjuntivo em orações completivas na língua latina

No capítulo intitulado *Sintaxe do período*, Maurer Jr. (1959) descreve as peculiaridades mais notáveis ocorridas na língua vulgar acerca das orações independente e subordinadas, apresentando ainda alguns casos em que o indicativo era empregado em lugar do subjuntivo no latim vulgar; por outro lado, são citadas também as ocorrências em que se empregava nessa língua o modo subjuntivo, o que foi conservado em grande parte das línguas românicas, como no português, como nas:³⁴

- 1) Orações independentes de sentido volitivo, conforme os seguintes exemplos:

Oxalá que ele chegue;
Responda ele já.
(MAURER Jr., 1959, p. 180)

- 2) Orações subordinadas substantivas volitivas, como em:

Peço que escreva;
Receio que se esqueça.
(MAURER Jr., 1959, p. 180)

- 3) Nas orações finais:

³³ A fines del período del latín vulgar era probablemente *mucho más usado* en el lenguaje popular de lo que es en las lenguas románicas. (Tradução nossa).

³⁴ Os exemplos serão colocados em português.

Para que estude
(MAURER Jr., 1959, p. 180)

- 4) Nas consecutivas dependentes de orações regentes interrogativas, potenciais, negativas, como exemplo desta, temos “ele não é tão cuidadoso que se lembre” (MAURER Jr., 1959, p. 180), e volitivas, conforme exemplificado em “oxalá ele seja tão bom, que releve esta falta” (MAURER Jr., 1959, p. 180).
- 5) No período hipotético potencial-irreal, resultante, na língua vulgar, da junção de dois tipos de períodos distintos na língua clássica.
- 6) Em certas orações temporais e causais.

As orações substantivas se distinguem no latim clássico em infinitiva, conjuncional e interrogativa indireta e apenas estas duas últimas nos interessam aqui. A oração conjuncional se distinguia em dois tipos:

- (i) A de sentido declarativo: “Eu *disse* que ele *vinha*” (MAURER Jr., 1959, p. 216);
- (ii) A de sentido volitivo: “Eu *disse* que ele *viessse*” (MAURER Jr., 1959, p. 216).

A oração declarativa, também conhecida como completiva, formava-se com o verbo no indicativo; no entanto, usava-se o subjuntivo quando o sentido expresso no evento fosse de dúvida ou de incerteza, como no português: “*Duvido* que ele *venha*” (MAURER Jr., 1959, p. 217).

É interessante registrar que foram encontrados, em escritores de cunho popular, registros frequentes de emprego do subjuntivo, na oração conjuncional declarativa, em lugar do indicativo, como em Plauto, Tertuliano, na Vulgata e mais correntemente na Vetus. Em nota de rodapé, Maurer Jr. explica que:

O verbo no subjuntivo, muito comum nestes textos literários, deve explicar-se, segundo cremos, por uma influência erudita ou semierudita sobre o tipo popular: o subjuntivo era o modo da subordinação e ocorria na interrogação indireta, em certas causais e outras orações que facilmente se confundiam com a completiva. Löfstedt (...) reconhece que é impossível descobrir uma razão para a preferência dado ao indicativo ou ao subjuntivo nos escritores. A razão deve estar neste encontro de duas tendências: a popular, que usava o indicativo, a não ser na expressão da dúvida, e a semierudita, que se esforçava para dar um cunho mais literário à construção (MAURER Jr, 1959, p. 217).

Além disso, ressalta que a oração conjuncional declarativa é um tipo de construção bastante antiga em latim e constantemente veio na língua vulgar substituindo a oração infinitiva do latim clássico.

A oração conjuncional volitiva era subordinada a verbos que exprimissem decisão, ordem, desejo, permissão, receio e correspondentes e esse tipo de construção apresentava o verbo no subjuntivo, conforme no português “*rogo que venhas, temo que estejas doente, esp. mandó que veniese (...) rum. trebue(ca) sã vie = é preciso que ele venha*” (MAURER Jr., 1959, p. 219). Assim sendo, em relação às orações volitivas, a não ser a perda das conjunções antigas, que eram empregadas neste tipo de construção, não houve alterações significativas na passagem do latim clássico para o vulgar e deste para as línguas românicas.

Outra peculiaridade importante sobre o subjuntivo encontramos na oração subordinada interrogativa indireta, na qual se empregava no latim clássico o subjuntivo no verbo para caracterizar a dependência entre orações interrogativas. No entanto, no latim vulgar não se manteve esta distinção, fazendo uso apenas do indicativo, com exceção dos casos que expressassem dúvida ou incerteza, em que se admitiria o subjuntivo.

Outra inovação na língua vulgar, que deve ter sido atestada desde Plauto e Terêncio, é o uso de *si* como partícula interrogativa em lugar de *ne* e as línguas românicas mantiveram também o emprego de *si* com o modo indicativo. A título de ilustração, podemos citar trechos da tradução românica do texto da Vulgata, os exemplos estão em português, espanhol e francês, respectivamente:

Se ele é pecador, não sei;
Se él es pecador no sé;
S'il est un pécheur, je ne sais pas.
(MAURER Jr., 1959, p. 219).

Em nota de rodapé, Maurer Jr. (1959, p. 219) afirma que “exceções ao emprego do indicativo existem, mas o subjuntivo encerra normalmente uma noção de *dúvida*. Apenas o italiano estende largamente o emprego deste modo. É certamente fenômeno regional, a que não é de todo alheia a influência erudita.”

2.1.1.1.1 A oração independente na língua latina

A oração independente no latim pode se distinguir em (i) enunciativa³⁵ (exprimindo uma declaração) e (ii) volitiva (que expressa ordem, desejo, concessão, suposição ou deliberação) e são justamente as peculiaridades referentes a este último tipo que mais nos interessam aqui.

A oração independente volitiva poderia expressar ordem, proibição e interrogação subjetiva de perplexidade ou deliberação. Para a expressão de ordem, apesar de ter se mantido, na língua vulgar, o emprego do imperativo, encontra-se também o subjuntivo “(...) não só como exortativo da 1ª e da 3ª pessoa – o que também se dá na língua clássica – mas ainda na 2ª pessoa, em lugar do imperativo” (MAURER Jr., 1959, p. 213), o que constitui um uso próprio do latim coloquial.

Além disso, no latim antigo, usava-se o subjuntivo, sem que se distinguisse do imperativo, como em Plauto, “Taceas = cala-te (...); Regina, *vibas* in Domino Zesu, em Marrucchi, Epigrafia Cristiana, nº 44” (MAURER Jr., 1959, p. 213). Certamente se trata de um uso arcaico do subjuntivo, que se conservou na língua vulgar. Maurer Jr. (1959) afirma que este emprego se manteve na România, especialmente, na Idade Média, “(...) conforme revelam os exemplos seguintes: e.g., port. *venhais* embora; (...), rum. *sa stai la spatele mele* (literalmente: fique atrás de mim)” (MAURER Jr., 1959, p. 214).

Nas orações que exprimiam proibição, empregava-se o subjuntivo presente, além de se recorrer ao infinito para o singular e ao imperativo para o plural. No entanto, no clássico, era geral usar o tempo perfeito. Nesse sentido, a România pode ser dividida, *grosso modo*, em duas partes: a primeira delas, certamente a mais arcaizante, conserva o subjuntivo, conforme temos hoje no português “não chores, esp. no llores” (MAURER Jr., 1959, p. 214); a outra região se caracteriza por desconhecer quase totalmente o subjuntivo, empregando outras formas, pois, por exemplo, o francês antigo, “o italiano, o rético e o rumeno empregam o infinito e o imperativo, respectivamente para o singular e para o plural” (MAURER Jr., 1959, p. 214).

No que se refere à interrogação subjetiva deliberativa, no uso vulgar, não se manteve o verbo no subjuntivo como se empregava exclusivamente na língua clássica. Em lugar do subjuntivo, usava-se o modo indicativo “(...) ou uma perífrase de valor volitivo ou dubitativo, donde surgem as formas românicas, entre elas o futuro” (MAURER Jr., 1959, p. 215).

³⁵ Na oração enunciativa, empregava-se o modo indicativo quando era expresso um fato real e subjuntivo quando a enunciativa era potencial ou irreal.

2.1.1.1.2 O uso do modo subjuntivo nas orações relativas do Latim Vulgar

Quanto às orações adjetivas, não há diferenças notáveis entre a construção da oração adjetiva popular e a clássica, com exceção da grande redução flexional do pronome relativo. Na língua vulgar, é mais limitado o emprego do subjuntivo na oração relativa de valor circunstancial do que na clássica. Na verdade, nesta, o uso do subjuntivo fazia com que a relativa expressasse funções de final, consecutiva, concessiva, restritiva, causal e condicional potencial ou irreal e no vulgar foi mantido apenas o subjuntivo na restritiva, na condicional, na relativa final e na consecutiva. Maurer Jr. (1959) cita ainda alguns exemplos do subjuntivo nas orações relativas, como no português: “Não há quem ignore isto; quem fizesse isto, venceria” (MAURER Jr., 1959, p. 220).

2.1.1.1.3 O subjuntivo nas orações circunstanciais do Latim Vulgar

Tendo em vista que a língua popular fazia largo uso da parataxe em lugar da hipotaxe, há, nas línguas românicas, grande escassez de conjunções subordinativas circunstanciais herdadas do latim clássico. Em relação às orações finais, no latim vulgar, ainda se usava o verbo no subjuntivo, o que pode também ser verificado nas línguas românicas. Na oração consecutiva, Maurer Jr. observa que o modo verbal dependia da oração regente; assim, empregava-se o subjuntivo quando esta era negativa ou interrogativa, como ainda em português. O exemplo, o autor retirou do capítulo XVII, do *Physiologus rumeno*: “Não se afasta nem uma vez do ninho, de modo que os seus pintainhos *fiquem* sós” (MAURER Jr., 1959, p. 222). Quando a oração regente expressava uma idéia de dúvida ou incerteza, usava-se também, no latim vulgar, o subjuntivo. Do português, podemos citar, respectivamente, os seguintes exemplos: “Talvez seja tão pobre que nada possa pagar; Pode êle ser tão bom que te perdoe a falta” (MAURER Jr., 1959, p. 222).

Por outro lado, a língua clássica exigia o uso do modo subjuntivo a todas as orações consecutivas, até mesmo quando estas designavam uma conseqüência real, o que não ocorria na língua vulgar, que, por sua vez, conservava o indicativo quando a oração consecutiva indicava certeza ou idéia real, dependente de uma oração afirmativa ou interrogativa. Na verdade, para

esse autor, é a língua literária que deve ter inovado e generalizado, neste ponto e em outros, o emprego do subjuntivo, pois há indícios de que no latim primitivo não se empregava tanto o subjuntivo como no latim clássico.

Maurer Jr. compara o uso de consecutivas em Plauto e Terêncio³⁶ e observa que é raro em Plauto o uso do subjuntivo com o advérbio *ita*, mas em Terêncio é mais comum tal emprego. Diante disso, o autor deixa claro que o fato de Plauto fazer mais uso do indicativo em lugar do subjuntivo não prova que aquele seja herdado, pois pode ser apenas uma inovação muito antiga. No entanto, “o caráter antigo do indicativo se evidencia pelas suas relações com a parataxe, indubitavelmente herdada” (MAURER Jr., 1959, p. 222). Podemos citar alguns exemplos das línguas românicas do emprego do indicativo nesse contexto, como no português: “foi tão leal, *que nunca ocultou o menor segredo aos amigos*; esp. tanto me prometió, *que no supe se podia creerle*” (MAURER Jr., 1959, p. 222).

É importante deixar claro que a língua literária generaliza o emprego do subjuntivo a determinados tipos de orações, sem distinguir entre modalidade real ou irreal. Por sua vez, na língua vulgar, prevalece uma distinção entre subjuntivo e indicativo de acordo com a idéia expressa pelo contexto: de realidade ou irrealidade, ou seja, desde o latim vulgar a distinção entre modalidades parece se evidenciar com freqüência no emprego das formas de subjuntivo e de indicativo.

Nas orações condicionais, Maurer Jr. aponta que houve variações no latim vulgar quanto ao emprego e distinção dos modos e dos três tipos característicos da língua clássica: real, potencial e irreal, restaram-se apenas dois, o real e a junção entre o potencial e o irreal. O período hipotético real tanto no clássico quanto no vulgar era construído a partir de qualquer tempo do indicativo. Quanto ao período irreal, na língua clássica, usava-se o verbo no imperfeito ou no mais-que-perfeito do subjuntivo e o potencial com o verbo no presente ou no perfeito do subjuntivo. No entanto, o latim vulgar não fazia distinção entre potencial e irreal e usava-os como um potencial-irreal, com o verbo no imperfeito do subjuntivo, que correspondia ao mais-que-perfeito clássico. Segundo esse autor, (1959, p. 223), em nota de rodapé:

Não deve tratar-se de uma perda de distinção funcional, mas, sim, da conservação de um estado antigo. Ainda neste caso, como em muitos outros, foi a língua clássica que inovou, criando uma distinção formal entre o potencial e o irreal. No latim arcaico o

³⁶ Este foi um comediógrafo do círculo dos Cipões, pertencente a uma tradição lingüística de caráter menos popular que Plauto.

subjuntivo presente servia para a expressão de ambos (o *irreal* também já se exprimia com o imperfeito) (...). É provável que desde essa época antiga o imperfeito tenha servido, na língua vulgar, para a expressão, não só do irreal, mas também do potencial.

Na verdade, no latim clássico, empregava-se no período irreal e no potencial o mesmo modo verbal, subjuntivo, tanto na prótase quanto na apódose. Contudo, no uso popular, houve inovações nesta, pois, em lugar do subjuntivo, havia predileção para se empregar o imperfeito (às vezes, como parte da perífrase *habere* + infinito) e o mais-que-perfeito, ambos do indicativo. Diante disso, Maurer Jr. assinala haver uma tendência latina em atribuir ao imperfeito e ao mais-que-perfeito do indicativo certo valor modal de *dúvida, incerteza e afirmação abrandada*.³⁷

Quanto às orações temporais é mais comum o uso do indicativo na língua vulgar. Esta conservou o subjuntivo³⁸ apenas para expressar a anterioridade (antes que) ou o término de um período de tempo (até que), o que foi herdado pelas línguas românicas.

2.1.1.1.4 A simplificação dos tempos do subjuntivo no Latim Vulgar

No que se refere aos tempos do subjuntivo, houve algumas perdas na língua vulgar, já que dos quatro tempos antigos do modo subjuntivo (o imperfeito, o perfeito, o presente e o mais-que-perfeito) restaram apenas o presente e o mais-que-perfeito. O imperfeito foi conservado apenas na Sardenha. Nesse sentido, houve uma redução no latim vulgar dos tempos do subjuntivo a apenas dois.

O perfeito do subjuntivo no latim clássico possuía algumas funções, mesmo que reduzidas, visto que ocorria sobretudo na proibição (*ne dixeris*), no período hipotético potencial e na interrogação e no discurso indiretos, dependentes de um infinito ou de um subjuntivo. No entanto, este tempo desapareceu na língua vulgar por falta de função especial nessa língua.

³⁷ Este emprego modal, no latim vulgar, do mais-que-perfeito do indicativo teria gerado, segundo Maurer Jr., o seu valor de condicional, pertencente, na România, ao português, ao espanhol e a outras línguas.

³⁸ Maurer Jr. admite que, apesar do latim vulgar ter conservado o emprego do subjuntivo, não o fazia com muita constância.

Na época clássica, o imperfeito era empregado em lugar do mais-que-perfeito. Já na língua vulgar, estes dois tempos “(...) existiram lado a lado a princípio mas baralharam tão completamente as suas funções, que um deles foi eliminado” (MAURER Jr., 1959, p. 128). Apenas a Sardenha³⁹ manteve o uso do imperfeito, ao passo que quase toda a România⁴⁰ adotou o mais-que-perfeito, cuja forma indicava duplo sentido temporal, pois reunia em uma só forma as funções do imperfeito e do mais-que-perfeito do subjuntivo.

Em relação ao tempo presente, não houve inovações na língua vulgar, uma vez que este conservou o valor de presente e de futuro do latim clássico.

2.1.1.2 Said Ali

A *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, de Said Ali, constitui um dos mais ricos estudos sobre a nossa língua. Sendo dividida em duas seções, aborda tanto fonética, quanto morfologia e sintaxe.

Sabendo-se que o subjuntivo opera, no português, numa oração hipotática, julgamos necessário pontuar que a estrutura sintática latina primitiva tinha feição paratática e a diferença entre as orações se dava pelo sentido, não pela forma. No entanto, com a criação de determinadas conjunções ou com a adaptação das funções destas para vocábulos de outras categorias, foi necessário estabelecer variedades de parataxe, diferenciando esta da hipotaxe.

A oração hipotática se distingue da paratática, em alguns casos, por meio apenas do emprego de certas conjunções, o que nem sempre permite ao lingüista estabelecer uma distinção precisa entre parataxe ou coordenação e hipotaxe ou subordinação, pois uma mesma conjunção pode estabelecer coordenação e subordinação entre as orações.

Em relação ao emprego dos modos, Said Ali os classifica em imperativo, indicativo e conjuntivo. Estes dois últimos se relacionam por meio de oposição de idéias, pois enquanto o primeiro enuncia um fato certo, real; o segundo é o modo da irrealidade ou incerteza. Nesse

³⁹ Em nota de rodapé, Maurer Jr. chama a atenção para o fato de que o mais-que-perfeito substituiu o imperfeito apenas “(...) nos lugares onde se perdeu o imperfeito antigo; na Sardenha e talvez na África este é que se manteve” (Maurer Jr., p. 182).

⁴⁰ O autor cita o francês antigo como exemplo de vestígio na língua românica da subsistência do duplo sentido temporal do mais-que-perfeito do subjuntivo.

sentido, o autor busca esclarecer uma questão terminológica, pois há dois termos para designar o mesmo modo verbal - conjuntivo e subjuntivo. Enquanto este significa modo subordinado, aquele indica modo unido, conjunto. No entanto, segundo Said Ali, “(...) nenhum dos dois termos exprime com exatidão o que seja o respectivo modo verbal” (1965 [1921], p. 324).

Na verdade, o subjuntivo, apesar de ser o modo da oração subordinada, não é empregado apenas em tais orações, visto que, em algumas línguas, ocorre em orações principais e absolutas e, de acordo com Said Ali, o emprego mais antigo do subjuntivo se dá justamente em orações principais. Diante disso, afirma que:

Nem a linguagem criou um modo especial para o verbo da oração dependente, nem esta função é privativa do conjuntivo. Há muitos casos de oração subordinada em que, pelo contrário, o uso do indicativo é simplesmente obrigatório. Dada a liberdade de escolha, pois não pensamos em propor um termo novo que ninguém aceitaria, decidimo-nos pelo nome conjuntivo (SAID ALI, 1965 [1921], p. 324).

Entender o conjuntivo⁴¹ como o pólo contrário ao indicativo não basta para definir seu emprego na construção frasal e isso, para esse autor, acarreta um problema complexo, principalmente quando observamos que o conjuntivo latino é resultado da junção das funções de um antigo modo subjuntivo e de um optativo, o qual, em outras línguas indo-européias, constituía um modo a parte. Segundo Said Ali, não se deve classificar o conjuntivo em volitivo, potencial, optativo, deliberativo, concessivo etc., pois não há limites seguros que separe uma função da outra; por isso, propõe que tais funções sejam enquadradas dentro de duas ou três classes gerais.

É inegável a variação da língua em diferentes épocas em relação ao uso do conjuntivo; nas subordinadas, ora se usava o indicativo ora o conjuntivo. Na oração principal, quase sempre se empregava o indicativo. Diante disso, Said Ali lista alguns casos em que houve variação do conjuntivo desde o latim até o português moderno⁴², como nas interrogações diretas, em orações subordinadas a verbos volitivos, a expressões como *é possível* etc.

Nas interrogações *quem é, qual é*, empregava-se o verbo *ser* ora no indicativo, ora no conjuntivo a depender do modo como se devia responder às perguntas: de forma imediata, usava-se o indicativo e empregava-se o conjuntivo quando era suposto que não se podia responder sem primeiro refletir. Observemos os exemplos seguintes:

Perguntando-lhe primeiro *quem era* (MORAIS, 1786 *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 325).

⁴¹ Decidimo-nos por utilizar nesta seção o termo conjuntivo, como adotado por Said Ali (1965 [1921]).

⁴² Ou na terminologia do autor: “português hodierno.”

Perguntado hũ sabio *qual fosse* a vida, deo hũa volta e desapareceo, mostrou-se, e escondeo-se logo para mostrar que era momentanea e fugia com grande velocidade (HEITOR PINTO, 1843 *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 325).

Depois de expressões como *não saber*, *não conhecer* e outros dizeres denotadores de dúvida, usava-se o conjuntivo, conforme os exemplos seguintes:

Quem assim discorre não sabe *que cousa seja* religião, nem que religião *seja esta* (VIEIRA, 1679 *apud* SAID ALI, 1965[1921], p. 325).

Com grande advertência e justiça não diz [Horácio] 'poeta *cyclias*', mas 'scriptor'. Porem *quem fosse* este escritor a que elle allude, não he facil de averiguar (CÂNDIDO LUSITANO *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 325).

Questão he curiosa nesta filosofia, *qual seja* mais precioso e de maiores quilates; se o primeiro amor, ou o segundo (VIEIRA, 1679 *apud* SAID ALI, 1965[1921], p. 325).

No entanto, encontra-se também o indicativo em lugar do conjuntivo quando “não se trata de por em evidência a perplexidade, ou esforço de indagação” (SAID ALI, 1965 [1921], p. 325), como na *Crônica de Palmeirim de Inglaterra*, de Francisco de Moraes, de 1786:

O emperador ficou em extremo descontente de não saber quem era [o cavaleiro] (...). E posto que os de hua banda *não sabiam quem era* os da outra, estavã todos tan contentes e confiados de se acharem juntos, que cada hus cuydavão que a outra parte seria mais fraca (...). Eu *nam sey quem soys* (MORAIS, 1786 *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 325).

Registra-se também alternância nas orações condicionais, tanto na oração principal, em que se deve empregar o futuro do pretérito do indicativo, quanto na oração dependente, cujo verbo deve estar no imperfeito do conjuntivo. Segundo Said Ali, (1965[1921], p. 335):

Em português antigo e em linguagem da Renascença preferiam-se geralmente formas como as do mais-que-perfeito do indicativo, quer numa, quer noutra oração: '*Se assim fizera, andara mais avisado*'. Na linguagem familiar do português hodierno⁴³ costuma-se substituir ao futuro do pretérito o imperfeito do indicativo: '*Se pudesse, andava mais depressa*'.

Na verdade, a alternância entre indicativo e conjuntivo é muito freqüente desde o latim vulgar até o português antigo (cf. seção 2.2). O emprego generalizado do conjuntivo se deve a uma criação da língua literária e não a simplesmente uma perda na língua vulgar. A distinção entre os modos, especificamente conjuntivo e indicativo, se dava no latim clássico mais por um valor temporal e formal do que modal e atitudinal. Assim, a oposição semântica dos modos, tal qual a conhecemos hoje, entre as modalidades *realis* e *irrealis*, associadas, respectivamente, aos valores do indicativo e aos do conjuntivo, parece ter sido marcante desde a língua vulgar. Nesse

⁴³ Achamos conveniente lembrar que a edição deste livro é de 1965 e a publicação data deste 1921.

sentido, no português antigo já se registrava o emprego do indicativo em lugar do conjuntivo toda vez que o fato verbal denotasse, ao invés de dúvida ou incerteza, algo tido como certo ou real, algo que existe ou existiu, como em:

Pois *se* o reyno já então *era* chegado, como pedimos nós ainda agora que venha? ... *Se queremos* remissão de peccados, tomemos a penitencia como batismo (...) (VIEIRA, 1679 *apud* SAID ALI, 1965[1921], p. 336).

Se pomos a Deos aos pés do mundo, crece o mundo, e diminue Deos, *se pomos* o mundo aos pés de Deos, crece Deos e diminue o mundo (VIEIRA, 1679 *apud* SAID ALI, 1965[1921], p. 337).

Tendo isso em vista, devemos reconhecer que sempre houve alternâncias no uso do modo verbal; as regras utilizadas para nortear o emprego do conjuntivo, distinguindo-o do indicativo, foram variadas ao longo do tempo e tais critérios não se adequavam com o uso. Observamos ainda que o latim literário estendia, muitas vezes, o emprego do conjuntivo tanto à protáse quanto à apódose. Portanto, este modo verbal não era característico apenas das orações subordinadas, mas de todo o período de uma forma geral. No latim vulgar, por outro lado, empregava-se ora o indicativo, ora o conjuntivo, dando mais predileção ao primeiro, o que persistiu em muitas línguas românicas.

2.1.1.3 Síntese do uso do subjuntivo na tradição latina

Levando em conta o fato de que selecionamos para pesquisa sobre o uso do subjuntivo apenas os contextos de completivas e relativas, não nos deteremos aqui na análise do uso do subjuntivo em orações adverbiais. O emprego do modo subjuntivo na língua literária, antes generalizado a determinados tipos de orações, sem distinguir, muitas vezes, entre um contexto com valores real ou irreal, adquire, na língua vulgar, um emprego restrito, prevalecendo uma distinção entre subjuntivo e indicativo de acordo com o contexto de irrealidade ou realidade. Podemos inferir, tendo como base esse fato, que, no latim vulgar, as formas do subjuntivo e do indicativo passam a se diferenciar, *grosso modo*, pela idéia contida na pressuposição.

Dessa forma, levando em consideração os contextos citados por Maurer Jr. (1959) acerca do uso do modo subjuntivo na língua vulgar, temos de reconhecer que não há citação, no que se refere às orações relativas restritivas, se há distinção entre antecedente definido e indefinido no uso do subjuntivo, mas, tendo em vista o fato de que o subjuntivo prevaleceu nas orações

completivas em contextos de irrealidade, de dúvida e de desejo, podemos conjecturar que tenha prevalecido essa distinção também nas relativas.

Com relação ao uso do subjuntivo nas completivas, Maurer Jr. (1959) descreve os tipos de contextos em que se conservou o uso do subjuntivo no latim vulgar nas subordinadas. Sendo assim, usa-se o subjuntivo nas (i) orações declarativas subordinadas a verbos que exprimem dúvida; incerteza e fatos irrealis e (ii) nas orações volitivas subordinadas a verbos que denotam desejo, pedido, ordem (como é o caso dos verbos declarativos de ordem) e outros sentidos correspondentes.

Diante disso, as formas de subjuntivo nas orações completivas foram conservadas em contextos de irrealidade, de dúvida, de desejo e sentidos correspondentes. Seja como for, este estudioso afirma que as línguas românicas revelam que o emprego do subjuntivo subsistiu apenas como modo da dúvida e da incerteza,

(...) com verbos ou locuções que significam pensar, crer, duvidar, ser possível, ser provável, ser estranho, e correspondentes nas demais línguas. Só em algumas, como no italiano e no rético, por exemplo, se tende a dar ao subjuntivo uma aplicação mais lata, se bem que ainda aí para realçar, cremos, o elemento de dúvida na afirmação (MAURER Jr., 1959, p. 218).

Na próxima seção, apresentaremos alguns dos usos do subjuntivo no português antigo. Como não encontramos referência ao uso do subjuntivo nas orações relativas neste período histórico, trataremos apenas dos contextos de emprego do subjuntivo nas orações completivas e em alguns casos de adverbiais. A partir daí, poderemos verificar o que foi conservado do latim, isto é, o que persistiu dessa língua no português antigo.

2.2 O MODO SUBJUNTIVO NA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

As gramáticas mais antigas de língua portuguesa são a de Fernão de Oliveira, de 1536 e a de João de Barros, de 1540, além da obra de Pero de Magalhães Gândavo, intitulada *Regras que ensinam a ortografia da língua portuguesa*, de 1574. De certa forma, todas as gramáticas românicas surgidas entre os séculos XV e XVI foram calcadas no modelo latino, “introduzindo (...), na medida de uma necessidade específica, alterações (supressões, substituições, acréscimos)

(...)” (DRUMOND *apud* ANCHIETA, 1990 [1595], p. 09), de acordo com a realidade de cada povo.

Em meados do século XV, o galego-português cede lugar à língua portuguesa, sendo introduzida nesta uma série de latinismos tanto lexicais quanto sintáticos. Na verdade, a gramática de língua portuguesa é estruturada tendo como base o modelo latino e a América Portuguesa recebe, no século XVI, além desta influência, as inovações provenientes dos contatos lingüísticos entre os colonizadores e escravos oriundos da África e Ásia.

Tendo como base a *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, de Said Ali (1965 [1921]), tomamos conhecimento de que no século XIX os escritores costumavam alternar entre o indicativo e o subjuntivo quando se completava o sentido dos verbos *crer*, *cuidar*, *pensar*, *supor*, *imaginar*, *entender*, *presumir* e *achar* (este significando *pensar*, *crer*). Usava-se o indicativo quando o fato expresso era considerado real, como pode ser encontrado em Gil Vicente:

(i) *Commendo ó demo o aviso, que sempre cuidei que nisso stava a boa condição; cuidei que fossem cavalleiros fidalgos e escudeiros, não cheios de desvarios, e em suas casas macios e na guerra lastimeiros* (GIL VICENTE, 1852 *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 328).

Said Ali explica que em (i) o emprego do subjuntivo se deve à idéia expressa pelos fatos das duas orações subordinadas em itálico: a 1ª parece significar que a opinião é real e a 2ª confessa uma desilusão. Portanto, trata-se de um critério semântico. Cremos que a distinção entre o subjuntivo e o indicativo estar, nesse caso, associada à distinção entre, respectivamente, às modalidades *irrealis* e *realis*.

Neste sentido, Said Ali registra ainda a alternância entre os modos entre os quinhentistas, seiscentistas, setecentistas e oitocentistas, citando exemplos em que o subjuntivo refere-se a atos de realização futura, voltados para contextos de irrealidade; assim, podemos citar exemplos de trechos de obras de Camões, Vieira e Francisco de Moraes apresentados por Said Ali, em que há uma alternância entre o imperfeito do subjuntivo e o futuro do pretérito do indicativo, como em:

Sempre eu cuidei, oh padre poderoso, *que* pera as cousas que eu do peito amasse te *achasse* brando, affábil e amoroso (CAMÕES, 1572 *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 328).

Cuidava eu que correndo *desceria* do monte ao valle, onde tinham deixado os dous criados com o jumento, e que, contando-lhes o que passava, *subissem* todos três ao monte e, quando o não persuadissem, o *atassem* por força com os mesmos cordeis (VIEIRA, 1679 *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 328).

Estavã todos tam contentes e confiados de se acharem juntos que cada hũs *cuydavã* que a outra parte seria mais fraca (MORAIS, 1786 *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 328).

A expressão impessoal *é possível*, usada para indicar a incerteza acerca de algum acontecimento, requer o verbo da oração completiva no subjuntivo. No entanto, quando essa expressão é usada para manifestar a “surpresa ou espanto ante a contradição entre a expectativa e a realidade, exprime-se enfaticamente esta realidade pondo o respectivo verbo no modo indicativo.” (SAID ALI, 1965 [1921], p. 329). Dessa forma, o subjuntivo exprime uma possibilidade de o fato ocorrer, uma incerteza, ao passo que o indicativo revela a realidade do fato. Foi sobretudo na oratória do padre Antônio Vieira que Said Ali registrou com frequência o emprego do indicativo em orações que completavam a expressão impessoal *é possível*:

He possível que há tantos mundos e que eu ainda não acabei de conquistar hum? VIEIRA, 1679 *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 329).

He possível que em hum dia hei de perder e ficar orfãa de hum e outro filho? VIEIRA, 1679 *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 329).

He possível que sou eu tido no mundo pelo valente da fama e que bastou hua mulher para me vencer... He possível que me prezo eu de príncipe verdadeiro e que mandei cometer uma hua aleivosia tão grande...e que a hum vassalo tão fiel...lhe tirei também a vida enganosamente! (VIEIRA, 1679 *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 329).

Usava-se também o subjuntivo em orações subordinadas ao que chamamos hoje de verbos causativos, inquiritivos, declarativos de ordem, do tipo *consentir*, *admitir*, *impedir*, *recomendar*, *aconselhar*, *ordenar*, *permitir*, *fazer* (com sentido de *causar*, *ocasionar*), dentre outros. Segundo Said Ali (1965 [1921], p. 330), estes verbos referem-se “(...) a atos a serem executados ulteriormente, ou àquilo que se há de continuar a fazer ou deixar de fazer (...)” como exemplos podemos citar:

Domésticos já tanto e companheiros se nos mostram, que *fazem que se atreva* Fernão Velloso a hir ver da terra o trato (CAMÕES, 1572 *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 330).

Consentiu que... lhe cortassem hũa parte tão principal (VIEIRA, 1679 *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 330).

Conselhavam os sábios da Grécia *que nam se procurassem* muitas amizades (Comédia Eufrosina, 1786 *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 330).

O verbo *jurar*, no português antigo, tanto no falar popular como no culto, utilizava-se do modo subjuntivo, como em:

Juro ao corpo de Deos *que esta seja* a derradeira (GIL VICENTE, 1852 *apud* SAID ALI, 1965, [1921], p. 332).

Sobre a quall [paterna] el Rei pos suas mãos, *jurando que nelle guardasse e cumprisse* todallas cousas e cada hũa dellas...e que nunca *vehesse* contra ellas em parte nem em todo (FERNÃO LOPES, 1915 *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 332).

No entanto, registra-se também o uso do indicativo, conforme o seguinte exemplo:

E assi juro que quanto a mim e minhas forças e juízo for possível, eu servirei o officio...como a serviço de Deos...cumprir (Ordenações de D. Manuel, 1797 *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 333).

Os verbos volitivos e avaliativos, como *esperar, temer, recear, querer, rogar, implorar* são complementados pelo verbo na oração subordinada no subjuntivo, pois indicam desejos e fatos ainda não realizados, aos quais se aspira. No entanto, encontra-se, com certa frequência, nestes contextos, o emprego do indicativo na oração dependente. Nesses casos, a certeza do cumprimento do fato que se receia, por exemplo, dar lugar a um verbo no futuro do indicativo, como em:

Muyto *temo* que vos não *há de succeder* bem nesta viagem (VIEIRA, 1679 *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 333).

Attentai com quem lutais que *temo que cahireis* (GIL VICENTE, 1852 *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 333).

É muito freqüente também o emprego do indicativo nas concessivas causais com *como*, para expressar atos passados e presentes; entretanto, antigamente era comum o emprego do subjuntivo. Ao lado disso, Said Ali cita algumas variações na oração condicional:

Se não andavão sobre aviso, lá *ia* a cepa e a cepeira (GIL VICENTE, 1852 *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 335).

Se alguém pudera julgar antes do fim, *era* Deus (VIEIRA, 1679 *apud* SAID ALI, 1965, [1921], p. 335).

Se Deus nos deixara tentar mais do que podem as nossas forças, então *tínhamos* justa causa de recusar as tentações (VIEIRA, 1679 *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 335).

Ademais, cabe-nos inferir que o verbo *bastar* requer uma forma conjuntiva na oração subordinada; no entanto, podemos registrar variações:

Basta que nosso inimigo *faz* e nós não fazemos (VIEIRA, 1679 *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 311).

O autor assevera que os quinhentistas empregavam ora o indicativo ora o subjuntivo na alternativa de orações causais. O indicativo asseverava que a proposição correspondia à realidade; o subjuntivo, por sua vez, indicava a dúvida sobre a causa e o fato expresso na oração principal, como nos exemplos apresentados de João de Barros:

Ou que a natureza ali os *produzio*, ou que *fossem* trazidos...todo o circuito desta ilha he coalhada de lagartos de água.

Ou que não se *atreveo* tornar ao Senhor com tamanha perda, *ou que* a fortuna o *chamava*, deixou-se ficar naquelle reyno.

Ou que elle a *ouvisse*, ou que alguém lho *foi* dizer (BARROS, 1540 *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 335).

Em orações subordinadas ao verbo *querer* era regra empregar o subjuntivo. No entanto, Said Ali encontrou trechos na obra de Diogo de Couto, em que, neste contexto, se usava o indicativo:

Quiz Deos e meus peccados que *faleceo* e se *perdeo* todo o meu bem (COUTO, 1918 [1209] *apud* SAID ALI, 1965 [1921], p. 332).

Vemos aqui o fator semântico influenciando o uso do indicativo e o não uso do subjuntivo. Na verdade, por ser uma vontade onipotente, se torna real e talvez isso tivesse condicionado o emprego daquele modo no exemplo anterior.

Como podemos observar, a variação no uso do subjuntivo é produzida, muitas vezes, por uma questão semântica ligada à oposição *realis/irrealis*.⁴⁴ Portanto, o uso desse modo não deve ser atribuído apenas aos elementos presentes na estrutura do período como verbos, conjunções, o advérbio *não* ou alguma estratégia de negação, pois estaria talvez ligado aos valores de modalidade *realis/irrealis*. Por outro lado, estes, por si só, não determinam também o emprego deste modo verbal.

2.2.1 Sobre os diversos modos na Gramática de Port-Royal

A Gramática de Port-Royal apresenta como significação principal do verbo a afirmação tida no indicativo, que pode ser considerada uma afirmação simples e assinala ainda que os verbos podem apresentar diferentes inflexões, de acordo com as distintas pessoas e tempos indicados na afirmação.

O modo seria tudo aquilo que altera a significação do verbo. Nesse sentido, este pode assinalar, mudando de inflexão e de modo, “outros movimentos de nossa alma, como *desejar*, *rezar*, *ordenar* etc.” (ARNAULD E LANCELOT, 1992 [1660], p. 86). Sendo assim:

(...) os homens acharam que seria bom inventar ainda outras inflexões, para explicar mais claramente o que se passava em seu espírito; notaram primeiramente que, além das afirmações simples, como *ele ama*, *ele amava*, havia ainda outras condicionadas e modificadas, como *embora ele amasse*, *quando ele amar* (ARNAULD E LANCELOT, 1992 [1660], p. 101).

Então, distinguem-se afirmações simples de afirmações modificadas, sendo que desse último tipo surgiu o modo subjuntivo. Na verdade, este surge da necessidade de se expressar as diferentes ações dos homens, da necessidade destes serem compreendidos no que almejavam. Daí

⁴⁴ No entanto, temos de levar em conta que há distinções muito sutis na definição de um fato como real ou irreal.

a Gramática de Port-Royal considerar três maneiras principais de se querer algo, as quais citamos a seguir:

- 1) “Queremos coisas que não dependem de nós e então as queremos apenas como uma simples aspiração, o que é traduzido em latim pela partícula *utinam* e na nossa por *plût à Dieu* (‘Deus queira’, ‘praza a Deus’)” (ARNAULD E LANCELOT, 1992 [1660], p. 102). Os gramáticos gregos denominaram este modo de optativo, enquanto em latim é designado de optativo e subjuntivo e, depois, apenas de subjuntivo.
- 2) “Nós queremos ainda de um outro modo, quando nos contentamos em conceder uma coisa, embora absolutamente não a queiramos, como quando Terêncio diz: *Profundat, perdat, pereat – que ele dissipe, perca, pereça etc.*” (ARNAULD E LANCELOT, 1992 [1660], p. 102). Este modo é designado por alguns gramáticos de *modus potentialis* ou *modus concessivus*.
- 3) A terceira maneira se refere à expressão de uma ordem ou pedido, que depende de uma pessoa. Assim, inventou-se o modo imperativo.

A gramática normativa se assemelha à Gramática de Port-Royal ao adotar critérios nocionais para definir o subjuntivo na norma gramatical portuguesa, ou seja, esta ainda concebe o subjuntivo como uma necessidade de expressão de atitudes dos fatos.

2.2.2 Síntese do uso do subjuntivo no período analisado

Tendo como base os exemplos citados por Said Ali (1965 [1921]), podemos constatar que os escritores compreendidos entre os períodos quatrocentista e oitocentista português levaram em conta no momento de expressão dos modos verbais um critério semântico, no qual distinguia as formas de subjuntivo das de indicativo pelos valores de irrealidade e de realidade do evento expresso na oração.

O indicativo era associado aos valores de certeza, aos eventos reais; o subjuntivo, por sua vez, era usado em contextos em que se queria manifestar a possibilidade de ocorrência de determinada ação; além disso, as formas do subjuntivo eram associadas aos fatos hipotéticos,

duvidosos, cuja realização não se esperava e a outras situações semelhantes que de certo modo correspondem a contextos de irrealidade. O subjuntivo não se referia totalmente às ações impossíveis, mas, sobretudo, aos eventos ainda não realizados, incertos, cujas realizações denotavam incerteza.

Como podemos ver, há variação no uso do subjuntivo no português antigo e tal variação apresenta relação com fatores semânticos, o que podemos também observar na atualidade. No entanto, não cremos que este fato indique no português popular a presença de arcaísmos, mas acreditamos que a oposição semântica entre eventos *realis* e *irrealis* pode contribuir para determinar o uso das formas do indicativo ou subjuntivo.

Seja como for, desde o latim, já se registrava uma oposição entre o paradigma morfológico do indicativo, que expressava certeza, e o paradigma do subjuntivo que exprimia fatos duvidosos, possíveis, desejáveis, hipotéticos etc., o que foi herdado pelo português, pois nesta língua a oposição de valores entre indicativo e subjuntivo se manifesta morfológicamente na flexão de modo verbal.

Na próxima seção, abordaremos o emprego do subjuntivo segundo a tradição gramatical portuguesa, a fim de verificarmos quais os contextos são tidos como categóricos para o emprego do modo subjuntivo; ao lado disso, observaremos de quais critérios fazem uso os gramáticos para justificar os contextos de emprego desse modo verbal.

2.3 O EMPREGO DO SUBJUNTIVO NA TRADIÇÃO GRAMATICAL PORTUGUESA

De acordo com as gramáticas normativas de língua portuguesa, modo indica a maneira, a atitude do falante diante do fato expresso pelo verbo e uma ação pode ser enunciada de três formas diferentes, daí três modos verbais: indicativo, subjuntivo e imperativo. O subjuntivo é, por princípio, uma modalidade de oposição à modalidade indicativa, pois enquanto esta apresenta o fato expresso pelo verbo como certo, real em todos os tempos, aquela denota um fato verbal incerto, duvidoso, eventual ou irreal.

O termo *subjuntivo*, etimologicamente, significa aquele “que serve para ligar, para subordinar,” por isso, tem seu emprego, por excelência, numa oração subordinada. Nesse sentido, para Almeida (1999) e Cunha e Cintra (2001), o subjuntivo, também chamado de *modo da possibilidade*, por indicar um fato duvidoso ou indeterminado, apenas tem sentido se vier subordinado a outro verbo, pois é isto que lhe dará sentido, o que, por si só, já constitui uma incoerência da tradição gramatical, pois o subjuntivo não ocorre apenas em orações subordinadas, além de nestas ser registrado também o emprego do indicativo.

Tradicionalmente, as gramáticas normativas adotam a explicação de que a ocorrência do subjuntivo na oração subordinada é condicionada por certos traços semânticos contidos no verbo da oração principal. Na verdade, a tradição gramatical oscila entre critérios semânticos e formais para definir a ocorrência desse modo. Inicialmente, define o subjuntivo como fundamentalmente o modo da oração subordinada e o indicativo, como da oração principal. No entanto, gramáticos como Cunha e Cintra (2001), Bechara (1966) e Brandão (1963) admitem o emprego do subjuntivo tanto em orações subordinadas quanto em orações independentes, absolutas ou principais quando estas envolvem a “(...) ação verbal de um matiz afetivo que acentua fortemente a expressão da vontade do indivíduo que fala” (Cunha e Cintra, 2001, p. 466). Por outro lado, lingüistas da escola gerativo-transformacional negam a independência do subjuntivo, considerando a hipótese de que este depende na estrutura profunda de elementos que não aparecem na estrutura de superfície. Segundo a normatividade, o subjuntivo depende, em contextos de completivas, do sentido do verbo da oração principal, ou seja, são necessários verbos que indiquem idéias de dúvida, hipótese, desejo, condição e outras correlatas para que o subjuntivo ocorra na sentença.

Tal regra de caráter puramente semântico não coincide com o emprego desse modo verbal nas orações adverbiais, pois nestas o subjuntivo é um “mero instrumento sintático de emprego regulado por certas conjunções” (Cunha e Cintra, 2001, p. 470). A título de ilustração, podemos citar que, para Cunha e Cintra (2001), nas orações subordinadas temporais, encabeçadas por *antes que*, que marcam a anterioridade, como em (i), e a futuridade, como exemplificado em (ii), é admitido apenas o emprego do subjuntivo, como na seguinte frase:

(i) Vamos embora, *antes que* nos veja.

(MACHADO DE ASSIS *apud* CUNHA E CINTRA, 2001, p. 471)

(ii) Deu para freqüentar, pela manhã, a rua Erê e fica a conversar com Emília *até que* eu me levante (C. DOS ANJOS, 1957 *apud* CUNHA E CINTRA, 2001, p. 471).

Diante disso, não há uma explicação uniforme para o emprego das formas do modo subjuntivo, pois estas são exigidas ora por critérios semânticos, ora por critérios formais e sintáticos. Bechara (1966), Almeida (1999) e Cunha e Cintra (2001) atribuem a regência do modo subjuntivo, ora a valores de ordem semântica, ora a itens formais que encabeçam a oração subordinada (preposições e conjunções). Nas seções seguintes, apresentaremos uma descrição das situações em que se deve empregar o subjuntivo, com base em um modelo mais recente da tradição gramatical, mais voltado para a descrição dos fatos da língua do que para a prescrição da correção gramatical.

2.3.1 O subjuntivo nas orações completivas

Emprega-se o subjuntivo em orações subordinadas completivas, relativas e adverbiais. Segundo Mira Mateus *et al.* (2003), a subordinação completiva é um dos tipos de subordinação, que se caracteriza pelo fato de a oração subordinada desempenhar uma função sintática ou uma função temática na subordinante. A tradição gramatical luso-brasileira optou pela denominação *substantiva*, já que a classe dos nomes é designada por substantivo.

As completivas podem ser finitas e não finitas. Nas orações finitas, o verbo pode ocorrer no modo indicativo ou no subjuntivo, ao passo que nas não finitas, o verbo ocorre no infinitivo flexionado ou não flexionado ou no infinitivo gerundivo. Quanto às completivas finitas, o complementador *que* introduz a maioria dessas orações. No entanto, tem-se também o *se* como complementador das completivas finitas selecionadas por verbos de inquirição, dubitativos e negativos, sendo estes do tipo *desconhecer*, *ignorar*, dentre outros. Atentemos para os seguintes exemplos:

Os críticos disseram *que* esse filme ganhou o festival.
 Todos lhe perguntaram *se* ele afinal vinha à festa.
 Não sei *se* o João vem à festa.
 (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 597)

Há casos ainda que tanto o complementador *se* quanto o *que* podem introduzir a mesma completiva finita selecionada por alguns verbos declarativos do tipo *decidir*, *dizer*, *mostrar*:

O júri vai decidir *que* atribui o premio este ano.
 O júri vai decidir *se* atribui o premio este ano.
 (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 597)

Com relação ao modo indicativo, segundo Mira Mateus *et al.* (2003), emprega-se esse modo em completivas subordinadas a núcleos adjetivais e nominais epistêmicos. Nestes, é de regra usar o indicativo quando o núcleo nominal for derivado de adjetivos epistêmicos do tipo *evidência, certeza* e derivado de verbos epistêmicos e declarativos como *demonstração, afirmação, conclusão etc.* Contudo, é opcional o emprego dos modos indicativo/subjuntivo em núcleos nominais epistêmicos como *hipótese, fato, idéia*. Podemos verificar em (1a.) exemplo de completiva selecionada por núcleo adjetival e em (1b.) e (1c.) exemplos de completivas selecionadas por núcleo nominal epistêmico.

- (1a.) Ela está *consciente* de que o problema é muito complexo
 (1b.) Ninguém abala a *certeza* de que ela é a pessoa indicada para essa função.
 (1c.) A viagem de Fernão de Magalhães provou a *hipótese* de que a Terra é redonda.
 (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 601)

Como já dissemos anteriormente, as completivas finitas podem selecionar o modo indicativo ou o subjuntivo, a depender das propriedades do núcleo. Assim, deve-se empregar o modo indicativo nas orações subordinadas a verbos:

- (i) Inacusativos como *acontecer, parecer, ocorrer*, como exemplificado em: *Parece que ele vai para casa.*
- (ii) Epistêmicos como *achar, acreditar, pensar, saber, supor*, conforme em: *Ele acha que Maria não está em casa.*
- (iii) Declarativos⁴⁵ como *afirmar, concluir, declarar, dizer, prometer*.
- (iv) De inquirição como *pedir, perguntar, investigar*, como em: *Perguntei se o João estava em casa.*
- (v) Perceptivos como *sentir, ouvir, ver*, conforme em: *João viu que a Maria saiu.*
- (vi) Psicológicos não emotivos como *esquecer-se, lembrar-se, recordar-se*, como em: *Lembre-se de que ele não está em casa.*

As orações subordinadas a núcleos adjetivais e nominais epistêmicos como *certo/certeza, óbvio, verdade, evidente/evidência*, dentre outros selecionam o indicativo na completiva. Observe os exemplos:

⁴⁵ Segundo Almeida (1999), emprega-se o indicativo nas orações que se subordinam a verbos que indicam declaração, de maneira que a subordinada expresse um fato real. Por outro lado, Mira Mateus *et al.* (2003) afirma que em *verbos declarativos de ordem* é de regra empregar o subjuntivo. Observe o contraste entre (i) e (ii):

- (i) Ele disse que não *vai sair*.
- (ii) Ele disse que não *sai*se.

É *evidente* que ele te *vai convidar* para a festa.
 É já uma *certeza* que a inflação *ultrapassará* os 2% este ano.
 (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 600)

Por outro lado, há contextos em que é prescrito o emprego categórico do subjuntivo. Na verdade, a tradição gramatical cita uma série de casos que selecionam o emprego do subjuntivo na completiva. Em linhas gerais, tomando como base Mira Mateus *et al.* (1989; 2003), podemos afirmar que o subjuntivo pode ocorrer em estruturas complexas de coordenação e subordinação, tais como:

- (i) Aquelas que exprimem vários graus de condicionalidade, como em:

Se estiver bom tempo, vamos à praia?
Estivesse eu bem disposta e outro galo lhe cantaria.
 (MIRA MATEUS *et al.*, 1989, p. 108)

- (ii) Em orações subordinadas a verbos de sentido volitivo/optativo, como *desejar*, *esperar*, *querer*:

Desejo que *venhas*.
 (MIRA MATEUS *et al.*, 1989, p. 108)

- (iii) Em orações subordinadas a verbos avaliativos (chamados verbos psicológicos⁴⁶ factivos), como *detestar*, *gostar*, *lamentar*:

Surpreende-me que *venhas* cedo;
Basta que *venhas* cedo
 (MIRA MATEUS *et al.*, 1989, p. 108)

- (iv) A uma modalidade lexicalizada, como em:

É *necessário* que *venhas*;
 Existe uma *hipótese* que o João *apareça*.
 (MIRA MATEUS *et al.*, 1989, p. 109)

- (v) Em orações subordinadas a verbos que expressam atividade mental, chamados verbos cognitivos, tais como:

Eu *acredito* que ela *venha*.
 (MIRA MATEUS *et al.*, 1989, p. 109)

- (vi) Em orações subordinadas a verbos causativos como *deixar*, *fazer*, *mandar*:

Isto tudo *faz com que* ele *venha*.
 (MIRA MATEUS *et al.*, 1989, p. 109)

- (vii) Nas subordinadas a orações subordinantes que contêm uma negativa. A título de ilustração, podemos citar:

⁴⁶ Contam-se entre eles verbos como agradecer, aborrecer, surpreender, preocupar, ofender, interessar, entristecer, dentre outros.

Eu *não penso* que ela *esteja* cansada.

(viii) Em subordinadas a verbos declarativos de ordem, como *dizer, pedir, ordenar*:

Ele *pediu* que o João *fosse* embora.

Nesse sentido, outras gramáticas de língua portuguesa, como a de Almeida (1999) e de Cunha e Cintra (2001), também prescrevem que o subjuntivo é o modo das subordinadas a verbos que indicam sentimento, desejo (vontade) e dúvida, conforme, respectivamente, exemplos (2a.), (2b.) e (2c.). Sendo assim, definem os contextos de emprego do subjuntivo nas completivas tendo como base o critério semântico expresso no verbo da oração principal.

(2a.) *Lastimo* que você *pense* o contrário (ALMEIDA, 1999, p. 562).

(2b.) *Gostaria* que você *chegasse* (ALMEIDA, 1999, p. 562).

(2c.) Não *acredito* que ela *chore* (CUNHA E CINTRA, 2001, p. 468).

Além disso, é de regra empregar o subjuntivo nas completivas verbais selecionadas por verbos inacusativos do tipo *convir*, exemplificado abaixo:

Convém que venhas à conferência.

(MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 601)

Emprega-se também o subjuntivo nas completivas verbais preposicionadas, como em:

Eles autorizaram-nos a que *consultássemos* o manuscrito raro.

Os pais dos miúdos anseiam por que eles *recomecem* as aulas.

(MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 602)

Tanto Almeida (1999)⁴⁷ quanto Mira Mateus *et al.* (2003) estabelecem como contextos de subjuntivo as completivas nominais e adjetivais não preposicionadas selecionadas como sujeitos por núcleos adjetivais e nominais. Sendo assim, emprega-se o subjuntivo nas completivas selecionadas por nomes (i) epistêmicos, como *hipótese, idéia, problema*; (ii) avaliativo factivo, como *aflição, honra, maravilha, pena, surpresa, encanto*; (iii) modais, tais como *falsidade, necessidade, obrigação, possibilidade*, como ilustrados, respectivamente, em (3a.), (3b.) e (3c.):

(3a.) É um enorme *problema* que os finalistas ainda não *dominem* conceitos gramaticais básicos.

(3b.) Foi uma *surpresa* que o filme *tivesse* ganho o festival.

(3c.) Reconheceu-se a *possibilidade* de que a taxa de desemprego na Europa não *diminua* na próxima década.

(MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 602-603)

⁴⁷ Almeida (1999) denomina este tipo de contexto de *expressões que indicam um sentir por parte do sujeito*.

A tradição gramatical ainda preceitua como contexto de emprego de subjuntivo as completivas selecionadas por adjetivos⁴⁸ (i) avaliativos factivos, como *agradável, justo, lamentável, simpático*; (ii) avaliativos não factivos, como *benéfico, custoso, difícil, urgente, útil* e (iii) modais, do tipo *impossível, obrigatório, possível*. Como exemplos desse contexto, podemos citar:

É difícil que se *conclua* a instrução do processo esta semana.
É possível que os meus amigos *saiam* logo à noite.
 (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 602)

De forma geral, deve-se usar o subjuntivo nas completivas finitas selecionadas como argumento interno por núcleos adjetivais e nominais, com exceção dos nomes e adjetivos epistêmicos que selecionam o indicativo. Nesse sentido, emprega-se o subjuntivo nas completivas selecionadas por adjetivos psicológicos não epistêmicos como *ansioso, impaciente, contrário, receptivo, desejoso* (cf. exemplo 4a.) e em completivas selecionadas por nomes modais como *necessidade, possibilidade, obrigação* e nomes epistêmicos como *hipótese, intenção, proposta* (cf. exemplo 4b.).

(4a.) O chefe está *ansioso* por que *acabemos* as nossas férias.
 (4b.) Existe a *intenção* de que *seja* dado maior apoio aos jovens atletas.
 (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 603)

Nas seções seguintes, apresentaremos de forma sucinta os tipos de verbos que selecionam, segundo a tradição gramatical, subjuntivo nas completivas. Para tanto, seguiremos a seguinte ordem: verbos volitivos/optativos; avaliativos, declarativos, cognitivos, causativos, verbos de ligação e dubitativos.

2.3.1.1 Verbos volitivos/optativos

⁴⁸ Note-se que quando a oração principal for constituída por nomes e adjetivos epistêmicos que selecionam o indicativo, a idéia expressa é de certeza, de realidade do fato (cf. exemplos 1a. e 1b.). Por outro lado, nomes e adjetivos epistêmicos que selecionam o subjuntivo na completiva referem-se a contexto de obrigação, sentimento, vontade, suposição e possibilidade. Daí podermos verificar o contraste entre (i) e (ii):

- (i) É um fato que ele gosta de Maria.
- (ii) É necessário que ele goste de Maria.

De acordo com a tradição gramatical, nas orações que se subordinam a verbos volitivos que indicam desejo, vontade, como *querer, desejar, esperar, preferir, pretender, temer* e outros correspondentes, deve-se categoricamente empregar o modo subjuntivo. A título de ilustração, podemos citar:

Eu bem *queria* que tu *fosses* como empregado (FERREIRA DE CASTRO, 1955 *apud* CUNHA E CINTRA, 2001, p. 468);
 Não *quero* que ele me *julgue* sem pudor, uma mulher de prendas desoladas, nada tendo a defender (N. PINON, 1980 *apud* CUNHA E CINTRA, 2001, p. 468)

2.3.1.2 Verbos avaliativos

É prescrito pela normatividade que nas subordinadas a verbos que indicam afetividade, sentimento, como *gostar, odiar, agradar, impressionar, entristecer* e seus correlatos, emprega-se o modo subjuntivo, conforme em:

Alegra-me que você *tenha*;
Estimarei que você *passe*;
 Eu *receava* que ele *ouvisse*.
 (ALMEIDA, 1999, p. 562)

2.3.1.3 Verbos declarativos

Os verbos declarativos (*dizer, declarar, sugerir* etc.), quando expressam um declarativo de ordem ou quando têm um sentido de diretivo, de norma, admitem, segundo Mira Mateus *et al.* (1989; 2003), na subordinada, o emprego do modo subjuntivo, como em:

Eu *disse* que *saísse* imediatamente
 (MIRA MATEUS *et al.*, 1989, p. 271)

2.3.1.4 Verbos cognitivos

O subjuntivo pode ocorrer em subordinadas a verbos cognitivos (também conhecidos como verbos de atividade mental), como *achar, pensar, crer, imaginar, supor* etc., cuja modalidade é possível ou contingente por oposição a uma sentença no modo indicativo, que expresse uma modalidade necessária, conforme explicitado em:

Eu *acredito* que ele *venha* (possível) por oposição a

Eu *acredito* que ele *vem* (necessário)
(MIRA MATEUS *et al.*, 1989, p. 109)

Deve-se empregar o subjuntivo nas orações subordinadas a orações subordinantes que contenham uma negativa explícita ou lexicalizada. Nestes “casos de negativa explícita [cf. exemplo 5a.] ou lexicalizada [cf. exemplo 5b.], modifica-se a modalidade inicial do verbo da oração subordinante. Uma modalidade *necessária*, uma vez negada, passa a *contingente*; uma modalidade *possível*, uma vez negada, passa a *impossível*” (MIRA MATEUS *et al.*, 1989, p. 109):

(5a.) Eu *não* tenho a *certeza* que *sejas* bom da cabeça;
(5b.) *Duvido* que *sejas* bom da cabeça.
(MIRA MATEUS *et al.*, 1989, p. 109)

De certa forma, uma proposição modificada por uma negação exprime uma modalidade contrária ou contraditória à própria proposição. A negação, nesse sentido, “é uma operação de modificação que actua sobre os vários tipos de modalidade, lexicalizadas, proposicionais, ilocutórias e pragmáticas, contrariando-as ou contradizendo-as” (MIRA MATEUS *et al.*, 1989, p. 110). Ainda segundo Mira Mateus *et al.* (1989, p. 111):

A nível de frases complexas, se a negação actua sobre o verbo da oração superior criador de um universo de referência ou estado de coisas expresso pela oração encaixada, a modificação opera-se na modalidade atribuída ao referido estado de coisas. Um estado de coisas inicialmente tido como ‘necessário’ pode, através da operação levada a cabo por NEG, passar ao seu contrário (‘possível’) ou ao seu contraditório (‘contingente’). A modificação operada ao nível das modalidades do estado de coisas expresso pela oração encaixada leva à selecção de diferentes modos.

Como exemplo desse pressuposto, podemos citar os seguintes casos:

Eu *acho* que o João *é* capaz de chegar a horas.
Eu *não acho* que o João *seja* capaz de chegar a horas
(MIRA MATEUS *et al.*, 1989, p. 111)

2.3.1.5 Verbos causativos

Segundo a tradição gramatical, emprega-se o modo subjuntivo nas orações subordinadas a verbos causativos (*mandar, deixar, fazer* etc.), como nos seguintes exemplos:

Eu *mandei* que os alunos *escrevessem*
(MIRA MATEUS *et al.*, 1989, p. 276)

Verbos causativos, nesse sentido, “expressam uma relação de causatividade entre um agente (...) e o estado de coisas descrito pela oração completiva” (MIRA MATEUS *et al.*, 1989, p. 275).

2.3.1.6 Verbos de ligação

Chamamos *verbos de ligação* as construções subjetivas do tipo *é provável que ele venha*, em que o adjetivo apoiado pelo verbo de ligação encabeça uma oração completiva. Assim, podemos citar alguns adjetivos tidos como não factivos e que se deve empregar o subjuntivo na completiva, como *urgente, útil, difícil, benéfico, complicado, provável, permitido, impossível, obrigatório, possível, improvável* etc.

É urgente que você *venha* logo;
É possível que ele *venha*;
É necessário que *venhas*.

Além disso, é listada uma série de nomes avaliativos,⁴⁹ como *aflição, encanto* etc. e adjetivos avaliativos que podem apresentar um uso factivo, como: *agradável, bom, comovedor, decisivo, desagradável, estranho, justo, lamentável*, dentre outros em que é de regra o emprego do subjuntivo na completiva. A título de ilustração, citamos o uso factivo do adjetivo avaliativo *surpreendente* em:

Não é *surpreendente* que o filme tenha ganho o festival
É *surpreendente* que o filme tenha ganho o festival?
(MIRA MATEUS *et al.*, 1989, p. 280)

Nessa perspectiva, as construções de completivas com adjetivos modais, tais como *improvável, provável, possível, necessário, verdadeiro, impossível, obrigatório, permitido* dentre outros e nomes modais, como *falsidade, necessidade* etc. também selecionam uma completiva com *que* e subjuntivo, como exemplo do primeiro tipo, temos:

É possível que o João *venha*;
É provável que o João *fique*.

⁴⁹ Acrescentam-se a estes os nomes epistêmicos, do tipo *hipótese, idéia, questão*, em que se exige o emprego do subjuntivo na completiva.

Seja como for, Mira Mateus *et al.* (1989; 2003) listam uma série de adjetivos e nomes factivos, bem como os não factivos, modais e nomes epistêmicos, que se caracterizam pelo fato de selecionarem uma completiva com o modo subjuntivo.⁵⁰

2.3.1.7 Verbos dubitativos

Cunha e Cintra (2001) afirmam que o subjuntivo deve também ser empregado quando a oração principal exprimir “a dúvida que se tem quanto à realidade do fato enunciado” (CUNHA E CINTRA, 2001, p. 468). Nesse sentido, para Almeida (1999), o subjuntivo deve ser usado categoricamente nas subordinadas a verbos e expressões que indicam dúvida. A título de ilustração, citamos:

Duvido que você compre;
Eu não estou certo de que você viaje.

2.3.2 O subjuntivo nas orações relativas

As orações relativas são, segundo Mira Mateus *et al.* (2003), orações subordinadas iniciadas por pronomes, advérbios ou adjetivos relativos, que modificam uma expressão nominal antecedente ou uma outra oração. Sendo assim, são de dois tipos as relativas com antecedente nominal: restritiva e explicativa e apenas as restritivas podem conter o subjuntivo.

As explicativas, também consideradas acessórias, são usadas apenas com o indicativo, pois a “relação de dependência que a gramática tradicional associa quer à subordinação quer ao ‘modo conjuntivo’ não actua neste contexto” (SANTOS, 2003, p. 175).

Para Mira Mateus *et al.* (2003), o que justifica o fato de as explicativas selecionarem apenas o indicativo se relaciona ao contexto específico, definido, expresso pelo antecedente; ao lado disso, é possível também encontrar antecedente indefinido, mas desde que possibilite uma leitura específica do contexto, deve-se usar o modo indicativo, como em:

Um miúdo, que chega sempre a horas, traz a encomenda.
Um miúdo do colégio, que chega sempre a horas, traz a encomenda.

⁵⁰ É necessário pontuar que adjetivos “como *claro, evidente, nítido, óbvio, visível* não selecionam o conjuntivo” (MIRA MATEUS *et al.*, 1989, p. 208).

(MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 263).

Com relação à oração restritiva, tal designação justifica-se, pois “(...) restringe a extensão do conceito expresso pelo nome que a oração modifica, contribuindo crucialmente para a natureza referencial da expressão nominal” (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 668), o que explica a agramaticalidade das seguintes orações, quando tidas como relativas restritivas, ao invés de explicativas:

- * Lisboa que é a capital do país fica na Estremadura.
 - * Maria Betânia que é uma cantora brasileira tem um novo espetáculo.
- (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 668)

O antecedente da restritiva, quanto ao seu aspecto semântico, pode assumir diferentes formas, tais como valor *universal*, *genérico*, *expressão nominal quantificada*, respectivamente, exemplificada em (6a.), (6b.) e (6c.):

- (6a.) Dinheiro que eu ganhe fica logo gasto;
 - (6b.) Leões que tenham fome são perigosos;
 - (6c.) Tudo quanto aconteceu me abalou.
- (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 668)

Nesse sentido, construções com relativa restritiva podem apresentar um valor assertivo ou um valor modal. Trata-se de uma oração de caráter assertivo quando o antecedente é de natureza específica e o verbo da relativa deve estar no modo indicativo, como em:

- O livro que li nas férias ganhou um prêmio.
 - Quero um livro que vi aqui ontem.
- (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 669)

As construções restritivas com valor modal devem apresentar verbos da relativa no subjuntivo. Este, de certa forma, está associado às restritivas que expressem valores de natureza hipotética, contrafactual, com antecedente indefinido, não específico, genérico, universal, como nas seguintes frases:

- (6d.) Um leão que tenha fome é perigoso.
 - (6e.) Por cada artigo que tivesse escrito, teria ganho 50 euros.
- (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 670)

Em (6d.), temos na relativa a expressão de uma hipótese e, em (6e.), a modalidade expressa na relativa é de caráter contrafactual, pois se refere a um fato que não existe: “por cada artigo que *tivesse escrito* mas não escrevi...” (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 670). O emprego do subjuntivo pode, por outro lado, estar ligado a determinados tipos de verbos que são “(...) ‘criadores de um universo de referência’, Vs ‘modais’, que determinam o uso intensional do SN

que é seu objecto directo; este designa não um indivíduo determinado do mundo real (que pode nem existir) mas um conjunto de propriedades que definem um conceito individual” (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 670); como exemplo, podemos citar as frases (7a.) e (7b.), em que os verbos *procurar* e *querer* designam um objeto direto indefinido, não específico:

- (7a.) *Procuro um sintaticista que venha fazer* um seminário ao Centro de Linguística.
 (7b.) *Quero um livro que me divirta* nas férias.
 (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 670)

Na verdade, o antecedente nesse tipo de sentença não designa algo determinado do mundo real; o objeto pode nem existir, é indefinido, não específico. As restritivas “(...) são o único tipo de relativas que admite antecedentes de natureza semântica, nomeadamente um indefinido não específico, certas expressões quantificadas (quantificação universal, distributiva, genérica, por exemplo)” (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 670). Além disso, este tipo de oração apresenta paralelo com construções infinitivas, como em:

- Procuro um sintaticista para fazer* um seminário ...
Quero um livro para me divertir nas férias ...
 (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 670).

Diante disso, Mira Mateus *et al.* (2003) afirmam que a regra de uso do subjuntivo dependerá do tipo de contexto em que surge a relativa (opaco ou transparente); o tipo de quantificador também pode favorecer um ou outro modo. Observemos os seguintes exemplos:

- (8a.) A Rita procura um livro que tem/tenha gravuras do Porto.
 (8b.) A Rita encontrou um livro que tem/*tenha gravuras do Porto.
 (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 264)

Em (8a.), temos um contexto opaco, proporcionado pelo verbo *procurar*, pois a depender do modo, o sentido da frase mudará: com o indicativo, *um livro* é específico e não o é quando é selecionado o subjuntivo. Por outro lado, o verbo *encontrar* de (8b.) cria um contexto transparente, real, o que explica o emprego apenas do indicativo. Observe as seguintes sentenças:

- (8c.) A Rita encontrou poucos livros que têm/tenham gravuras do Porto.
 (8d.) A Rita encontrou alguns/vários/todos os livros que têm/*tenham gravuras sobre o Porto.
 (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 264)

Em (8c.), em virtude do tipo de quantificador, aceita-se o emprego do modo subjuntivo; o mesmo ocorre em (8d.), cujos quantificadores não selecionam o subjuntivo; por isso, a sentença se torna agramatical com o seu uso.

Segundo Almeida (1999, p. 527), as restritivas “não podem ser eliminadas sem prejuízo do sentido da oração principal,” podendo empregar neste contexto tanto o modo indicativo

quanto o subjuntivo, a depender, por um lado, do nível de referência do antecedente (definido, indefinido ou genérico) e, por outro, do nível de realidade da predicação contida na oração relativa (contrafactual, irreal, hipotético ou real).

Com relação à natureza do antecedente, não é estranho afirmar que o subjuntivo ocorra apenas quando o antecedente é indefinido ou genérico, o que torna agramatical o uso desse modo se se define o antecedente. Nesse sentido, Santos (2003, p. 175) afirma que há uma “(...) coincidência quase perfeita entre o uso de indefinidos com o ‘conjuntivo’, por um lado, e de definidos com o uso do ‘indicativo’, por outro.” Observemos os seguintes exemplos, em que não é possível o emprego do subjuntivo em (9c.) em virtude da natureza do antecedente:

- (9a.) Eu quero um livro *que contenha* iluminuras medievais.
 (9b.) Eu quero o livro *que contém* iluminuras medievais.
 (9c.) * Eu quero o livro *que contenha* iluminuras medievais.

Tomando como referência o antecedente da relativa, os manuais de gramática também prevêm os contextos em que há alternância entre as formas do subjuntivo e do indicativo, com mudanças semânticas e, portanto, não desencadeia um processo de variação,⁵¹ como nos exemplos a seguir:

- Quero um livro que *contenha* ilustrações;
 Quero o livro que *contém* ilustrações;
 Gostaria de premiar o aluno que *soubesse* esta lição;
 Quero premiar os que *sabem* esta lição.
 (ALMEIDA, 1999, p. 564-565)

Com relação a esse tipo de oração, tanto Almeida (1999) quanto Cunha e Cintra (2001) concordam que o subjuntivo deve ser empregado apenas quando a relativa denotar fim, conjuntura ou uma idéia incerta, hipotética, improvável etc., ou seja, a atitude e a idéia expressas no verbo da oração subordinada são os fatores que condicionam o emprego de um modo específico (subjuntivo ou indicativo) e não o verbo da oração principal, como está prescrito com referência às orações completivas. Em (9d.) e (9e.), temos exemplos de orações relativas. Em (9d.), o antecedente, na oração principal, indica condição (*irrealis*), idéia incerta e, em (9e.), a oração principal expressa uma idéia contrafactual, num contexto também *irrealis*.

- (9d.) Tristão podia resolver esta minha luta interior cantando alguma coisa que me *obrigasse* a ouvi-lo (MACHADO DE ASSIS, 1950 *apud* CUNHA E CINTRA, 2001, p. 469).

⁵¹ Para Almeida (1999), quando as relativas denotarem uma idéia certa, real sobre um antecedente definido, deve-se empregar o indicativo.

(9e.) Então não havia um direito que lhe *garantisse* a sua casa? (J. LINS DO REGO, 1944 *apud* CUNHA E CINTRA, 2001, p. 469).

Observemos a imprecisão de regras utilizadas por Almeida (1999) e Cunha e Cintra (2001) para nortear o emprego do subjuntivo nas relativas. Não se discute a questão do antecedente, Almeida (1999, p. 564), por exemplo, cita que se emprega o subjuntivo, nas relativas “(...) que denotarem incerteza, mera probabilidade, conjuntura,” deixando de lado a questão do antecedente, apenas enumerando os casos. Para Cunha e Cintra (2001), é de regra usar o subjuntivo nas orações relativas que exprimem fim, conseqüência, fato improvável, hipótese, conjectura, simulação, como em:

Estaria ali para dar esperança aos *que a tivessem* perdido? (M. J. DE CARVALHO, 1978 *apud* CUNHA E CINTRA, 2001, p. 469).

Sonhara apenas com uma fazenda de gado onde *pudesse viver* no trato da criação (...) tendo a companhia de uma mulher (‘Ah, Alzira - suspirou) a quem *amasse* e com quem *partilhasse* de tudo isso (J. CONDÉ, 1972 *apud* CUNHA E CINTRA, 2001, p. 469).

Nesse sentido, Almeida (1999) estabelece uma oposição entre as relativas que denotarem certeza e incerteza, pois segundo este gramático deve-se empregar o subjuntivo nas relativas que “(...) denotarem incerteza, mera probabilidade, conjuntura” (ALMEIDA, 1999, p. 564); no entanto, se a idéia é de certeza, de fato real, deve-se usar o indicativo, o que parece se relacionar com a natureza do antecedente. Observe os exemplos:

Quero um livro *que contenha* ilustrações.

Quero o livro *que contém* ilustrações.

(ALMEIDA, 1999, p. 564-565)

Com relação às relativas livres, podemos considerá-las relativas sem antecedente exposto e, segundo Mira Mateus *et al.* (1989), a estrutura sintática dessa relativa apresenta problemas, uma vez que tem uma estrutura vazia como antecedente. Em seu aspecto semântico, as relativas livres, dada a diversidade de ocorrências, podem se expressar de duas formas diferentes:

- (i) Com um caráter assertivo, marcado pela presença de uma forma do indicativo, como em:

Quem vai ao mar perde o lugar.

Recebi *quem tu recomendaste*.

(MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 675)

- (ii) Com um valor modal, marcado pela presença do subjuntivo, o que podemos exemplificar em (9f.) e (9g.), em que o primeiro apresenta uma pressuposição hipotética e o segundo, contrafactual:

(9f.) Receberei *quem me recomendaras*.
 (9g.) Teria recebido *quem me recomendasses*.
 (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 681)

Ainda com relação às orações relativas sem antecedente, concordamos com Santos (2003) quando esta afirma que não há explicação para se usar o subjuntivo nas chamadas *relativas sem antecedente ou livre*, pois são “(...) subordinadas a um verbo que indica a idéia de existência e vem seguido de *quem*” (ALMEIDA, 1999, p. 568), como em:

Existe *quem diga* o contrário.
 Há *quem queira* ir.
 (ALMEIDA, 1999, p. 568)

Essas frases se tornariam agramaticais se, ao invés de *quem*, colocássemos o pronome relativo *que* com o verbo no subjuntivo, como em:

*Existem pessoas *que digam* o contrário.
 *Há pessoas *que queiram* ir.

Na verdade, os verbos *haver* e *existir*, por si só, pressupõem uma existência real, verdadeira sobre algo ou alguém, o que não justifica o uso do subjuntivo. Sendo assim, “(...) não podemos aceitar que a regra de associar o valor real ao indicativo e ‘não-real’ ao ‘conjuntivo’ funcione na relativa explícita, se com *quem* soa estranho o uso do ‘indicativo’, quando em ambas as séries se trata de um caso flagrante de afirmação da existência real” (SANTOS, 2003, p. 174).

Dessa forma, a distinção entre o modo *realis* e *irrealis* neste contexto não pode ser definida a partir do verbo, mas “(...) acima de tudo da natureza particular à luz da qual o falante apresenta a existência do antecedente -como conjectura, suposição, eventualidade, possibilidade, incerteza” (SANTOS, 2003, p. 174-175).

2.3.3 O subjuntivo nas orações adverbiais

Segundo Cunha e Cintra (2001, p. 470):

Nas orações subordinadas adverbiais o SUBJUNTIVO, em geral, não tem valor próprio. É um mero instrumento sintático de emprego regulado por certas conjunções. Em princípio, podemos dizer que o SUBJUNTIVO é de regra depois das conjunções (...).

Segundo estes autores, o subjuntivo nas orações substantivas e relativas tem valor próprio expresso pelos verbos da principal e da subordinada; no entanto, o subjuntivo, nas orações adverbiais, é regulado por certas conjunções. Na verdade, este modo verbal, nesse caso, é usado depois de certas conjunções causais, concessivas, finais e temporais, mas, nas orações comparativas⁵² e consecutivas, passa a ser empregado devido ao fato de ser o modo do eventual e do imaginário, tendo um valor próprio e, portanto, sendo regulado não por conjunções, mas por critérios semânticos.

De acordo com Almeida (1999), nas causais, a subordinada tem de, além de ser encabeçada por *porque*, anteceder a principal. No entanto, nas orações condicionais, consecutivas, proporcionais e conformativas, deve-se levar em consideração o fato expresso por tais orações, pois se estas indicarem, respectivamente, condição hipotética, objetivo a alcançar e futuridade (nas duas últimas), deve-se colocar o verbo da subordinada no subjuntivo.

Nesse sentido, tanto Cunha e Cintra (2001) quanto Almeida (1999) apresentam o emprego do modo subjuntivo ora condicionado por itens de ordem semântica, ora por itens de caráter formal e sintático. Sendo assim, percebemos, nitidamente, nos gramáticos normativos a alternância de critérios na definição do emprego do subjuntivo. Este, às vezes, é condicionado apenas pela intuição do falante em perceber se se trata de um verbo cujo valor semântico é de dúvida, hipótese, vontade etc. e, às vezes, se relaciona com a ocorrência de certos elementos na estrutura do período ou à própria atitude do falante diante do fato enunciado.

A tradição gramatical, ao prescrever uma série de casos de ordem distinta (como semântica, sintática, estrutural) em que se deve empregar ou não o subjuntivo, termina se tornando confusa e incoerente. A título de ilustração, podemos citar Bechara (1966) que cita oito subdivisões do subjuntivo independente: optativo, exortativo, invitativo, imperativo, depreciativo, concessivo, potencial e supositivo. Na verdade, é difícil precisar critérios rigidamente definidos que nos autorizem a especificar as categorias em que se deve empregar um determinado modo. Assim, um mesmo verbo pode exigir o subjuntivo e o indicativo e nem sempre o verbo tido como denotador de crença determina a presença do modo subjuntivo, como em: Ele *crê* que você *deve* partir.

⁵² Para Almeida (1999, p. 569), nas subordinadas comparativas “(...) também se emprega o subjuntivo futuro quando existe idéia de futuridade:

Farei tanto *quanto puder*.”

De certa forma, a ordem canônica de língua portuguesa prescreve uma série de regras, tanto de ordem formal quanto semântica, que delimitam o emprego do subjuntivo, *grosso modo*, em situações irrealis, hipotéticas, denotadoras de desejo e sentimento. No entanto, tais regras não atingem um valor prático, uma vez que muito do que se registra no vernáculo escapa às normas prescritas pela tradição gramatical.

2.3.4 Os tempos verbais do subjuntivo

Tendo em vista que o subjuntivo denota uma ação verbal incerta ou irreal em dependência da vontade do falante, as noções temporais do subjuntivo não são precisas como as do indicativo, já que:

Os tempos do subjuntivo não representam noções de época da forma por que o fazem os do indicativo. Pode-se, no entanto, falar de certos hábitos de concordância dos tempos, que não procedem de um automatismo rígido e puramente formal, antes resultam do funcionamento de mecanismos delicados e complexos (MOIGNET, 1959 *apud* CUNHA E CINTRA, 2001, p.473).

Assim sendo, as noções temporais expressas pelas formas do subjuntivo são imprecisas, se comparadas com as formas temporais do indicativo, as quais denotam ações concebidas em sua realidade. Os tempos do subjuntivo dividem-se em tempos simples: presente, imperfeito e futuro, e em tempos compostos, pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito e futuro composto.

De forma geral, o subjuntivo surge numa *consecutio temporum*, ou seja, o tempo da subordinada deve estar correlacionado com a forma temporal da oração principal. De acordo com Almeida (1999), o subjuntivo presente é a forma verbal que, por excelência, pode expressar desejo, em orações optativas (do latim *optare*, desejar) e é empregado na oração subordinada em correlação com o presente ou com o futuro da principal, como nos exemplos abaixo:

Peço que sejas carinhoso;
Pedirei que sejas carinhoso.

O imperfeito do subjuntivo, tempo derivado da 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo (cf. ALMEIDA, 1999), mediante a troca do *-ram* por *-sse*, ao ser empregado na subordinada, mantém ligação com um tempo passado da principal, como em:

Pedi que comprasse;

Pediria que comprasse.

Como vimos, não existiu o futuro do subjuntivo no latim clássico. Em português, este tempo é formalmente “derivado da 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito, mediante supressão do *am* final (*se eu disser, quando eu fizer*) e se usa em certas subordinadas que implicarem idéia de futuridade” (ALMEIDA, 1999, p.232).

Segundo Mattoso Câmara (1979), o tempo futuro teria se originado de formas flexionais volitivas e subjuntivas e que atuavam no latim vulgar. Daí, neste, desenvolver-se um futuro modal, que conduziu as línguas românicas a um futuro temporal, a um tempo futuro.

A esse respeito, Lyons (1979) assinala que o futuro pode ser considerado mais uma questão de modo que de tempo, afirmando que mesmo em latim e em grego os tempos futuros apresentavam um caráter modal em muitos dos seus usos. Na verdade, tanto no grego quanto no latim, não havia formas de futuro do subjuntivo, daí este estudioso acreditar que, na expressão da noção de futuridade, se cruzam as categorias de modo e de tempo e, portanto, afirma haver uma relação entre o tempo futuro e o modo subjuntivo.

Nessa perspectiva, Pimpão (1999) afirma, a partir de resultados de análise de dados do projeto VARSUL, que a noção de futuridade favorece o uso do subjuntivo e não o valor nocional de irrealidade. Entretanto, cremos que o fato de o subjuntivo estar relacionado à idéia de projeção futura não nega a sua relação com o traço *irrealis*. Na verdade, pensamos que a ligação do futuro com o subjuntivo e, portanto, o seu caráter modal está relacionado com a modalidade *irrealis* inerente ao modo subjuntivo, ou seja, com a noção de irrealidade patenteada neste. Assim, a relação entre futuro e subjuntivo existe apenas pelo fato de tanto este quanto aquele expressarem uma idéia, que, de certa forma, é incerta, ainda irreal e, às vezes, hipotética acerca de um determinado evento.

2.3.5 Síntese do uso do subjuntivo segundo a Tradição Gramatical

Diante do exposto, observamos que as gramáticas normativas visam a “imitar” a linguagem literária, como encontramos em Cunha e Cintra (2001), cujos exemplos provêm basicamente de autores diversos em épocas distintas e como bem coloca Azevedo (1976, p. 09):

Dir-se-á que essas gramáticas normativas visam a descrever a linguagem literária, mas mesmo sob esse ponto de vista limitado deixam bastante a desejar, porquanto as orações que exemplificam suas regras (...) provêm de autores os mais diversos, pertencentes aos períodos mais variados da literatura luso-brasileira, não havendo, portanto, uma delimitação rigorosa nem de estilos, nem de períodos.

Ao lado disso, o subjuntivo nas orações relativas segundo a tradição gramatical é determinado, de forma geral, pelo nível de referência do antecedente e pelo nível de realidade da predicação contida na oração relativa.

Quanto ao subjuntivo nas completivas, seu emprego é regulado pelos valores que caracterizam a oração principal ou nos termos de Mira Mateus *et al.* (2003, p. 603) “(...) pelas propriedades dos núcleos lexicais da frase superior que seleccionam a oração completiva.” Em linha geral, as propriedades semânticas que propiciam a seleção do subjuntivo na completiva dizem respeito a contextos de irrealidade, de incerteza, hipótese, dúvida, desejos e sentimentos.

Tendo como base os critérios definidos pela tradição gramatical, o subjuntivo é selecionado nas completivas por verbos, núcleos adjetivais e núcleos nominais, conforme apresentado no Quadro 2:

Quadro 2: Contextos previstos na oração principal que selecionam o subjuntivo nas completivas

CONTEXTOS PREVISTOS NA ORAÇÃO PRINCIPAL	
Verbos	Volitivo, optativo, causativo, declarativo de ordem, psicológico factivo
Núcleo adjetival	Avaliativo factivo, avaliativo não factivo, modais
Núcleo nominal	Modais, epistêmicos e avaliativos factivos

Entretanto, há casos em que não há uma relação direta entre os valores tradicionalmente associados ao subjuntivo e os contextos que selecionam este modo verbal, já que há completivas subordinadas a verbos que denotam idéia de crença, de suposição e que selecionam o modo indicativo (cf. exemplo 10a.) e, por outro lado, temos o emprego obrigatório do subjuntivo nas completivas subordinadas a verbos que pressupõem uma verdade, verbos factivos (cf. exemplo 10b), como em:

(10a.) O estudante *crê* que *pode* repetir a prova.

(10b.) Ela *lamenta* que o João *vá* embora.

Tomando como base a contradição acima, Mira Mateus *et al.* (2003) propõem uma distinção entre predicados que indicam asserções (predicados assertivos) e predicados pseudo-assertivos,⁵³ a fim de tentar explicar o emprego do indicativo e do subjuntivo nas orações, baseando-se, nesse sentido, em critérios de ordem semântica. Assim, a partir dessa distinção, é possível selecionar o tipo de modo das completivas, já que os predicados assertivos selecionam o modo indicativo e os predicados pseudo-assertivos selecionam o subjuntivo nas completivas. Por fim, estas estudiosas terminam citando algumas propriedades gramaticais que identificam estes tipos de predicados nas sentenças e insere assim um critério de ordem sintática.

Acreditamos que enquadrar os contextos de emprego do subjuntivo e do indicativo em divisões maiores, como a classificação em predicados assertivos e pseudo-assertivos não dá conta da variabilidade de critérios supostamente definidores do emprego dos modos verbais, muito menos explica os contextos de uso do subjuntivo nas situações de fala.

Tendo em vista o restrito uso do subjuntivo na língua vulgar, quando comparada com a clássica, observamos, a partir da sucinta descrição do emprego do subjuntivo na tradição gramatical portuguesa, que os gramáticos fazem uso de uma série de justificativas para legitimar o emprego das regras que foram pautadas na gramática latina. Diante disso, fica claro que a tradição gramatical termina se dando conta da variação no uso do subjuntivo, visto que faz uso tanto de critérios semânticos, quanto sintáticos para explicar os “desvios” da regra de emprego desse modo verbal.

Sendo assim, diante da necessidade de se buscar critérios mais definidos para explicar o uso do subjuntivo em português apresentaremos nas próximas seções alguns trabalhos encontrados na literatura que abordam a visão de lingüistas de diferentes posições teóricas acerca do subjuntivo. Abordaremos a posição do estruturalismo, do gerativismo, a perspectiva da dialetologia e da sociolingüística; ao lado disso, apresentaremos o uso do subjuntivo no crioulo de Cabo Verde.

⁵³ Segundo Mira Mateus *et al.* (2003, p. 603), são chamados de predicados pseudo-assertivos aqueles que não introduzem asserções, “(...) utilizando-se para exprimir avaliações ou para acrescentar conteúdos independentes da própria asserção, uma vez que os mesmos se encontram já pressupostos nesta.”

As diferentes visões acerca do subjuntivo apresentadas nesses trabalhos nos serão úteis na medida em que tomaremos conhecimento dos distintos pontos de vista teóricos para melhor entender o nosso objeto de estudo e, dessa forma, a realidade lingüística brasileira.

2.4 O MODO SUBJUNTIVO NUMA PERSPECTIVA ESTRUTURALISTA

As noções gramaticais do verbo em português abrangem de um lado os morfemas flexionais de tempo e modo e, de outro, de pessoa e número, sendo que este último não é propriamente verbal, uma vez que faz referência ao nome (cf. Mattoso Câmara, 2002a [1970]).

Dentro do escopo desse estudo, interessa-nos o primeiro desses morfemas que acumula em si a noção de tempo e modo do verbo. Mattoso Câmara (2002a [1970]) afirma que é extremamente complexo o estudo semântico do verbo em português e “(...) talvez onde melhor se evidencia a incapacidade dos métodos da gramática tradicional para fazer justiça a uma interpretação adequada do sistema gramatical português” (MATTOSO CÂMARA, 2002a [1970], p. 97).

O morfema flexional no verbo acumula em si a indicação de tempo e modo. Dessa forma, não há como morfologicamente separar estas duas noções, pois são assinaladas pela mesma forma e, por isso, é comum, segundo Mattoso Câmara, em português e nas línguas em geral, um emprego modal dos tempos verbais, também chamado *emprego metafórico*,⁵⁴ segundo o qual o tempo adquire um valor modal e vice-versa. Neste sentido, Jespersen (1929 *apud* MATTOSO CÂMARA, 2002a [1970]) afirma que o tempo passado marca modalmente a irrealidade e o futuro, sem implicação temporal, deve ser associado a um valor dubitativo. No entanto, para Mattoso Câmara, não é necessário tomarmos como base inicialmente esse *emprego metafórico* dos tempos para se fazer uma apreciação dos modos. Na verdade, devemos nos pautar apenas nas formas modais propriamente ditas.

No âmbito de seu estudo, Mattoso Câmara faz uma apreciação dos modos verbais em português, tendo como base o critério semântico de oposição e afirma que o subjuntivo, diferentemente do indicativo, “(...) assinala uma tomada de posição subjetiva do falante em

⁵⁴ Esta designação é de autoria de Andrés Bello (BELLO, 1943 *apud* MATTOSO CÂMARA, 2002a [1970], p. 98).

relação ao processo verbal comunicado” (MATTOSO CÂMARA, 2002a [1970], p. 99) e no indicativo não nos é possível observar essa marca. Além disso, sintaticamente, o subjuntivo depende de uma palavra, seja o advérbio *talvez*, seja um verbo da oração principal. Já o imperativo não apresenta necessariamente uma subordinação sintática. Em outras palavras, o subjuntivo e o imperativo são modos marcados pela subjetividade do falante frente à ação verbal, enquanto o indicativo é o modo não-marcado. Por outro lado, sintaticamente, o imperativo se caracteriza por ser o modo não-marcado, ao passo que o indicativo e o subjuntivo mantêm dependência sintática, ocorrendo em orações subordinadas.

No que se refere ao subjuntivo, a diferença sintática entre o latim e o português está no fato de, nesta língua, as formas subjuntivas ocorrerem quase categoricamente em orações subordinadas. Além disso, com relação ao advérbio *talvez*, a “(...) significação dubitativa da comunicação está fundamentalmente expressa no advérbio modal e não depende em essência da forma subjuntiva, tanto que ela é dispensada com a posposição de *talvez*” (MATTOSO CÂMARA, 1979, p. 133). Perini (2004), diante disso, assinala que advérbios como *talvez* regem o modo da oração a que pertencem, pois aceita o subjuntivo quando o verbo está à sua direita e, o indicativo, se o verbo estiver à sua esquerda, como podemos visualizar em:

Eu *talvez* o *procure* no escritório.
Eu o *procurarei* no escritório, *talvez*.
(PERINI, 2004, p. 175)

Ainda para Perini (2004) não é apenas o advérbio *talvez* que marca o caráter modal de dúvida e hipótese, assumindo o valor de subjuntivo, como também o emprego de certas preposições pode condicionar o uso desse modo verbal, ou seja, “uma oração subordinada à preposição *para* aparece no subjuntivo, mas não no indicativo” (PERINI, 2004, p. 175), o que não ocorre com a preposição *até*, que admite ambos os modos com apenas alguma diferença semântica. Observe os exemplos abaixo:

Trouxemos este frango *para* que você o *mate*.
Fiquei escondido *até que* você *chegou*.
Ficarei escondido *até que* você *chegue*.
(PERINI, 2004, p. 176)

Segundo Perini (2004), alguns verbos da oração principal podem exigir um modo específico na subordinada (subjuntivo ou indicativo) ou permitir o uso de ambos os modos, sendo que neste último caso, o verbo da oração principal deve expressar atitudes diferentes do falante.

Há casos também em que é o tempo verbal da oração principal que condiciona a ocorrência do modo da subordinada e não o valor semântico expresso na oração principal, como em:

- a) Ele pensou que estivesse/estava protegido
 - b) Ele pensava que estivesse/estava protegido
 - c) Ele pensa que *esteja/está protegido
- (PERINI, 2004, p. 176)

Em c) não é aceitável o uso, na subordinada, do verbo no subjuntivo, devido a presença do tempo presente. Assim, não há uma regra que condicione categoricamente o emprego desse modo nas orações, podendo este ser empregado tanto em orações subordinadas a verbos volitivos, quanto depois do advérbio *talvez*, que, por si só, abarca a modalidade *irrealis*; além disso, há valores atitudinais e certas preposições temporais que parecem contribuir para o emprego deste modo verbal. Na verdade, parece haver uma divergência entre os autores com relação ao emprego do subjuntivo, pois não se sabe o que deve prevalecer: o uso de preposições, a atitude do falante diante do fato que é enunciado, o critério semântico dos verbos da oração principal ou o valor temporal, como foi visualizado nos exemplos anteriores retirados de Perini (2004).

Diante disso, Mattoso Câmara (1979, p. 133) afirma que “(...) em português o uso das formas de subjuntivo vem a ser uma pura servidão gramatical, isto é, um padrão formal, apenas, e não a marcação de certos valores semânticos.” No entanto, não concordamos com essa postura por várias razões: (i) de fato são muitos os valores tradicionalmente associados ao subjuntivo, mas em todos os contextos categóricos de emprego das formas desse modo verbal, observamos que um dos traços semânticos inerentes ao subjuntivo está presente; (ii) por outro lado, temos de observar a questão do uso do subjuntivo nas situações de fala e quais valores são a ele associados pelos falantes, pois o uso do subjuntivo na realidade lingüística pressupõe que há uma relação entre os valores semânticos associados a esse modo verbal e suas tradicionais marcas formais. Assim, cremos que a partir de pesquisas em situações de fala poderemos chegar a ilações mais seguras a respeito do subjuntivo.

De acordo com esse lingüista, os três tempos do modo subjuntivo, presente, pretérito e futuro, opõem-se e correlacionam-se no seu emprego. No entanto, essa divisão tripartida, segundo ele, não corresponde à realidade lingüística. Na verdade, há dois sistemas dicotômicos do subjuntivo no plano temporal: O primeiro abarca a oposição pretérito/presente e o segundo, pretérito/futuro. No que se refere à 1ª oposição, Mattoso Câmara afirma que o pretérito é a forma marcada e se opõe ao presente, que, por sua vez, abarca o futuro: “Talvez *venha* no próximo

mês” (MATTOSO CÂMARA, 1979, p. 135). Por outro lado, quanto à 2ª oposição, o tempo futuro estabelece uma condição prévia do que se vai comunicar, como podemos observar em e):

- d) Se fosse verdade, eu partiria (ou -partia) sem demora.
 e) Se for verdade, eu partirei (ou -parto) sem demora.
 (MATTOSO CÂMARA, 2002a [1970], p.101-102)

Enquanto em d), o pretérito sugere irregularidade, em e), a oração subordinada indica que pode ou não ser verdade. Dessa sorte, o quadro abaixo resumiria os tempos no modo subjuntivo:

Quadro 3: Oposição entre os tempos do modo subjuntivo

Orações não-condicionais	PRETÉRITO	PRESENTE
Orações condicionais	PRETÉRITO	FUTURO

Fonte: MATTOSO CÂMARA, 2002a [1970], p.102.

Para Mattoso Câmara (2002a [1970]), a condição pode ser expressa não apenas pela partícula condicional *se*, como também pelas partículas *quem*, *quando*, *assim*, dentre outras, como em:

- Assim que fizesse sol, eu sairia de casa.
 Quem quiser, poderá procurar-me.
 (MATTOSO CÂMARA, 2002a [1970], p. 102)

Portanto, o emprego do subjuntivo é condicionado tanto por fatores formais (preposições, conjunções) quanto por valores atitudinais e semânticos correlacionados com o verbo da oração principal. Entretanto, de forma geral, o modo indicativo ficou de tal sorte predominante, segundo Mattoso Câmara (2002a [1970]), que termina interferindo na área do subjuntivo e do imperativo, cabendo aos advérbios e ao valor semântico de uma determinada construção frasal a expressão de dúvida e de vontade, visão esta que não compartilhamos, pois levando em conta a polarização que caracteriza a realidade lingüística brasileira, não cremos que seja tão simples definir e caracterizar o uso do subjuntivo no português do Brasil, afirmando que esse modo verbal vem cedendo lugar ao indicativo. Na verdade, no português urbano, acreditamos que esta situação lingüística pode até acontecer, mas não se assemelha à realidade do meio rural.

2.5 O SUBJUNTIVO NA VISÃO GERATIVISTA: UMA ABORDAGEM DO MODELO *STANDARD* DE CHOMSKY

Tendo como base as orientações teóricas da Gramática gerativa, mais especificamente de Chomsky (1965), Souza e Silva e Koch (2004) buscaram, em sua *Linguística Aplicada ao Português: Sintaxe*, organizar, ordenar e explicar os fatos sintáticos.

O livro está organizado em três capítulos intitulados: *Organização e Constituição da Frase; As transformações em Frases Simples e As Transformações em Frases Complexas*, nas quais se busca compreender o fato sintático a partir da recuperação de estruturas básicas, subjacentes, visto que a descrição a partir apenas de estruturas superficiais é bastante limitada.

As frases complexas constituem os chamados períodos compostos. Nestes, há a combinação de duas ou mais orações, que são ordenadas através de procedimentos sintáticos distintos conhecidos como coordenação (ou combinação) e subordinação (ou encaixamento). Na verdade, estes se opõem pelo tipo de regras transformacionais aplicadas, pois, enquanto na coordenação as regras são de adição, na subordinação, são de substituição. No entanto, não podemos perder de vista que os conceitos de coordenação e subordinação vêm sendo questionados na medida em que se pode entender que todas as frases de um período composto, seja ele coordenado ou subordinado, são necessariamente interdependentes.

Subordinar significa “encaixar” uma oração dentro de outra, conhecida como principal, de forma que a oração encaixada (subordinada) exerça a função sintática designada pela oração matriz. Sendo assim, uma frase subordinada pode ser de três tipos diferentes:

- (i) Completiva;
- (ii) Circunstancial;
- (iii) Relativa.

As completivas complementam a oração principal e são designadas, pela tradição gramatical, substantivas. Nestas, há o auxílio, muitas vezes, do complementizador-*Que* para encaixar as orações; além disso, há ajustes entre as orações quanto ao modo e tempo verbais.

Nessa perspectiva, as autoras atribuem o emprego dos modos verbais e, especificamente, dos modos subjuntivo e indicativo, ora aos fatores semânticos, ora aos fatores morfológicos. Levando em conta o fato de o subjuntivo ocorrer preferencialmente numa oração subordinada,

afirmam que seu emprego é condicionado pelo verbo da oração principal ou por algum critério morfológico marcado no interior desta ou da oração subordinada.

Poderíamos, inicialmente, colocar que o subjuntivo surge numa *consecutio temporum*, ou seja, o tempo da oração subordinada depende do tempo da oração principal. Nesse sentido, há certa correlação entre os tempos tanto na prótase quanto na apódose:

Tratando-se de verbo que exige a presença do subjuntivo na encaixada, a ocorrência do presente do indicativo determinará a do presente do subjuntivo (...), enquanto a ocorrência do passado na primeira acarretará a do passado do subjuntivo na segunda (SOUZA E SILVA E KOCH, 2004, p. 104).

Ao lado disso, a transformação de subjuntivização depende de certos traços semânticos contidos no verbo da oração principal e, assim, há verbos que exigem apenas o emprego do indicativo ou apenas do subjuntivo e há aqueles que aceitam ambas as possibilidades, como está, respectivamente, em (i), (ii) e (iii):

- (i) Eu *soube* que Lucila está (ou estava) doente;
 - (ii) Eu *temia* que Lucila estivesse doente;
 - (iii) Eu *imagino* que Lucila está (esteja) doente.
- (SOUZA E SILVA E KOCH 2004, p. 103)

Normalmente, os verbos de volição (querer, desejar etc.), de sentimento e de ordem ou solicitação exigem o emprego do subjuntivo. Contudo, os verbos de constatação e de declaração determinam, de forma geral, o uso do indicativo. Para ilustrar tal classificação, as autoras apresentam, respectivamente, os seguintes exemplos:

- (i) *Quero* que todos *saibam* da minha decisão;
 - (ii) *Lamento* que vocês *tenham* se desentendido;
 - (iii) O monarca *ordenou* que *soltassem* os prisioneiros;
 - (iv) Todos *perceberam* que o candidato *estava* nervoso;
 - (v) O governador *declarou* que *tem* condições de superar a crise.
- (SOUZA E SILVA E KOCH, 2004, p. 103)

Por outro lado, não mais se baseando em critérios semânticos, as autoras apontam que é possível a ocorrência do subjuntivo quando os verbos de declaração apresentarem ou um subtipo negativo na frase ou quando o próprio verbo denotar negação.

Em se tratando de verbos de julgamento, a ocorrência do subjuntivo e do indicativo dependerá dos traços semânticos [+ factivo]⁵⁵ ou [- factivo] contidos no verbo da oração principal, sendo que a presença do traço [- factivo] levará ao uso do subjuntivo e o traço [+

⁵⁵ Predicados factivos são, segundo as autoras (2004, p. 142), “(...) aqueles que encerram a pressuposição, por parte do falante, de que a asserção contida na predicativa é verdadeira ou factual; inexistindo essa pressuposição, tem-se os predicados não-factivos.”

factivo] determinará a ocorrência do indicativo na completiva. No entanto, é importante deixar claro que os traços [+/- factivo] por si só não determinam o emprego do indicativo ou do subjuntivo na oração subordinada. A título de ilustração, podemos citar que os verbos de sentimento possuem sempre o traço [+ factivo], apesar de exigirem a subjuntivização do verbo na oração subordinada.

Ao tratar das subordinadas circunstanciais, as autoras apontam que as orações concessivas e finais apresentam o verbo no subjuntivo; entretanto, nas demais orações, o emprego do subjuntivo é condicionado pelo traço temporal [+ futuro], ou seja, pelo traço de futuridade.

Com relação às relativas, apenas ocorre o emprego do modo subjuntivo quando o antecedente trazer o traço [- determinado]. Saltarelli (19-? *apud* AZEVEDO, 1976, p. 31) acrescenta a este o traço [- definido]. No entanto, concordamos com Azevedo (1976), quando este afirma que é difícil caracterizar com precisão os traços [+/- determinado] do verbo. Souza e Silva e Koch (2004) concluem que apenas um traço não determina o emprego dos modos, mas sim a combinação com outros traços semânticos. Por outro lado, não explicita quais são os outros traços semânticos dos verbos que devem ser utilizados para se caracterizar o tipo de modo da subordinada.

Azevedo (1976), em seu ensaio intitulado *O Subjuntivo em Português: um estudo transformacional*, teve como base a hipótese de que a oposição entre subjuntivo e indicativo não corresponde a um contraste semântico entre formas verbais. Segundo esse autor, as formas do subjuntivo são empregadas de acordo com regras categóricas e formula um tipo de regra para cada tipo de oração (substantiva, adjetiva e adverbial), levando em conta o valor assumido pelo verbo da oração principal.

Não nos parece muito viável, para explicar a ocorrência do subjuntivo, ter como base critérios puramente semânticos contidos no verbo da oração principal, visto que não nos é possível caracterizar todos os verbos sem o auxílio do contexto; além disso, temos de levar em conta que os valores assumidos por esse modo verbal se referem à subjetividade do falante, portanto, não dizem respeito ao real.

Para Azevedo, “(...) as formas do subjuntivo são usadas de maneira automática (...), segundo a subcategorização de certos elementos da oração (...)” (AZEVEDO, 1976, p. 24-25). De acordo com esta hipótese, o subjuntivo é introduzido pela transformação:

$$O \text{ -- } O' \rightarrow \text{ -- subj -- } O'$$

A abordagem da regra categórica apresentada por Azevedo contrasta com o caráter opcional da regra variável, característico da Sociolinguística Variacionista. Na realidade, Azevedo, tendo como base a gramática gerativa, postula que a regra lingüística é uma regra categórica: toda vez que aparecer um símbolo terminal, como verbo (oração), marcado pelo traço [+ subj], “(...) deve ser selecionado um verbete que também seja marcado [+ V, + subj], e a transformação T_{subj} se aplicará obrigatoriamente” (AZEVEDO, 1976, p. 25). Esse posicionamento vai de encontro aos pressupostos labovianos, segundo os quais a regra na língua é variável, podendo ser ou não aplicada, a depender do contexto social e até mesmo lingüístico em que se encontre o fenômeno.

Em se tratando da relação entre o subjuntivo e algumas palavras invariáveis como *talvez*, *quicá*, *oxalá* e *tomara*, Azevedo (1976) afirma que há certa equivalência tanto semântica quanto sintática entre as duas primeiras palavras e sintagmas verbais como *é possível*, *é provável*⁵⁶ e entre as duas últimas e o verbo *querer*. Além disso, o autor pontua que é necessário questionar a importância da função que tais palavras invariáveis desempenham na estrutura das orações.

De certa forma, Azevedo (1976) busca desenvolver duas idéias: a primeira entende o subjuntivo como uma variação morfológica verbal previsível e semanticamente vazia e a outra é a de que o subjuntivo apenas é empregado em orações subordinadas. Na verdade, esta hipótese se baseia no fato de que orações tidas como independentes, que admitem a ocorrência do subjuntivo, são descritas como orações subordinadas em termos de representação subjacente. A título de ilustração, podemos observar os seguintes exemplos:

- (1) Quero que Deus o proteja
 - (2) Deus o proteja
- (AZEVEDO, 1976, p. 38)

A mesma representação subjacente em (1) pode ser atribuída a (2); portanto, (2) que, em estrutura superficial, se transformou em oração independente, em sua estrutura profunda, é descrita como oração subordinada.

No que diz respeito à primeira hipótese, podemos considerar os seguintes exemplos:

- (3) *Espero* que ele venha
 - (4) *Acho* que ele vem
- (AZEVEDO, 1976, p. 25)

⁵⁶ Sobre comentários acerca da evolução histórica pela qual tais formas passaram antes de assumirem o *status* de palavras invariáveis, consulte-se Azevedo (1976), Nascentes (1966) e Bueno (1967)

O emprego do modo subjuntivo em (3) e do indicativo em (4) foi determinado pelo tipo de verbo da oração principal. Em linhas gerais, para Azevedo, é como se o verbo *esperar* apresentasse traços de subjuntivização em sua raiz semântica, ou seja, em sua estrutura profunda, o que não é possível a verbos como *achar*. Daí a forma do subjuntivo ser caracterizada por esse autor como semanticamente vazia, pois o valor do subjuntivo se encontra no verbo da oração principal.

Azevedo chega à conclusão de que não há uma condição categórica em que se empregue exclusivamente o subjuntivo. Na realidade, há uma oposição formal entre os modos, pois há morfemas específicos para o indicativo e o subjuntivo, mas semanticamente, em certas orações, este equivale àquele, como pode ser vislumbrado nos exemplos abaixo:

- (5) a. Eu quero que você fala com ele
 - b. Se eu tinha dinheiro, eu ia lá
 - c. É uma pena que você chegou atrasado
 - (6) a. Eu quero que você fale com ele
 - b. Se eu tivesse dinheiro, eu ia[ou iria] lá
 - c. É uma pena que você tenha chegado atrasado.
- (AZEVEDO, 1976, p. 50)

Somos da opinião de que tomar como base pressupostos gerativistas para se explicar as ocorrências do subjuntivo em português é insuficiente, visto que não se consegue resolver as dúvidas referentes ao uso desse modo verbal. Concordamos com Azevedo quando este afirma que o subjuntivo parece ser menos usado em situações informais e por pessoas pouco instruídas, tendo seu emprego, por excelência, na normatividade. Além disso, este autor acredita que há uma correlação entre a alternância no uso do subjuntivo e aspectos não-lingüísticos da estrutura social, como classe social, escolaridade etc., sugerindo que se desenvolvam estudos sobre esse fenômeno tendo como base as orientações teóricas labovianas, associando o uso ou não-uso do subjuntivo a fatores sociolingüísticos.

2.6 O MODO SUBJUNTIVO VISTO PELA DIALETOLOGIA

Sabemos que a Dialetologia é um ramo da ciência da língua, cuja atenção está voltada especialmente para questões referentes aos falares e à realidade espacial lingüística, levando

também em consideração as diferenças na língua, tendo como base dados sociais. No Brasil, os trabalhos pioneiros em tais questões estavam voltados para a descrição dos falares regionais, apresentando as peculiaridades dos dialetos regionais brasileiros.

Em 1922, Antenor Nascentes, com *O linguajar carioca*, descreve o dialeto popular da cidade do Rio de Janeiro. Com relação à questão dos modos verbais, Nascentes observa que na pronúncia carioca não se registra o emprego do subjuntivo e, assim, afirma que:

O subjuntivo quase não é usado pela classe inculta. É substituído freqüentemente pelo indicativo. Aparece em frases feitas: *Deus o favoreça*. O povo não sente o matiz dubitativo deste modo. Para a expressão, o indicativo o satisfaz. Talvez ache mesmo difíceis, complicadas, pedantes as formas de subjuntivo. Ex.: Não quero que ele vai com você (NASCENTES, 1953 [1922], p. 169).

Mário Marroquim, em *A língua do Nordeste*, de 1945, descreve algumas peculiaridades da língua popular de Alagoas e Pernambuco. Esse estudioso apresenta em seu livro tanto questões referentes à fonologia, quanto à morfologia e à sintaxe de uso popular. Nesse sentido, Gilberto Freire, no prefácio do livro, afirma que:

Trata-se, antes de tudo, de uma autêntica pesquisa de campo: de um livro de quem estudou a língua portuguesa não apenas nas páginas dos livros eruditos e dos trabalhos acadêmicos, mas entre os homens. Entre os próprios analfabetos. Entre praiheiros, matutos, brejeiros, sertanejos de Nordeste do Brasil” (FREIRE, 1943 *apud* MARROQUIM, 1996 [1945], p. 05).

Ao apresentar a sintaxe dialetal de Alagoas e Pernambuco, Marroquim (1996 [1945], p. 122) afirma que “a luta entre a língua culta e o dialeto se processa no campo da sintaxe. (...) é ela a estrutura viva da língua; é na sua articulação que reside a alma e o caráter do idioma.” Nesse sentido, no que diz respeito ao subjuntivo, Marroquim afirma que no Nordeste não se registrou a ausência de uso desse modo verbal como Antenor Nascentes verificou na pronúncia popular carioca. Dessa forma, enquanto no Rio de Janeiro foi observado o uso do indicativo ao invés do subjuntivo em construções negativas, no dialeto do Nordeste esta construção é regularmente feita, na maioria das vezes, com o subjuntivo; portanto, “diz-se assim: não faça isso, menino; não chore” (MARROQUIM, 1996 [1945], p. 159). Por outro lado, nesse mesmo tipo de construção, Marroquim observa também o uso do indicativo, o que é explicado por esse autor pela analogia que os falantes fazem ao uso do imperativo na 2ª pessoa (cf. exemplo 1a.) e, diante disso, a construção negativa toma também a forma de indicativo, como exemplificado em (1b.):

(1a.) *Vem cá menino.*

(1b.) *Tu não vem cá: deixa de bestera cumigo.*
(MARROQUIM, 1996 [1945], p. 159)

A locução *pode ser*, em virtude de sua significação de dúvida, que, por sua vez, é peculiar ao subjuntivo, ao invés de ser usada com o verbo no indicativo em orações principais, registrou-se no dialeto do nordeste o uso do subjuntivo, constituindo assim “uma expressão petrificada (...): ‘*Possa sê* que eu vá amenhã” (MARROQUIM, 1996 [1945], p. 159).

Ainda com referência à sintaxe, Marroquim, ao descrever a simplificação nas orações substantivas com *que* e nominativo, deixa entrever a preferência dos falantes pelo não uso do subjuntivo, uma vez que construções com esse modo verbal são substituídas por um infinitivo regido de *para*. Dessa forma, esse estudioso afirma que na sintaxe geralmente não se diz “pediu *que ele fosse*, mas pediu *pra ele ir*” (MARROQUIM, 1996 [1945], p. 129). Da mesma forma, podemos observar que a construção “mandou *que ele viesse* [passa no dialeto popular a] mandou *ele vir*” (MARROQUIM, 1996 [1945], p. 129).⁵⁷

No que se refere aos modos e tempos verbais, Marroquim descreve a conjugação dos verbos regulares *louvar*, *dever* e *partir* e dos verbos irregulares *dizer* e *trazer*, além de alguns verbos auxiliares, explicando que a simplificação nas flexões verbais nesse dialeto pode ser explicada pela supressão que a língua popular faz diante da redundância, visando à comunicação.

Com relação aos tempos do subjuntivo, não houve registro do uso dos tempos compostos desse modo verbal; por outro lado, o autor apresenta o uso dos três tempos simples do subjuntivo, presente, imperfeito e futuro, sem qualquer distinção entre as pessoas na conjugação, o que Marroquim explica pela ação da analogia. Nesse sentido, os verbos irregulares, devido à economia fisiológica “que identificou quase numa forma única as várias pessoas de cada tempo” (MARROQUIM, 1996 [1945], p. 91), seguem o mesmo processo dos verbos regulares, “(...) dando regularidade flexional aos tempos, irregulares embora pela sua formação” (MARROQUIM, 1996 [1945], p. 91).

A partir da descrição do verbo regular *louvar* e do verbo irregular *trazer* feita por Marroquim (1996 [1945]), podemos apresentar os seguintes quadros:

Quadro 4: Conjugação do verbo *louvar* nos dialetos de Alagoas e Pernambuco nos tempos simples do subjuntivo

⁵⁷ Temos de deixar claro que, nessas construções, Marroquim não faz referência ao uso do subjuntivo, trata apenas da questão do pronome nominativo. No entanto, julgamos interessante essa “substituição”, logo fizemos alusão ao nosso objeto de estudo.

TEMPOS DO SUBJUNTIVO			
	PRESENTE	IMPERFEITO	FUTURO
Eu	Lóve	Lóvasse	Lóvá (r)
Tu	Lóve	Lóvasse	Lóvá
Ele	Lóve	Lóvasse	Lóvá
Nós	Lóve	Lóvasse	Lóvá
Vós	Lóve	Lóvasse	Lóvá
Eles	Lóve	Lóvasse	Lóvá

Fonte: MARROQUIM, 1996 [1945], p. 90-91.

Quadro 5: Conjugação do verbo *trazer* nos dialetos de Alagoas e Pernambuco nos tempos simples do subjuntivo

TEMPOS DO SUBJUNTIVO			
	PRESENTE	IMPERFEITO	FUTURO
Eu	Traga	Truvésse e truxésse	Truvé e truxé
Tu	Traga	Truvésse e truxésse	Truvé e truxé
Ele	Traga	Truvésse e truxésse	Truvé e truxé
Nós	Traga	Truvésse e truxésse	Truvé e truxé
Vós	Traga	Truvésse e truxésse	Truvé e truxé
Eles	Traga	Truvésse e truxésse	Truvé e truxé

Fonte: MARROQUIM, 1996 [1945], p. 93.

Quanto aos verbos auxiliares, merece destaque o verbo *haver*, pois, em relação aos tempos do subjuntivo, é usado apenas no presente, na 1ª pessoa, tendo uma única forma em todas as pessoas do tempo futuro. Não há registro do uso desse verbo no tempo imperfeito. Observemos o Quadro 6:

Quadro 6: A conjugação do verbo *haver* no tempo do subjuntivo segundo os dialetos de Alagoas e Pernambuco

TEMPOS DO SUBJUNTIVO			
	PRESENTE	IMPERFEITO	FUTURO
Eu	Haja	_____	Havé
Tu	_____	_____	Havé
Ele	_____	_____	Havé
Nós	_____	_____	Havé
Vós	_____	_____	Havé
Eles	_____	_____	Havé

FONTE: MARROQUIM, 1996 [1945], p. 94.

Em nota de rodapé, Marroquim explica que o uso da forma singular do presente do subjuntivo do verbo *haver* se refere apenas às construções do tipo “*chuva haja, dinheiro haja e equivalentes*” (MARROQUIM, 1996 [1945]). Quanto ao verbo *ser*, sua conjugação no presente do subjuntivo foi registrada como *seje* ao invés de *seja*, como prescrito pela tradição gramatical.

Podemos verificar assim que, com relação ao uso dos morfemas flexionais do verbo, no dialeto popular de Alagoas e de Pernambuco, registrou-se o uso das formas de todos os tempos simples do subjuntivo, com variações fonéticas nos verbos irregulares.

Em 1982, Rosa Maria de Assis Veado publica “O comportamento lingüístico do dialeto rural,” trazendo observações acerca do dialeto rural mineiro, especificamente, em três distritos da cidade de Januária (Brejo do Amparo, Riacho da Cruz e Pedras de Maria da Cruz).

Veado (1982), ao fazer o levantamento dos tempos e modos verbais, afirma que não se propõe a fazer uma análise das noções semânticas de tempo e modo, visto que estas apresentam grande complexidade, necessitando de um trabalho a parte. No *corpus*, os tempos do subjuntivo são estruturas de baixa ocorrência, tendo sido encontradas apenas formas do imperfeito e do futuro. Não foram registradas ocorrências de formas referentes ao tempo presente do subjuntivo. A autora afirma que formas como a do futuro e do presente do subjuntivo são estruturas que não são normalmente usadas no dialeto rural mineiro, concluindo que estas formas “(...) estão se tornando cada vez mais exclusividades de um código escrito distante, portanto, da realidade da língua falada cotidianamente” (VEADO, 1982, p. 98).⁵⁸

⁵⁸ Veado (1982) cita, além do futuro e do presente, ambos do subjuntivo, formas como *se* indeterminado, *se* reflexivo, relativização regida de preposição etc. para ilustrarem estruturas restritas de um código escrito.

Diante do exposto, podemos observar que as formas do subjuntivo são pouco usadas no meio rural, quando comparamos com a realidade do meio urbano, que será assunto de nossa próxima seção. A partir daí, citamos novamente a questão da bipolarização do PB, já que, de um lado, temos norma(s) que regem a realidade lingüística rural e, de outro, a realidade lingüística urbana.

2.7 O MODO SUBJUNTIVO VISTO PELA SOCIOLINGÜÍSTICA

É inegável a relação entre língua e sociedade, de forma que nos é possível afirmar que a variação na língua reflete os diferentes papéis sociais e o meio como um todo. Refletir sobre a língua portuguesa do Brasil é admitir, portanto, que a nossa realidade lingüística é dividida em dois grandes blocos, que poderíamos denominar de Brasil urbano e Brasil rural, que, por sua vez, se subdividem em outros blocos menores.

A população brasileira veio crescendo ao longo dos dois últimos séculos. Os grandes centros se desenvolveram intensamente com a crescente industrialização, acarretando uma migração da zona rural para a zona urbana, sendo esse processo conhecido como êxodo rural. Mais da metade da população brasileira, em meados do século XIX, era rural. No entanto, segundo dados do censo de 2000, do IBGE, a população urbana passa a 4,3 vezes maior que a rural.⁵⁹

Dessa forma, os lingüistas brasileiros vêm ao longo de 30 anos desenvolvendo pesquisas e estudos com vistas a descrever um retrato da realidade lingüística brasileira. Com o advento da Sociolingüística, os estudos passaram a ser sistematizados e quantificados. A variação na língua falada passa, ao longo desses anos, a ser questionada e pesquisada por diversos sociolingüistas, tendo como base, especialmente, a orientação teórica laboviana. Dessa forma, apresentaremos, na

⁵⁹ Esse imenso crescimento da população urbana é conseqüência não apenas da migração do campo com destino às cidades, mas também da incorporação de áreas, antes rurais, que passaram a ser consideradas urbanas. Para José Eli da Veiga (2002), o conceito de urbano é tratado de maneira diferente para o IBGE e para outros pesquisadores. Segundo esse autor, em seu livro *Cidades Imaginárias*, o Brasil é menos urbano do que se imagina, pois só deveriam ser considerados urbanos os municípios com mais de 20 mil habitantes e, diante disso, Veiga chega a uma taxa de urbanização de 60%, ao passo que o censo de 2000 do IBGE chega a um grau de urbanização de 81,23%. Na verdade, o IBGE, tendo como base o decreto do Estado Novo de 1938, considera área urbana, independente do tamanho físico ou populacional, toda sede de município.

próxima seção, um estudo desenvolvido por Pimpão (1999) sobre a variação no uso do subjuntivo, tendo como *corpus* o português urbano, e os resultados por ela alcançados com essa pesquisa e o estudo de Rocha (1997) sobre a variação no uso do subjuntivo também no português urbano.

2.7.1 O subjuntivo no português urbano

Grande parte das regras prescritas pela tradição gramatical não são realizadas na linguagem coloquial corrente, uma vez que constantemente se depara com usos variáveis que vão de encontro aos preceitos das gramáticas normativas e, neste sentido, o uso do modo subjuntivo no português do Brasil parece se afastar das regras prescritas pela gramática tradicional. Na verdade, parte-se da hipótese de que, no vernáculo, a forma do indicativo vem recobrando tanto a referência ao fato objetivo, quanto o modo da incerteza, uma vez que se admitem que o subjuntivo vem sendo substituído pelo indicativo (cf. Rocha, 1997).

Pimpão⁶⁰ (1999) desenvolveu uma pesquisa sobre a variação no uso do presente do modo subjuntivo a partir de um *corpus* constituído por trinta e seis informantes, naturais da região sul do país, *corpus* este que faz parte do Banco de Dados do Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana da Região Sul do País).⁶¹ Os falantes estão distribuídos quanto aos fatores extralingüísticos *sexo* (18 mulheres e 18 homens), *idade* (14-24, 25-50 e acima de 50 anos) e *escolaridade* (primário, ginásio e colegial).

A supracitada autora parte da hipótese de que as noções de incerteza e de possibilidade, comumente associadas à morfologia do subjuntivo, são identificadas nos verbos de *volição*, de *dúvida*, no advérbio *talvez* etc., e não no paradigma flexional do modo subjuntivo. Tendo como base os seguintes ambientes gramaticais: cláusula adverbial, substantiva, relativa e o advérbio *talvez*, a pesquisadora busca apresentar nestes e no grupo de fatores sociais o comportamento do subjuntivo. Além disso, foram selecionados os grupos de fatores *pessoa* e *paralelismo sintático* e,

⁶⁰ Pimpão (1999) desenvolve sua pesquisa tomando como base os pressupostos teóricos da sociolingüística variacionista, relacionando-os com uma perspectiva discursivo-pragmática.

⁶¹ É desenvolvido no Projeto VARSUL pesquisas sociolingüísticas em quatro universidades dos três estados da região sul do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

tendo em vista a hipótese central da pesquisa, foi considerado relevante o fator *tempo-modalidade*, abarcando o fator *tempo* como diferenciador das categorias *realis/irrealis* e não os traços de incerteza e de certeza, como prescrito pela gramática normativa.

O pacote VARBRUL selecionou o grupo tempo-modalidade, especificamente o traço *futuridade*, como favorecedor ao uso do subjuntivo, sendo que os traços de *incerteza*, *atemporalidade* e *pressuposição* não favorecem o uso desse modo verbal.

Segundo Pimpão (1999), os resultados apontam, como contexto preferencial ao subjuntivo, o traço de futuridade, que traduz naturalmente, para essa pesquisadora, o traço de incerteza, mas este não constitui condição necessária para aquele. Apresentaremos alguns exemplos registrados pela pesquisadora:

Esse aqui, e o mais velho, por eles, eles *querem* assim que o marido *volte*, mas eu não quero não.

Até a gente *está torcendo* que *mude*, né? (...).

(PIMPÃO, 1999, p. 53).

Quanto à pessoa do discurso, a hipótese inicial era a de que a primeira pessoa alternaria o emprego do modo subjuntivo, inibindo o uso deste, o que foi confirmado pelos resultados. Pimpão explica que a proximidade do falante com o fato, portanto, a primeira pessoa, apresenta um contexto desfavorável ao emprego desse modo verbal. Dessa forma, a “(...) primeira pessoa reflete a interação do falante com a informação proposicional, visando à defesa de posicionamentos (...)” (PIMPÃO, 1999, p. 56). Podemos citar um dos exemplos:

Talvez *eu vou* fazer marmitta pra fora de casa, botar uma ajudante, assim.

(PIMPÃO, 1999, p. 56).

Não se registrou resultados satisfatórios com o grupo de fatores *paralelismo sintático*, princípio que prevê a identidade formal na seqüência discursiva, ou seja, “marcas levam a marcas” (cf. POPLACK, 1979 *apud* NARO E SCHERRE, 1994), tendo um total de .49 para o presente do subjuntivo neste contexto.

Foram selecionados como contextos favorecedores do subjuntivo os fatores: tempo-modalidade (traço futuridade) e contextos com o advérbio *talvez*, ou seja, estes foram tidos como variáveis significativas para a escolha de determinado modo. Além disso, o grupo de fatores *conjugação*, selecionado no contexto com advérbio *talvez*, evidencia a primeira conjugação como relevante para o uso do subjuntivo. Na Tabela 9, apresentaremos os resultados alcançados por Pimpão (1999), de acordo com o fator *ambiente sintático*.

Tabela 9: A variação no uso do subjuntivo no português urbano de acordo com o fator *ambiente sintático*

CONTEXTOS	IRREALIS <i>futuridade</i>	
	TOTAL	%
Substantivas	70/83	84
Relativas	09/11	82
Adverbiais	15/19	79
Talvez	11/14	79
TOTAL	105/127	83

Fonte: PIMPÃO, 1999, p. 83.

Quanto aos fatores sociais, os níveis escolares mais elevados, como o colegial, afirma-se como contexto preferencial ao uso do subjuntivo. Com referência ao grupo de fatores *sexo*, os homens totalizaram um peso de .63 para o uso desse modo e as mulheres, .36. Reproduzimos a conclusão a que chegou a pesquisadora:

A pragmática, comum aos níveis semântico-pragmático e discursivo-pragmático, rompe com a correlação estabelecida pela norma gramatical entre subjuntivo e subordinação sintático-semântica. Nesses termos, o nível sintático-semântico se configura como o contexto preferencial ao uso do subjuntivo e os semântico-pragmático e discursivo-pragmático, como os contextos que inibem o emprego desse modo verbal, o que significa a interferência do modo indicativo.

A correlação desses níveis com os fatores tempo e modalidade ressalta o tempo futuro como fator responsável à retenção do subjuntivo, e não a modalidade da incerteza, da possibilidade, da hipótese, conforme prevêem os gramáticos prescritivistas. Na verdade, é o traço de futuridade que retém o subjuntivo, indicando que a ausência de projeção futura desfavorece seu emprego, permitindo a extensão dos domínios do modo indicativo (PIMPÃO, 1999, p. 116).

Consideramos um tanto equivocada a conclusão apresentada por Pimpão (1999), pois o fato de o subjuntivo estar associado à idéia de futuro não nega a sua relação com o modo da irrealidade. O que ocorre é que a indicação formal da irrealidade por outras partículas como o advérbio *talvez* pode dispensar o falante de empregar a forma marcada do subjuntivo, levando-o a utilizar a forma não marcada do indicativo.

Com relação à pesquisa desenvolvida por Rocha (1997) acerca do subjuntivo à luz da teoria variacionista, observou-se que nas orações subordinadas o tempo verbal mais usado foi o futuro, sendo o subjuntivo muito usado nas orações subordinadas adverbiais condicionais.

Quanto aos fatores sociais, Rocha (1997) verifica que os falantes mais velhos usam menos o subjuntivo do que os mais jovens. Estes fazem mais uso do subjuntivo de acordo com a prescrição gramatical, o que pode ser explicado pelo fato de os falantes com idade mais avançada não carregarem o traço “(...) semântico [+restrição] em sua gramática ou não estenderem o traço às várias entradas lexicais que subcategorizam subjuntivo” (ROCHA, 1997, p. 41), o que pode estar associado à questão da escolarização, uma vez que os falantes mais velhos não tiveram a mesma educação formal que muitos jovens hoje.

De acordo com os resultados dessa pesquisa, há uma relação entre o uso do subjuntivo nas orações substantivas e o grau de escolaridade, como podemos depreender da seguinte tabela:

Tabela 10: O uso do subjuntivo no português urbano segundo o grau de escolaridade

ESCOLARIZAÇÃO	PRESENTE DO SUBJUNTIVO	PASSADO DO SUBJUNTIVO
Sem escolarização	—	50%
Primeiro grau	75%	75%
Segundo grau	X	75%
Nível superior	85%	X

Fonte: ROCHA, 1997

Assim, falantes sem escolarização apresentam 100% de uso do indicativo em contextos de presente do subjuntivo e 50% de indicativo no passado. Os falantes com primeiro grau, por sua vez, apresentam 25% de indicativo, tanto no presente como no passado. Quanto aos falantes com segundo grau e com nível superior foi constatado um total, respectivamente, de 25% de uso do indicativo no passado e 15% de indicativo no tempo presente.

Ao lado disso, observa, com relação aos tempos verbais, que o contexto de tempo presente favorece mais o uso do indicativo, ao passo que os “não-presente” favorecem o uso do subjuntivo. Rocha (1997) assinala que o traço de futuridade relaciona-se ao uso do futuro do subjuntivo na presença de conectivos como ‘se’, ‘quando’ e, de certa forma, demonstra que este

traço não favorece o subjuntivo, o que não é corroborado pelos resultados de Pimpão (1999), já que nestes é constatado que o traço de futuridade retém o subjuntivo e a falta de projeção futura tende a desfavorecer o uso desse modo verbal.

Quanto aos tipos de verbo da oração em que a completiva está encaixada, foi verificado que o verbo *querer* na oração matriz favorece mais o indicativo na completiva quando o tempo verbal desta for o presente. No que se refere aos verbos cognitivos, o subjuntivo é usado com frequência nas subordinadas ao verbo *pensar*, já com os verbos *acreditar*, *crer* e *achar* aparece com frequência o indicativo. No entanto, quando estes verbos são negados, frequentemente, se usa o subjuntivo.

Na verdade, a negação influencia na escolha do modo da encaixada, uma vez que o subjuntivo é favorecido quando há uma negação na oração matriz, seja esta regida por qualquer verbo, tais como declarativos, cognitivos, dentre outros.

Segundo Rocha (1997), *o tipo de verbo da oração matriz* constitui uma variável importante para se estudar a alternância subjuntivo/indicativo, mas não pode ser considerada a única, pois há outras classes semânticas que atuam na escolha de um modo verbal. Nesse sentido, a factividade favorece o uso do indicativo e a não-factividade, o do subjuntivo; além disso, este modo verbal é favorecido pelos traços semânticos de volição e emotividade.

Diante dessa pesquisa, Rocha (1997) observa se a alternância subjuntivo/indicativo trata-se de um fenômeno de variação em que o subjuntivo está perdendo ambiente para o indicativo ou se trata de uma variação que envolve a alternância desses modos e observa, com relação ao fator *tipos de verbo da oração matriz*, que está ocorrendo uma alternância entre esses modos e conclui que no português há sistema modal variável, organizado e coerente; sendo assim, no fenômeno da alternância indicativo/subjuntivo estão envolvidos diferentes fatores interferentes.

2.8 O SUBJUNTIVO NO CRIOULO DE CABO VERDE

Nesta seção, apresentaremos o uso do subjuntivo no crioulo cabo-verdiano e, para tanto, teremos como base o estudo desenvolvido por Almada (1961) acerca das peculiaridades desse

crioulo.⁶² Do ponto de vista lingüístico, Cabo Verde apresenta uma situação simples se comparada com a da Guiné-Bissau e da Papua-Nova Guiné (cf. COUTO, 1996). Convivem, nesse arquipélago, duas línguas, o crioulo e o português. Ainda segundo Couto (1996), a população desse local é constituída por 28% de pessoas de origem africana, 1% de origem européia e 71% são mestiços.

No que se refere à morfologia verbal, Almada (1961) afirma que, em linhas gerais, os verbos crioulos se reduziram à forma do infinito, com apócope do *-r* e cita alguns locais de dialeto português para onde este fenômeno se estendeu, entre eles, o português do Brasil. Registra ainda uma redução das partículas modo-temporais, pois tais partículas são representadas por formas do infinitivo, por construção perifrástica.

Diante da redução dos tempos a formas de infinitivo, os verbos crioulos não apresentam peculiaridades que os distingam, daí o uso dos pronomes pessoais. Assim,

Para a indicação dos modos e tempos houve a necessidade de fazer acompanhar o infinitivo de qualquer partícula ou qualquer construção que o modificasse e o fizesse indicar se o tempo era passado, presente ou futuro, se o modo era indicativo ou conjuntivo (ALMADA, 1961, p. 108).

Com relação aos tempos do subjuntivo, Almada (1961) observa o uso nesse crioulo dos tempos simples desse modo verbal, o presente, o imperfeito e o futuro. Os tempos compostos, por sua vez, foram reduzidos a quatro, dois do indicativo e dois do subjuntivo, são eles:

- (i) O pretérito perfeito composto;
- (ii) O pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo;
- (iii) O pretérito mais-que-perfeito composto do subjuntivo;
- (iv) O futuro composto do subjuntivo.

⁶² O arquipélago de Cabo Verde é constituído, de acordo com Couto (1996), por dois conjuntos de ilhas, as de Barlavento (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Boa Vista e Sal) e as de Sotavento (Santiago, Fogo, Maio e Brava).

As formas portuguesas de futuro composto do indicativo, de condicional composto e de pretérito perfeito composto do subjuntivo⁶³ foram substituídas por locuções verbais, isto é, estas traduzem aqueles.

O presente do subjuntivo é representado pelo infinitivo e a razão disso, para essa estudiosa, deve-se ao fato de que as construções com esse tempo são introduzidas no crioulo pela preposição *para*, como em:

El dzem pam lavá.
Ele disse-me que lava.
(ALMADA, 1961, p. 120)

As formas portuguesas do imperfeito do subjuntivo são conservadas apenas na ilha de Santo Antão, pois nas demais ilhas esse tempo é representado pelo imperfeito do indicativo, o que nos leva a conjecturar que essa substituição se deva a uma possível relação semântica de irrealidade entre esses tempos. Observe os exemplos:

Sem *ta lavá*.
Sem *ta labá*.
(Se eu lavava)
(ALMADA, 1961, p. 120)

O pretérito imperfeito do subjuntivo pode ser também representado por uma aglutinação entre o infinito e a forma *-ba*, como no exemplo abaixo:

Sem *lababa*.
(ALMADA, 1961, p. 120)

O futuro do subjuntivo, assim como o tempo presente, também é representado pelo infinitivo (cf. exemplo 1a.); ao lado disso, pode ser formado também por um tempo verbal que representa o infinitivo (cf. exemplo 1b.). Assim, temos:

(1a.) Sem *lava*.
(1b.) Sem *ba*.
(ALMADA, 1961, p. 121)

Por outro lado, o futuro do subjuntivo, em Barlavento, nos verbos *saber*, *poder* e *querer* é representado no crioulo por formas provenientes do português, como em:

[sem subér] (se eu souber)
[sem pudér] (se eu puder)
[sem kizér] (se eu quiser)
(ALMADA, 1961, p. 121)

⁶³ Almada observa que, nas orações completivas, o tempo pretérito perfeito composto do subjuntivo é representado pela mesma forma que representa o futuro composto do subjuntivo.

Ao analisar a sintaxe verbal do crioulo de Cabo Verde, Almada (1961) observa que o imperfeito do subjuntivo manteve-se em Santo Antão; assim, nas orações infinitivas, é comum encontrar, em lugar do infinitivo, o imperfeito do subjuntivo, como em:

Em tina ã aga *pam bebesse* (Tinha uma água para beber)
 À letra, a tradução é: tinha uma água para a bebesse.
 (ALMADA, 1961, p. 155)

É frequente encontrar ainda, na ilha de Santo Antão, o imperativo negativo, que, ao invés de sua construção regular com o subjuntivo, é usado nessa ilha numa construção introduzida por *não é para*. Observe o seguinte exemplo:

ne pa dze na mãi.
 A tradução literal é: *não é para* dizer à minha mãe [ao invés de] *não digas*, ou *diga* ou *digam* à minha mãe.
 (ALMADA, 1961, p. 155)

Esse tipo de construção não é comum nas outras ilhas do arquipélago de Cabo Verde. Nestas, também não se usa o subjuntivo em orações negativas independentes. Na verdade, estas são construídas com a negativa *câ*, “a qual é separada do verbo pelo pronome pessoal” (ALMADA, 1961, p. 155).

O uso do infinitivo no crioulo de Cabo Verde para representar os tempos presente e futuro do subjuntivo e também o infinitivo em construções sintáticas, em que seria regular o emprego das formas de subjuntivo, faz-nos recordar uma construção comum no dialeto popular de Alagoas e Pernambuco, descrito por Marroquim (1996 [1945], p. 132): “mandou *que ele viesse* [por] mandou *ele vir*.” Não estamos, diante disso, chegando a ilações acerca desse fato, apenas julgamos interessante comentar esta relação.

Como podemos perceber, no crioulo cabo-verdiano de base portuguesa, houve uma redução da morfologia flexional, especificamente, das partículas modo-temporais, sendo necessário recorrer a outras formas da língua para marcar os tempos do subjuntivo. A forma mais utilizada para marcar esses tempos foi a do infinitivo e é comum também em algumas construções, o uso do indicativo em contextos que seriam específicos de subjuntivo. Essa redução da morfologia flexional e a utilização de outras formas para supri-la não têm correspondência na história do português. Na verdade, não temos conhecimento, na passagem do latim ao português, de perda da flexão no nível encontrado nas línguas crioulas. O fato é que mudanças e transformações houve na língua falada em Roma até a sua difusão e surgimento do português e não redução drástica da morfologia e da flexão.

2.9 CONSIDERAÇÕES SOBRE MODO E MODALIDADE

Começaremos essa seção com uma questão já suscitada por Lyons (1979) acerca da relação entre subjuntivo e modalidade: É correto descrever o subjuntivo românico como um modo? Ou qual a relação entre modo e subordinação, levando em conta que o termo *subjuntivo* vem da tradução latina da palavra que em grego significava *subordinante*. Esse estudioso aponta o fato de que há contextos em que a distinção de modalidade não é definida pela concorrência de uma forma verbal do indicativo e de uma do subjuntivo, mas é determinada por outros traços sintáticos da frase. Assim, a forma *venha*, por si só, não se distingue da forma *vem*, em termos de modalidade, a não ser que esteja sendo empregada dentro de um contexto, como em “Não creio que ele venha” (LYONS, 1979, p. 328). Então, Lyons (1979) sugere que, ao invés de se afirmar que o verbo *venha* está no modo subjuntivo, se use uma expressão mais neutra, afirmando que o verbo *venha* está na *forma subjuntiva*. A relação entre subjuntivo, modo e modalidade é, sem dúvida, um tema para a reflexão teórica.

O conceito de modalidade vem sendo analisado ao longo dos séculos desde Aristóteles. Para Mira Mateus *et al.* (2003, p. 245), do ponto de vista lingüístico,

(...) a modalidade é a gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes. Esta abordagem tão vaga evidencia que se trata de um fenômeno de grande amplitude, pois não só existem numa língua formas diversas de expressar um mesmo tipo de modalidade como também uma expressão pode apresentar diferentes modalidades.

Ainda segundo estas estudiosas, os conceitos modais são expressos na língua através de uma variedade de formas, como verbos, advérbios, afixos derivacionais e alguns tempos gramaticais. Destes, podemos citar o imperfeito, o futuro e o condicional como criadores de situações alternativas com relação aos verbos de sentido modal.

No tratamento gramatical, a modalidade se refere à atitude do falante em relação ao estado de coisas expresso pelo enunciado, podendo ser explicitada pelo modo do verbo em Português. Assim, cabe ao verbo exprimir através dos modos a relação modal entre falante e estado de coisas. No entanto, a modalidade não deve ser confundida com a noção de modo, pois enquanto este é uma categoria gramatical sintática e está identificado no verbo, a modalidade se realiza no

modo verbal e refere-se às atitudes do indivíduo acerca do que é dito. De certa forma, a modalidade indica os valores nocionais do modo verbal, como os valores de incerteza e de dúvida do subjuntivo e de certeza do modo indicativo.

A Gramática não menciona o termo modalidade, muitas vezes, ao tratar do modo verbal; entretanto, termina associando modo à modalidade ao interpretar o modo como “(...) a propriedade que tem o verbo de indicar a atitude (de certeza, de dúvida, de suposição, de mando etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia” (CUNHA E CINTRA, 2001, p. 448). Dessa sorte, a tradição gramatical parece atribuir aos modos valores nocionais referentes à modalidade. De certa forma, a língua portuguesa expressa na morfologia verbal as categorias nocionais da modalidade, uma vez que atribui aos modos verbais diferentes valores, como podemos observar as diferentes noções associadas, especificamente, ao indicativo e ao subjuntivo.

Por outro lado, para Mattoso Câmara (2002a [1970], p. 98), modo verbal se refere “a um julgamento implícito do falante a respeito da natureza, subjetiva ou não, da comunicação que faz” e, segundo Lyons (1979), o modo se realiza por meio da flexão do verbo, isto é, pela modificação deste a partir de auxiliares e se refere “à atitude do falante em relação ao *status* factual do que está dizendo, isto é, sua certeza e ênfase, sua incerteza ou dúvida etc.” (LYONS, 1979, p. 322).

Diante do exposto, podemos citar a definição de modalidade proposta por Parrett (1976 *apud* SANTOS, 2003, p. 74): “(...) a *Modalidade* corresponde portanto ao acto através do qual um sujeito atribui um valor de verdade a uma *porposição*, indicando o *Modo* como este a considera: ou verdadeira V, ou falsa F.” Retomando a questão proposta por Lyons (1979), acreditamos que há uma relação entre as formas de subjuntivo e os valores de modo, pois cremos que, numa situação concreta de uso, esse modo verbal tende a ocorrer em um determinado contexto semântico mais do que em outros. No próximo capítulo, apresentaremos o aparato teórico que será por nós empregado na análise do emprego do subjuntivo nos *corpora* selecionados para esta pesquisa.

CAPÍTULO 3: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Somos da opinião de que há uma estreita relação entre língua e meio social; sendo assim, a realidade lingüística reflete a realidade social. Ao longo desse capítulo, apresentaremos alguns pressupostos defendidos pela Sociolingüística Variacionista, dentre os quais a questão da variação e da mudança na língua, que nos servirão de fundamento teórico em nossa análise lingüística; ao lado disso, abordaremos o conceito de transmissão lingüística irregular como fundamental para explicarmos as variações ocorridas no português afro-brasileiro e o princípio da saliência fônica, que utilizaremos também na análise dos *corpora* das comunidades de fala de Cinzento, Helvécia, Barra/Bananal e Sapé.

3.1 A LÍNGUA SOB UMA PERSPECTIVA SOCIAL

A compreensão da língua como fato social apenas recentemente passa a fazer parte dos estudos e da pesquisa lingüística, com a advento da Sociolingüística. No entanto, desde o início do século XX, muitos estudiosos vêm discutindo questões acerca do caráter social da língua e podemos citar, como um dos precursores, Antoine Meillet (1866-1936), que enfatiza, no tratamento das questões lingüísticas, a associação entre língua e fato social, apresentando uma “convergência de uma abordagem *interna* e de uma abordagem *externa* dos fatos da língua e de uma abordagem sincrônica e diacrônica desses mesmos fatos” (CALVET, 2002, p. 15).

Nesse sentido, as idéias de Meillet vão de encontro à posição de que “a lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (SAUSSURE, 2003 [1916], p. 271), frase atribuída a Saussure e que encerra o *Curso de Lingüística Geral*. Na verdade, Meillet, em uma resenha que faz desse livro, declara que, “ao separar a variação lingüística das condições externas de que ela depende, Ferdinand de Saussure a priva de realidade; ele a reduz a uma abstração que é necessariamente inexplicável” (MEILLET, 1921 *apud* CALVET, 2002, p. 14).

Para Meillet, é essencial que se faça referência à diacronia, à história a fim de que se compreenda o fenômeno lingüístico; além disso, afirma que, por “ser a língua um fato social, resulta que a lingüística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação lingüística é a mudança social” (MEILLET, 1921 *apud* CALVET, 2002, p. 16).

Meillet entende assim que a língua deve ser concebida como um fenômeno social e, portanto, pode receber influência dos fatores externos. Este estudioso reconhece ainda que há certa correlação entre a mudança lingüística e seu contexto externo, pois “tout fait de langue manifeste un fait de civilisation” (MEILLET, p. 1965 [1921], p. 168).

No entanto, durante muitas décadas do século XX, a concepção imanentista, consolidada com o estruturalismo, direcionou os estudos lingüísticos e explicava a mudança na língua principalmente a partir de fatores internos. Tendo isso em vista, o sistema lingüístico deveria ser estudado por suas relações estruturais, sem interferências do contexto social. Os fatores externos, por sua vez, apenas eram aceitos na interpretação da mudança na língua depois de esgotadas

todas as possibilidades imanentistas e, de certo modo, os estudos lingüísticos se limitavam às questões e às condições internas. Diante disso, Martinet (1978) esclarece que:

Sem nunca desprezar dados históricos de qualquer natureza, o diacronista só os fará intervir por último lugar, uma vez esgotados todos os recursos explicativos que o exame da evolução própria da estrutura e o estudo dos efeitos de interferência lhes proporcionam (MARTINET, 1978, p. 212).

Na verdade, durante a primeira metade do século XX, a dicotomia saussureana entre *langue* e *parole* permeou os estudos lingüísticos. Nesse período, vigorou, *grosso modo*, uma concepção de língua que consistia num sistema abstrato e uniforme a todos os falantes. Esta concepção, de certa forma, foi retomada por Chomsky em meados desse mesmo século.

O aspecto social da linguagem não era reconhecido diante do caráter uniforme da língua, que, por sua vez, era preservada pela concepção estruturalista como um sistema fechado, abstrato e homogêneo. Havia, nesse sentido, uma identificação entre homogeneidade e estrutura. Porém, na segunda metade do século XX, pelo menos uma parte dos estudos lingüísticos passa a dar ênfase a uma maior integração entre o fator social e a língua, de modo a destacar a variação e a heterogeneidade, como inerentes ao sistema lingüístico. Assim, ao se estabelecer uma correspondência entre língua e fatos sociais, passa-se a reconhecer a heterogeneidade e a diversidade lingüística.

Em 1964, William Bright organiza um encontro, em Los Angeles, entre vinte e cinco pesquisadores, para uma conferência sobre Sociolingüística, abordando temas variados, tais como: as línguas veiculares, a etnologia da variação lingüística, a hipercorreção como fator de variação, dentre outros. Em sua introdução, nas atas do Congresso, Bright esclarece que a sociolingüística visa a “demonstrar a covariação sistemática das variações lingüística e social. Ou seja, relacionar as variações lingüísticas observáveis em uma comunidade às diferenciações existentes na estrutura social desta mesma sociedade” (BRIGHT, 1966 *apud* ALKMIM, 2001b, p. 28).

Bright observa que é difícil definir com precisão a Sociolingüística, mas atenta para o fato de que não há variação ou diversidade livre, pois a variação está correlacionada às diferenças sociais e, sendo assim, a diversidade lingüística é o objeto de estudo da Sociolingüística. Além do mais, apresenta alguns fatores que supostamente estão relacionados com a diversidade na língua, tais como identidade social do falante, a identidade social do destinatário e o contexto social. Na

verdade, estes fatores representam, segundo Bright, três dimensões da sociolinguística, que são seguidas por mais quatro outras dimensões:

- (i) a oposição sincronia/diacronia;
- (ii) os usos lingüísticos e as crenças a respeito dos usos;
- (iii) a extensão da diversidade com uma tríplice classificação: diferenças multidialetal, multilingual ou multisocietal;
- (iv) as aplicações da sociolinguística, com mais uma classificação em três partes: a sociolinguística como diagnóstico de estruturas sociais, como estudo do fator sócio-histórico e como auxílio ao planejamento (BRIGHT, 1966 *apud* CALVET, 2002, p. 30).

Para Calvet (2002), a conferência de 1964 marca o nascimento da Sociolinguística. No entanto, “Bright só pode conceber a sociolinguística como uma abordagem anexa dos fatos de língua, que vem complementar a lingüística ou a sociologia e a antropologia. É essa subordinação que vai pouco a pouco desaparecer com Labov” (CALVET, 2002, p. 30-31).

O lingüista americano William Labov, durante muitos anos, resistiu ao termo sociolinguística, “(...) pois implica que pode haver uma teoria ou prática lingüística que não seja social”⁶⁴ (LABOV, 1983, p. 23). Nesse sentido, Labov, a partir de pesquisas realizadas nos Estados Unidos, tenta demonstrar que há correlação entre as variantes lingüísticas e as variantes sociais e, conseqüentemente, entre língua e sociedade, o que possibilita que a variação existente naquela pode ser sistematizada. Para tanto, os dados coletados por Labov receberam um tratamento estatístico e, devido a isso, o modelo de análise laboviano foi rotulado de *Sociolinguística Quantitativa*.

Labov, assim como Meillet, concebe a língua como um fato social e desenvolve suas pesquisas tendo como objeto a língua falada, relacionando-a com os fatores externos. Daí a grande contribuição de Labov aos estudos lingüísticos, uma vez que, a partir de seus trabalhos, muitos lingüistas passaram a considerar a língua sob uma perspectiva social, encarando a diversidade, a variação como inerente ao fenômeno lingüístico, podendo ser estudada, sistematizada e regularizada. Além disso, Labov elaborou um modelo de análise quantitativa dos dados lingüísticos, dando a estes um tratamento estatístico, de forma a testar a correlação entre condicionamentos sociais e variáveis da língua.

⁶⁴ “(...) puesto que implica que puede haber una teoria o práctica lingüística que no sea social.” (Tradução nossa).

3.2 A SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA: ESTUDOS SOBRE A VARIAÇÃO E A MUDANÇA NA LÍNGUA

Em 1963, Labov realiza um primeiro estudo tendo como objeto a língua falada e sua relação com o contexto social e, portanto, de cunho sociolingüístico. A comunidade estudada é a da ilha de Martha's Vineyard, no Estado de Massachusetts, costa leste dos EUA, onde analisa a variação entre ditongos. Empreende estudos também sobre o inglês falado em Nova Iorque, analisando a estratificação social do /r/, com amostras de fala colhidas em grandes lojas de departamento e o inglês vernáculo dos negros do Harlem (a língua do gueto), além de outras pesquisas de base sociolingüística na Filadélfia. De forma geral, podemos considerar Labov o mais importante representante do modelo teórico da Sociolingüística Variacionista.

Nesta pesquisa, pretendemos fazer uso dos pressupostos da Teoria Variacionista, uma vez que esta focaliza a variação como objeto de estudo, entendendo-a como um fenômeno passível de ser sistematizado e descrito. De acordo com esta teoria, toda variação é motivada, controlada por fatores e pode ser previsível. Portanto, nesse modelo, a aleatoriedade no uso da língua está fora de cogitação.

Para sistematizar a variação, temos de delimitar o que pretendemos analisar: a variável dependente⁶⁵ e os fatores que a condicionam (variáveis independentes). Estes se referem tanto a fatores internos, quanto a fatores externos à língua.

O objeto de estudo da Sociolingüística é o vernáculo, a língua falada, utilizada em situações cotidianas e informais. Podemos conceituar o vernáculo como a língua falada em situações concretas de uso. Portanto, o objeto da análise variacionista é a variável lingüística, definida como o conjunto de diferentes formas de se dizer a mesma coisa, em um mesmo contexto, tendo o mesmo significado referencial ou denotativo.

O programa laboviano estuda a língua em uso, ressaltando seu caráter social, ou seja, para Labov (1983) há relação entre fatos lingüísticos e fatos sociais. Nesse sentido, a Sociolingüística busca estabelecer correlações entre as variáveis da língua e as variáveis sociais, como nível de escolaridade, faixa etária, sexo etc., concebendo a variação como inerente ao fenômeno lingüístico e não mais como exterior a este. Dessa sorte, a heterogeneidade lingüística passa a ser observada e analisada e a variabilidade da língua deixa de ser considerada livre ou aleatória,

⁶⁵ No Capítulo 4: *Procedimentos Metodológicos*, descreveremos as nossas variáveis dependentes e independentes.

sendo controlada por motivações sociais; diante disso, há uma correlação entre sistema lingüístico e meio social, de forma que se encara a variação da língua como alvo das pressões externas. O falante, dessa forma, utiliza certas variedades lingüísticas conforme determinados fatores, como estratificação, escolarização, idade etc.

Weinrich, Labov e Herzog (1968) afirmam que há sistematicidade e ordenação na variação e argumentam que a heterogeneidade é essencial ao fenômeno lingüístico, pois:

Parece-nos completamente inútil construir uma teoria da mudança que aceite como entrada descrições desnecessariamente idealizadas e contrafactuais de estados de língua. Muito antes que teorias preditivas da mudança lingüística possam ser buscadas, será necessário aprender a ver a língua, quer de uma perspectiva diacrônica, quer de uma perspectiva sincrônica, como um objeto possuindo heterogeneidade sistemática.

(...)

Um dos corolários de nossa abordagem é que, numa língua servindo a uma comunidade complexa (isto é, real), é a ausência de heterogeneidade estrutural que seria disfuncional” (WEINRICH, LABOV, HERZOG, 1968, p. 100-101).⁶⁶

De fato, o caráter heterogêneo e variável da língua possibilita a sua plena funcionalidade dentro de uma comunidade também heterogênea. Nesse sentido, a Sociolingüística busca demonstrar que há uma interpenetração entre os aspectos externos e internos da linguagem e, assim, a variação da língua está em função tanto dos fatores extralingüísticos, quanto lingüísticos.

O modelo variacionista apresenta uma diferente concepção de objeto, pois busca estudar a língua falada. A variação, antes considerada aleatória, passa a ser essencial ao sistema lingüístico, sendo estudada de forma sistemática, pois faz parte do funcionamento da língua, contribuindo para os processos de mudança. Daí o modelo variacionista conceber a língua como um sistema heterogêneo e variável.

O programa laboviano visa a sistematizar a natureza da variação, rompendo com a dicotomia saussureana *langue/parole*, relacionando a heterogeneidade lingüística observável na *parole* e o sistema homogêneo e abstrato da *langue*. Apresenta, assim, o princípio da regra variável, que, diferentemente das regras categóricas da gramática gerativa chomskyana, pode ou não se aplicar.

⁶⁶ “It seems to us quite pointless to construct a theory of change which accepts as its input unnecessarily idealized and counterfactual descriptions of language states. Long before predictive theories of language change can be attempted, it will be necessary to learn to see language -whether from diachronic or a synchronic vantage- as na object possessing orderly heterogeneity. (...). One of the corollaries of our approach is that in a language serving a complex (i.e., real) community, it is *absence* of structured heterogeneity that would be dysfunctional” (Tradução nossa).